

CIBEC/INEP

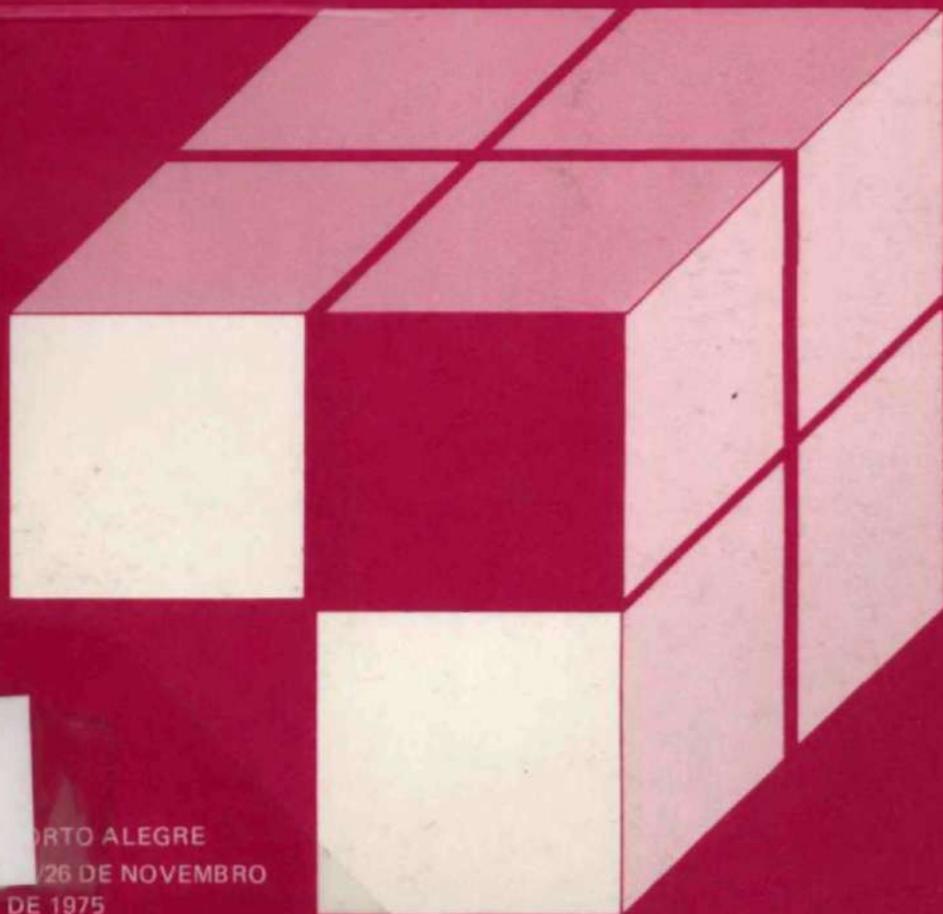


B0005531

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SECRETARIA-GERAL

ANAIS

IX ENCONTRO DE SECRETÁRIOS  
DE EDUCAÇÃO E PRESIDENTES DE  
CONSELHOS DE EDUCAÇÃO, COM A  
PARTICIPAÇÃO DAS UNIVERSIDADES



78.4

PORTO ALEGRE  
1975/26 DE NOVEMBRO  
DE 1975

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SECRETARIA-GERAL**

**IX ENCONTRO DE SECRETÁRIOS  
DE EDUCAÇÃO E PRESIDENTES DE  
CONSELHOS DE EDUCAÇÃO, COM A  
PARTICIPAÇÃO DAS UNIVERSIDADES**

24 A 26 DE NOVEMBRO DE 1975

**ANAIS**



Departamento de Documentação e Divulgação  
Brasília, DF - 1976  
Brasil

Ministro da Educação e Cultura  
**Ney Braga**

Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura  
**Euro Brandão**

Presidente do Conselho Federal de Educação  
**Pe. José Vieira de Vasconcelos**

## ÍNDICE

—	Apresentação . . . . .	7
—	Objetivos e tema . . . . .	11
—	Agenda dos trabalhos . . . . .	15
—	Sistemática operacional . . . . .	19
—	Sessão solene de abertura . . . . .	25
—	Sessões . . . . .	63
	1 <sup>a</sup> Sessão . . . . .	65
	I — Apresentação dos documentos de estudo: . . . . .	67
	A — <i>Sistemas de ensino e universidades</i> . . . . .	69
	B — <i>Universidade: potencial a serviço dos sistemas de ensino</i> . . . . .	93
	C — <i>integração universidade/sistema de ensino</i> . . . . .	117
	II — Painel: Integração universidade/sistema de ensino . . . . .	149
	111 - Debates em plenário . . . . .	156
	2 <sup>a</sup> Sessão . . . . .	157
	I — Trabalhos de grupo . . . . .	158
	II — Conclusões dos grupos de trabalho . . . . .	161
	3 <sup>a</sup> Sessão . . . . .	191
	Reuniões . . . . .	193
	4 <sup>a</sup> Sessão . . . . .	227
	Comunicações . . . . .	229
—	Sessão solene de encerramento . . . . .	237
—	Apêndice: relação dos participantes . . . . .	259

## APRESENTAÇÃO

O Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria-Geral, realizou no período de 24 a 26 de novembro de 1975, em Porto Alegre, com a colaboração da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, o IX Encontro de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos de Educação, com a participação das Universidades. O objetivo básico do encontro foi possibilitar um diálogo entre as universidades e os sistemas de ensino, para o delineamento de ações conjugadas.

Foi, certamente, um momento de produtiva reflexão, no qual reitores, secretários e presidentes de Conselhos discutiram os problemas da educação brasileira, buscando alternativas de soluções. Realizado com a participação efetiva das universidades, o IX Encontro configura-se como um marco altamente significativo no processo de integração dos três níveis de ensino.

Os anais do IX Encontro, que a Secretaria-Geral ora apresenta, traduzem bem o alto nível do trabalho desenvolvido e constituem documento de estudo para os educadores brasileiros empenhados no estabelecimento de uma ação conjugada, que permita integrar administrativa e pedagogicamente a educação nacional.

Euro Brandão  
Secretário-Geral do MEC

## **OBJETIVOS E TEMA**

## OBJETIVOS

### 1) GERAL:

Possibilitar um diálogo entre as universidades e os sistemas de ensino, para delineamento de ações conjugadas.

### 2) ESPECÍFICOS:

- Discutir problemas básicos dos sistemas de ensino, para cuja solução seria relevante a participação das universidades.
- Discutir formas de atuação que permitam à universidade colocar sua capacidade potencial a serviço dos sistemas de ensino.
- Discutir e levantar sugestões para uma programação, visando à integração da universidade com o sistema de ensino, propondo alternativas de solução.

### TEMA:

- *Integração universidade/sistemas de ensino.*

## **AGENDA DOS TRABALHOS**

DATA	HORÁRIO	TEMA
24	<p>8h às 9h30m 9h30m às 10h</p> <p>10h às 10h45m 11h15m às 12h</p> <p><b>14h às 15h</b> 15h às 16h</p> <p>16h30m às 17h30m 17h30m às 18h</p>	<p>Inscrições</p> <p>Abertura pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura</p> <p>Exposição do Senhor Secretário-Geral</p> <p>Exposição do Senhor Presidente do Conselho Federal de Educação</p> <p>Apresentação dos documentos de estudo</p> <p>Painel - <i>Integração universidade/sistema de ensino</i></p> <p>Debates em plenário</p> <p>Orientação sobre os trabalhos de grupo</p>

DATA	HORÁRIO	TEMA
25	<p>8h às 12h 14h às 15h</p> <p>15h às 18h</p>	<p>Trabalho de grupo</p> <p>Plenário: relatório sucinto sobre o andamento dos trabalhos de grupo</p> <p>Trabalho de grupo</p>

DATA	HORÁRIO	TEMA
26	<p>8h às 10h 10h às 12h 14h às 16h 16h às 17h 17h às 18h</p>	<p>Plenário: conclusões dos grupos de trabalho</p> <p>Reuniões</p> <p>Reuniões</p> <p>Comunicações</p> <p>Encerramento</p>

## **SISTEMÁTICA OPERACIONAL**

## *1. Quanto ao tema*

- 1.1 Sobre o tema único do encontro — Integração universidade/sistema de ensino — foram elaborados os documentos *Sistemas de ensino e universidade, Universidade: potencial a serviço dos sistemas de ensino, Integração universidade/sistema de ensino*, encaminhados previamente aos participantes para estudo e reflexão, subsidiando os trabalhos de grupo.
- 1.2 Cada documento foi objeto de breve apresentação em plenário.
- 1.3 À apresentação dos documentos, seguiu-se um painel, integrado por representantes da Secretaria de Educação, do Conselho Estadual de Educação e de universidades do Rio Grande do Sul.
- 1.4 As apresentações dos documentos e do painel foram seguidas de debates em plenário para esclarecimento de dúvidas de caráter genérico.
- 1.5 Os participantes formularam suas perguntas em fichas, encaminhando-as à mesa.
- 1.6 As discussões em maior profundidade processaram-se nos trabalhos de grupo, e conduziram às conclusões levadas a plenário.

## **2. Quanto ao trabalho de grupo**

- 2.1 Foram organizados grupos para discussão do tema.
- 2.2 Constituíram os grupos, como participantes efetivos:
  - secretários de educação;
  - um assessor de cada secretário de educação;
  - presidentes de conselhos estaduais de educação;

- um conselheiro de cada conselho estadual de educação;
  - reitores das universidades;
  - diretores dos setores de educação das universidades.
- Os demais participantes foram considerados observadores, tendo-lhes sido facultada a escolha do grupo a ser observado.

### 3. *Quanto à dinâmica dos grupos*

- 3.1 Para o desenvolvimento dos trabalhos, os grupos escolheram, dentre os secretários de educação, presidentes de conselhos de educação e reitores, um coordenador e um relator.
- 3.2 Objetivando facilitar o estudo do assunto e conduzir a um esboço de ações práticas visando à integração universidade/sistema de ensino foi oferecido aos grupos um roteiro para discussão.

### 4. *Quanto às reuniões*

Foram realizadas reuniões de caráter restrito durante as quais:

- a) Os secretários de educação, presidentes de conselhos e reitores discutiram problemas específicos com os diretores dos órgãos do MEC, objetivando receber alternativas de soluções;
- b) os secretários de educação trataram com o secretário-geral e presidente do Conselho Federal de Educação de problemas de ordem geral de suas respectivas jurisdições, bem como dos assuntos constantes do roteiro elaborado pela Secretaria-Geral, para orientar a discussão.
- c) Os presidentes de conselhos estaduais de educação discutiram com o secretário-geral e o presidente do Conselho Federal de Educação problemas referentes à importância da integração universidade/sistema de ensino; aos recursos financeiros para melhoria das condições materiais dos conselhos, tendo em vista o seu funcionamento satisfatório; à fiscalização das escolas no que respeita à cobrança de anuidades.
- d) O secretário-geral trouxe à consideração dos reitores os pontos constantes da mensagem do Senhor Ministro, a eles dirigida, dos quais foram discutidos em maior profundidade os seguintes: aperfeiçoamento efetivo do ensino de Estudo de Problemas Brasileiros, reconhecimento de cursos

superiores com turmas já formadas nos últimos semestres, banco de teses, melhoria dos currículos e duração de cursos, atividades culturais e esportivas, substituição de material de importação onde se possa empregar material nacional.

## **SESSÃO SOLENE DE ABERTURA**

## **Pronunciamentos**

- Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga;
- Secretário de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Prof. Ayrton Santos Vargas;
- Secretário-Geral, Prof. Euro Brandão;
- Presidente do Conselho Federal de Educação, Padre José Vieira de Vasconcellos;
- Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Bel. José Augusto Amaral de Souza.

## **Pronunciamento do Ministro Ney Braga**

O tema deste IX Encontro de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos de Educação não poderia ser mais oportuno. E nada poderia ser mais feliz do que a participação das universidades.

Em documento lançado este ano, propondo as bases da Política Nacional Integrada da Educação, destaquei o aspecto que será o objeto central desta reunião: como integrar a educação nacional, tanto administrativa como pedagogicamente. O uso do adjetivo no próprio título daquele documento já revela essa preocupação.

Os documentos trazidos a este encontro confirmam os motivos desse interesse básico. Assim, como tema para a reflexão que aqui será desenvolvida, permito-me propor-vos breves considerações gerais sobre o assunto.

Todos sabemos que a educação nacional se compõe de diferentes níveis e sistemas que se interpenetram e articulam. Do ponto de vista dos níveis e modalidades de ensino, podemos falar do 1º grau ou do 2º grau, ou do ensino superior. Do ponto de vista da dependência administrativa, é usual referirmo-nos a um sistema federal e a sistemas estaduais, que incluem uma rede de ensino particular.

Esta pluralidade de ação exige amplo e eficiente esforço de coordenação. Coordenar supõe integrar. Integrar significa criar interdependências e, portanto, solidariedade. Na verdade, o objetivo deste encontro é a discussão de canais de comunicação e o estabelecimento de bases para uma ação conjugada entre os diferentes sistemas de ensino.

A questão posta em termos de objetivos pode ser traduzida em algumas indagações: que apoio pode e deve a universidade proporcionar ao ensino de 1º e 2º graus, para que a reforma iniciada pela Lei nº 5.692 alcance os seus escopos? Que resultados pode e deve a universidade esperar dos sistemas de 1º e 2º graus, em termos de

capacitação dos estudantes que demandam o ensino superior? De que modo essa integração de conteúdos se refletirá na ação administrativa dos sistemas locais perante o federal, e vice-versa?

A estes aspectos o documento da Política Nacional Integrada da Educação chama de integração vertical e horizontal. E ela constitui uma das quatro ações básicas delineadas para orientação da ação de governo, no setor educacional. Trata-se de maximizar, isto é, extrair do monte de recursos disponíveis o maior e melhor efeito possível.

Desse modo, segundo a compreensão do Ministério, há um importante problema a enfrentar, que todos os Senhores Secretários de Educação bem conhecem: a escassez relativa de recursos materiais, que aumenta na medida em que se elevam as metas quantitativas a atingir. Há, por outro lado, o problema qualitativo, que reside no desafio de fazer com que o crescimento numérico do sistema não se faça às custas do teor de qualificação do aluno.

O primeiro problema pode ser resolvido com medidas de ordem econômico-financeira, mas só em parte. Os países em desenvolvimento, mesmo que destinem à educação parcela de seu Produto Interno percentualmente maior do que as dos países mais desenvolvidos, continuarão a defrontar-se com a escassez desses recursos frente ao volume das situações a vencer.

De qualquer forma, medidas como as recentemente adotadas pelo Governo Federal possibilitam reduzir o impacto de tais desafios, na razão em que proporcionam, direta ou indiretamente, recursos adicionais para a educação: a Emenda Constitucional nº 5, aumentando gradativamente os Fundos de Participação e, conseqüentemente, a quota que por lei os Estados, Municípios, Territórios e Distrito Federal destinam ao ensino; a recente alteração do salário-educação, garantindo recursos substancialmente maiores às unidades federadas; o Programa de Crédito Educativo, a ser implantado em 1976, em benefício dos estudantes universitários com dificuldades econômicas; a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, já examinando e deferindo os primeiros pleitos das instituições de ensino; o Plano Nacional de Pós-Graduação, e muitas outras medidas de conhecimento dos administradores das universidades e dos sistemas locais.

Mas não basta aumentar recursos. Todos sabemos que é preciso aperfeiçoar incessantemente os processos administrativos de sua aplicação. Reduzir custos é um meio para obter um resultado maior. Além disso, entendemos todos que é indispensável modificar rotinas, modernizar procedimentos, dotar o educador de novos meios, instrumentos e conhecimentos que lhe permitam agir sobre a matéria-prima do educando, de forma a alcançar o segundo aspecto da ação maximizadora: um resultado melhor.

Os dois resultados não poderão ser atingidos se a universidade

não continuar aperfeiçoando sempre as condições de proporcionar ao ensino de 1º e 2º graus o docente qualificado de que necessitam. Ou se o 1º grau não fizer chegar ao 2º grau estudantes realmente qualificados. Porque, se estes se valerem da função "terminalidade" que a reforma da Lei nº 5.692 estabeleceu, é preciso que a sua base de conhecimentos e aptidões seja suficiente para absorverem a matéria das "habilitações básicas" que lhes são oferecidas. E, se optarem pela função "continuidade", as instituições de ensino superior têm direito a reclamar um candidato não necessariamente com maior soma de conhecimentos mas seguramente com maior capacidade de absorção desses conhecimentos.

Todo esse conjunto de objetivos, recursos e métodos de trabalho seria, por si mesmo, de grande significado e valor e justificaria esse encontro de Porto Alegre. Vimos aqui dispostos a aprofundar o estudo do tema da integração educacional e contamos com o concurso de sua experiência e idealismo para o amplo sucesso desta reunião.

Há, entretanto, uma preocupação pairando mais alto no universo educacional brasileiro, que eu gostaria de acentuar nesta oportunidade e à qual atribuo uma grande dimensão para os destinos do País.

Em setembro deste ano, ao falar aos estagiários da Escola Superior de Guerra, afirmei que constitui um elemento básico da atuação educacional no Brasil a sua identificação com o processo histórico atual. "Deseja-se uma educação dirigida à criação de uma sociedade fundada nos valores espirituais perenes, preservadas a identidade e a originalidade da cultura nacional, donde decorre a feição peculiar do homem brasileiro: democrata por vocação, espírito cristão por formação, amante da liberdade, solidário entre vontades que tendem ao objetivo condizente com as suas aspirações".

No convívio deste momento gostaria de convidá-los a uma reflexão coletiva sobre a missão maior que devemos exercer: a de preparar as gerações brasileiras para a grande civilização que deve continuar florescendo em nossa terra. Para a realização desse destino de grandeza a que o Brasil pode aspirar, que objetivo nos poderia sensibilizar mais do que a valorização da herança espiritual que compõe o nosso caráter, como indivíduos e como Nação?

A crença do povo brasileiro em valores essenciais que devem moldar a consciência e o comportamento do homem nós vamos encontrar na própria gênese de nossa formação histórica. A terra descoberta, uma vez constatada que não era ilha, ganhou o significativo nome de Terra de Santa Cruz. Os descobridores encontraram aqui povos nativos que, mesmo separados pela distância do espaço e do tempo, tinham eles próprios suas crenças espirituais, que persistem até os nossos dias. E o elemento africano trazido para a dura vida da escravidão nunca se apartou de sua fé, cujas manifestações variadas tanta influência exerceram, e ainda exercem, na formação do caráter

nacional brasileiro.

Não estaria precisamente nessa fidelidade constante às raízes a melhor explicação para a característica de "homem cordial" a que se referiu Buarque de Holanda para definir o homem brasileiro? Não residiria nesse amálgama de crenças a disposição inata do homem de nossa terra à conciliação e à concórdia e sua hostilidade à intolerância e ao fanatismo? Em apenas dois exemplos poderia resumir tal virtude de nossa gente: no Norte, na imensidão da Amazônia, certamente não existiriam o caboclo, sua família e sua canoa se ele não tivesse consigo uma sólida fibra interior a conservá-lo de pé, na conquista do seu meio natural; e, aqui, no **Sul**, foi a fé que ajudou o gaúcho a sustentar os valores permanentes da nacionalidade e as fronteiras da Nação. Não tenho a menor dúvida de que essas características constituem o patrimônio primeiro e supremo bem do nosso povo e que cumpre não apenas conservá-las mas, principalmente, convertê-las no símbolo da civilização que os brasileiros constroem, dia após dia, com o seu trabalho e o seu estudo.

Senhores, o que o tempo e a memória registram das civilizações é a sua capacidade de criar obras e valores que resumem o significado do homem e de sua existência; em suma, o sentido da vida. Fácil é imaginar-se como seria pobre o patrimônio de artes e de idéias do Brasil se não tivesse existido, ao longo desses quatro séculos, uma tradição de espiritualidade enraizada na consciência popular e proveniente de tantas fontes diferentes. Sob o influxo dessa filosofia, nossos antepassados nos legaram a concórdia, substituindo a hostilidade pela literatura da solidariedade, procurando triunfar sobre o egoísmo.

É este exemplo da história que tenho em vista quando procuro visualizar as coordenadas da civilização que o povo brasileiro vem construindo sobre esta parte do Novo Mundo. Essa, a moldura mais ampla na qual se insere a nossa tarefa de educação e cultura. A instrução técnica, profissional, humanística, desportiva e cultural que nos compete oferecer, como contribuição ao desenvolvimento da personalidade do homem brasileiro, não esgota, em si mesma, a função educadora. O Brasil precisa formar, antes de tudo, homens que crêem e não apenas homens que sabem.

Que crêem na solidariedade humana; na necessidade da concórdia; de paz; na dedicação, com amor, ao próximo; no dever que temos diante do futuro da Pátria, para a qual "tudo se deve dar, sem nada pedir", como disse Siqueira Campos, "nem sequer compreensão".

A civilização do Brasil há de ser ecumênica pela diversidade das origens, pela cordialidade da convivência das raças diversas que formam o nosso povo e por sua capacidade de se integrarem sobre a base das crenças comuns.

Devemos ser solidários, persistentes e decididos na defesa dos nossos ideais de amor, de compreensão, de tranqüilidade para a família

brasileira, a fim de que sejamos realmente um "instrumento de paz no mundo".

Já disseram e já dissemos: "Nas salas de aulas se traça o destino da humanidade". Nós sabemos disso, sentimos essa responsabilidade e não falharemos a esta Nação que amamos tanto.

Todos temos consciência de que devemos manter o nosso trabalho em favor dos nossos valores perenes. E neste encontro, que reúne homens engajados na missão educadora do nosso povo e comprometidos com um destino de grandeza para o País, nada poderei dizer mais do que externar, do fundo da alma, como Ministro e cidadão, o meu agradecimento pelo que fazem em favor da criança, do jovem, do adulto; enfim, em favor da terra, da gente, das instituições do Brasil.

**Pronunciamento do Sr. Secretário da Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, Prof. Ayrton Santos Vargas.**

Minhas senhoras e meus senhores

É para a comunidade rio-grandense, e de forma especial para o Governo do Estado, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, uma honra e um privilégio poder contar aqui, neste momento, com a presença das mais altas autoridades de ensino da Nação, tendo à frente Sua Excelência o Senhor Ministro Ney Braga. Reúne este encontro nacional que ora se inaugura, para orgulho e satisfação nossa, pela vez primeira, secretários de educação e presidentes de conselhos estaduais de educação com reitores de todo o País para, sob o signo do diálogo e do entendimento, trocarem experiências e debaterem soluções para um dos mais fundamentais e abrangentes problemas do processo educacional brasileiro. A simples enunciação do tema central desta reunião — Integração do sistema estadual de educação com a universidade — já deixa antever a amplitude e a profundidade de que se revestirão os trabalhos e a imensa responsabilidade que se coloca a quantos deles participarão. Conforta-nos, a nós, gaúchos, como anfitriões desta assembléia, a consciência de que ela congrega algumas das mais destacadas expressões da ciência, da doutrina e da ação pedagógica, penhor e garantia seguros de que nossos objetivos comuns serão alcançados em toda a sua extensão.

Mais de uma vez tem-se referido Sua Excelência o Senhor Presidente da República, o eminente general Ernesto Geisel, a necessidade de que, no estágio atual de desenvolvimento do Brasil, se somem esforços na área estadual e federal para que mais depressa se atinjam as grandes metas nacionais, num quadro em que o ensino ganha evidente posição de prioridade, como fato desencadeante da formação de recursos humanos, indispensáveis em número crescente, quantitativa e

qualitativamente, na etapa em que nos encontramos e muito mais no futuro.

Embora a lei que estabeleceu a Reforma Universitária tenha fixado normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, forçoso é reconhecer que esta articulação não obteve ainda efetiva concretização. Mais distantes estamos da desejável integração funcional e institucional dos dois sistemas de ensino, embora aqui e ali já se registrem iniciativas válidas nesse contexto e nessa direção.

Isto se deve, talvez, ao impacto que sofremos de duas grandes reformas ainda não totalmente implementadas. Pagamos por isso o tributo que sempre cobram e não de cobrar as transformações de profundidade. Por mais elevado que seja o seu sentido, por mais benefícios que tragam em sua esteira, por mais legítimos que tenham sido os ditames que as inspiraram, envolvem elas em sua essência, até que se consiga assimilá-las, um esforço gigantesco de adequação e ajustamento, em todos os níveis de decisão e execução.

No caso do ensino, buscou-se particularmente enquadrá-lo, com uma alta dose de saudável pragmatismo, no elenco de ações destinadas à superação de estruturas ultrapassadas que se desencadeou no País nos últimos onze anos, com vista à edificação de uma sociedade desenvolvida, moderna, progressista, humana e democrática, respeitando os valores e a identidade nacional da cultura brasileira. Esse imenso desafio foi aceito com espírito aberto e coragem de inovar, pois autênticos, genuínos, justos eram seus princípios e legítimos seus fins.

Ocorre contudo que, na pressa de acertar, no zelo de emoldar-se às transformações, há sempre o perigo de tomar-se o acidental pelo essencial, dando-se ênfase demasiada a determinados aspectos em detrimento de outros.

Assim é que, se no bojo da reforma, o sentido prático, que se traduz na especialização em determinadas áreas do conhecimento, mereceu destaque especial, tendo em vista as necessidades imediatas de esforço nacional, não pode a educação com isto perder de vista a formação integral dos indivíduos, pois é através dela que o homem compõe sua visão de mundo, coloca objetivos de realização pessoal a serem atingidos, descobre valores permanentes, aperfeiçoa-se e adquire o senso de sua responsabilidade social. Como muito bem disse o Ministro Ney Braga, "nossa preocupação é que a educação geral não seja marginalizada pela educação especial, e os cursos de 2º e 3º graus não formem somente especialistas em minúcias, mas sobretudo seres humanos integrados harmonicamente na vida em sociedade".

Em verdade, as reformas terão falhado se operarem apenas mudanças de superfície, sem mudar as mentalidades. Isso significa que não se pode divorciar o particular do global, mas antes sintetizá-los e harmonizá-los. Em outras palavras, deveremos ter a sabedoria do

equilíbrio, de forma a contribuir para a força de trabalho do País e seus altos objetivos econômicos e sociais, sem esquecer por um momento que, paralelamente, devemos abrir a seres humanos as mais amplas possibilidades de realização como indivíduos; devemos formar caracteres; devemos inculcar valores; devemos fortalecer personalidades sob a inspiração permanente da fé, da moral, da confiança, da integridade e da retidão.

Esta é, também, a orientação da UNESCO, ao estabelecer que o conteúdo da educação deve pautar-se pela formação integral que abranja a totalidade do homem, sendo injusto e prejudicial à sociedade que a pessoa se frustre ou seja privada das possibilidades de desenvolvimento e afirmação que o ensino deve promover. No caso brasileiro, tal concepção implica em fortalecer a educação integral, interpretando-a à luz das características de nosso tempo e de nosso País, somando a consciência de responsabilidade social com a realização das potencialidades críticas e criadoras dos educandos, de forma a que estes consagrem sua força moral e seu conhecimento em benefício próprio e da sociedade em que vivem.

O encontro que hoje se inaugura e sua tese central estão estreitamente ligados a esse grandioso objetivo. É através de um mais amplo inter-relacionamento dos sistemas de ensino estadual com as universidades que se abrirão perspectivas para o aprimoramento do magistério — uma de suas primeiras e mais significativas resultantes — e, em consequência, da própria educação nacional.

A importância e o valor desta reunião dos responsáveis pelas diretrizes e padrões de ensino brasileiro se acentuam, sobretudo, pelo fato de que ela oportunizará um produtivo intercâmbio de idéias e vivências, possibilitando o estudo e o debate de problemas comuns, detectando deficiências, visualizando novos rumos e alternativas, empreendendo redefinições e reajustes, ampliando a compreensão e abrindo portas à integração.

"Aprofundar-se, penetrar nos problemas, neles crescer, atuar, dedicar-se" — disse judiciosamente o Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga — "são deveres que por justiça cabem e devem ser cumpridos pelos que têm o privilégio do conhecimento e da cultura, principalmente no seu estágio superior e, mais ainda, quando se alia a isso a oportunidade de agir em benefício da própria educação. Uma tarefa comum pressupõe, evidentemente, para seu êxito, o entendimento entre os que a desempenham, a cordialidade entre os que dela participam".

Tendo isso em mente, será possível — acrescentaríamos nós — orientar o confluir dos avanços tecnológicos, científicos e pedagógicos, de modo a evitarem-se os desníveis, quer de ordem quantitativa, quer de ordem qualitativa, que ainda se verificam entre as diversas regiões brasileiras. Esse, parece-nos, é outro aspecto de primordial significado.

Acreditamos firmemente que, em educação como em outros campos de atividade, é fundamental buscarmos soluções nacionais, à luz de nossas experiências e realizações, respeitando as peculiaridades, mas consolidando a unidade. Muitos de nós já tivemos a oportunidade de sentir e conviver com as realidades educacionais de nações mais avançadas. Mas se é muito o que podemos aprender de seus sistemas educacionais, se é inestimável sua experiência multissecular, jamais a poderemos importar pura e simplesmente na tentativa de ajustá-la à nossa realidade. Diversamente, devemos saber captar o que de positivo têm as demais nações para nos oferecer, sem contudo abdicar de nossa criatividade, e, em especial, de nossa própria vivência de problemas que são nossos.

É esse espírito de abertura, de diálogo, de fermentação de idéias, de diagnóstico de situações, de imaginação criadora, sob a inspiração dos sentimentos de brasilidade, que nos aproxima e irmana que, estamos certos, norteará os trabalhos deste encontro. Sob o influxo desses princípios, dessa fraternidade, dessa capacidade de dar e de receber, se lançarão aqui, permitam-nos prognosticar, bases efetivas e duradouras para a integração dos sistemas estaduais e universitários de ensino e para o progresso da educação nacional.

Muito obrigado.

## **Pronunciamento do Secretário-Geral, Eng<sup>o</sup> Prof. Euro Brandão**

Em primeiro lugar, minha saudação muito cordial a todos os participantes deste encontro, secretários de educação, presidentes de conselhos, e, nesta ocasião, também aos magníficos reitores das universidades e aos diretores dos setores de educação.

Bem avalio o que significa esta presença, enriquecendo extraordinariamente este convívio, que desejo cordial e frutuoso, quando conhecemos o peso das responsabilidades daqueles que aqui vêm, com uma dedicação e espírito de colaboração que só podemos louvar e admirar.

Nosso encontro anterior foi em Brasília. Tratamos, então, de cinco temas diferentes.

Agora nos propomos a debater um tema único, ao qual se confere uma excepcional importância.

A reunião de Brasília desencadeou posteriormente conseqüências altamente valiosas; quantas medidas já foram tomadas no próprio Ministério, nas secretarias de educação, em conseqüências daquele encontro! Primeiramente, aquelas decorrentes diretamente dos temas. A formulação do ensino de 2º grau é um exemplo. Enfrentamos o problema de refletir em conjunto sobre a educação para o trabalho, o que foi frutuossíssimo. Continuam florescendo as conseqüências daquele encontro: o Conselho Federal de Educação nos está provendo regularmente das novas habilitações básicas do 2º grau, e os seminários promovidos pelo Ministério da Educação, através do Departamento de Ensino Médio, vêm levando a diversas regiões do Brasil, reunindo secretários e técnicos, esses currículos produzidos pelo Conselho.

O exemplo de intercomplementaridade que foi apresentado naquela reunião, quanto esclarecimento, quantas dúvidas permitiu fossem sanadas e possibilitou o prosseguimento de atuação neste sentido. O aperfeiçoamento da cooperação técnica do Ministério com os

Estados, que ainda é um tema que nos preocupa e que está exigindo de nós o prosseguimento de estudos e providências, é fruto daquele encontro.

Outras conseqüências, não diretamente ligadas aos temas, também advieram. Para só citar uma delas, temos a notável reunião, iniciativa dos secretários do Norte do Brasil, que possibilitou, através da atitude então tomada, a posição do Governo Federal ao regulamentar o salário-educação, provendo assim recursos adicionais importantíssimos para o sistema educacional do Brasil.

Por isso tudo, estamos convencidos do alto benefício destes encontros, onde não se vem para ouvir, onde não se vem para receber orientação, mas onde se vem para que possamos discutir juntos, para que possamos descobrir juntos, educadores e administradores da educação de todo o Brasil, os rumos que devemos adotar para o melhor êxito de nossa ação. Por conseguinte, também este é agora o clima deste novo encontro: clima de trabalho conjunto, clima de propor sugestões, clima de sentir, com intensidade, o que se está fazendo em toda a parte, nas universidades, nos seus departamentos de educação, nas secretarias de educação dos Estados e dos Territórios. Este é o clima: cordialidade, franqueza, informalidade.

Os documentos do IX Encontro foram distribuídos com antecedência. Vêm de ser, ainda há pouco, elogiados pelo Governador do Estado. Não foram preparados no Ministério. Foram coordenados pela Secretaria-Geral, mas elaborados por elementos altamente capacitados das secretarias de educação e das universidades. Isto é importante, porque não estamos, da parte do MEC, propondo soluções para o problema; estamos colhendo dos sistemas de ensino e das universidades idéias que estão aí. Os documentos são, em geral, uma vez que já foram estudados, previamente, em diversas secretarias e em inúmeras universidades, considerados muito bons, e eu estou extremamente satisfeito com isto. Estão realmente de parabéns as pessoas que os elaboraram. Também ouvimos de alguns a observação de que são, aqui e ali, um pouco contundentes, talvez demasiadamente dramáticos.

É bom que tenha sido assim. Não devemos entender, nessas palavras, às vezes um pouco candentes, que se está querendo menosprezar o que quer que seja. Estamos querendo trazer documentos realmente sérios; água-com-açúcar, aqui, nesta nossa reunião, não interessa. Queremos realmente a faceta mais preocupante da verdade: colocar os problemas com a evidência e com o enfoque que sejam necessários para a sua solução.

Temos aqui, hoje confrontados, o mundo da educação do primeiro e do segundo grau e o mundo do ensino universitário.

Dentro dos sistemas estaduais de ensino, dentro dos sistemas de ensino dos territórios federais, estamos vivendo este grande drama: o

drama de acelerar o desenvolvimento brasileiro. As palavras do Pe. Vasconcellos, ainda há pouco proferidas, mostram bem o relacionamento do desenvolvimento com a educação. Estudos recentes, sob o aspecto econômico, mostram a rentabilidade social, hoje mensurável, através dos trabalhos de Langoni, da Fundação Getúlio Vargas, dos investimentos na educação. Pode-se, por conseguinte, determinar o relacionamento educação/desenvolvimento.

As aplicações em educação produzem uma rentabilidade social igual, em média, ao dobro daquela decorrente do capital aplicado em qualquer outra área para o desenvolvimento. Quanto à taxa de crescimento do produto real bruto, segundo os estudos também de Langoni, equivalem-se o capital aplicado em máquinas e instalações com o capital aplicado na educação. Cada cruzeiro da educação produz o mesmo rendimento do cruzeiro aplicado numa instalação industrial, para o progresso brasileiro, no que se refere ao crescimento da taxa do produto real.

Isto é extremamente significativo do ponto de vista econômico,, e, quando dizemos que estamos fazendo "educação para o desenvolvimento", isto corresponde efetivamente a uma grande realidade.

Podemos bem avaliar o trabalho imenso dos secretários de educação, das equipes das secretarias estaduais de educação. É um esforço inimaginável que dispõem. É incrível o quanto de dedicação e de sacrifício vivem estes homens que dirigem e que administram a educação no Brasil. Muitas vezes já manifestei, nos encontros anteriores e nas oportunidades em que o fiz pessoalmente, esta admiração profunda, do Senhor Ministro e minha, por estes homens que atuam e se desdobram à frente dos sistemas estaduais de ensino. A catadupa de problemas, as dificuldades não pequenas que se emaranham, a serem enfrentadas e resolvidas, e, no entanto, aí estão eles, firmes, dispostos ao trabalho deste encontro, com o espírito aberto, com disposição de alma, para prosseguir nesse trabalho!.

Apenas para ventilarmos de relance o panorama, podemos distinguir quatro tipos de problemas marcantes na educação. Em primeiro lugar, o de garantir a todas as crianças que completam a idade escolar o seu lugar na escola. Isso é quase um desejo universal, os países anseiam por isso. Só isto já é uma tarefa gigantesca. É um estágio que o Brasil ainda não atingiu e que devemos procurar; devemos-nos esforçar arduamente para conquistar.

Mas no momento em que conseguirmos isto, ainda assim, não teremos resolvido os problemas de educação. Há um outro tipo de dificuldade: fazer com que *essas* crianças que ingressaram nas escolas concluam a primeira etapa dos seus estudos. A conclusão da primeira fase do 1º grau, no Brasil, é algo preocupante. Toda uma série de carências se revelam neste desenvolver do ensino. Temos, logo da

primeira para a segunda série, uma queda grande no número de alunos, formando um degrau, que embora esteja diminuindo (as estatísticas recentes mostram isso), ainda exige muito de nós. A evasão e a repetência são altas e devem ser vencidas — é o segundo tipo de dificuldade.

Mas vamos agora admitir que colocássemos todas as crianças nas escolas; vamos admitir que já tivéssemos abolido a evasão e a repetência; ainda, assim, teríamos um terceiro tipo de problema: o daqueles que, não tendo cursado a escola na ocasião oportuna, ainda requerem educação, embora já ultrapassada a idade escolar (e são muitos no Brasil). Esta tarefa portentosa, de ação supletiva, para compensar o atraso da educação anterior — tudo isso recai sobre os sistemas de ensino. E se nós tivéssemos feito tudo isso: colocado todas as crianças na escola; vencido a evasão e a repetência (que já não ocorressem mais em taxas tão altas); ainda mais, que tivéssemos suprido todos aqueles que não puderam estudar oportunamente, assim mesmo o problema continuaria, porque, no momento em que propiciamos a educação num determinado nível, aumentam as necessidades no nível subsequente.

Então é um trabalho sem fim, é uma tarefa prodigiosa que está diante de nós, e esta tarefa prodigiosa é a própria tarefa do desenvolvimento brasileiro.

Vejam, por conseguinte, que essas demandas do crescimento nos atingem de maneira extremamente grave, extremamente presente, e seria extremamente inquietante se nós não tivéssemos esta certeza, esta tranqüilidade: a de que estamos fazendo tudo para o progresso da educação e que são promissores os resultados que vêm sendo obtidos, de forma a recompensar o generoso esforço que vem sendo feito por todos.

É necessário, porém, conhecer o porte dos desafios a vencer para motivar mais o nosso trabalho e o trabalho das nossas equipes, daqueles que dependem de nós, para que possamos todos juntos ousar os grandes passos que a história de nosso país de nós aguarda.

Aí está, então, o nosso sistema de ensino de 1º e 2º graus. Chamamo-lo de sistema, trabalhamos com afincos para que ele realmente se efetive, porque ainda requer fortalecimento e vigor.

O funcionamento do sistema de ensino, desde o momento em que parte da regulamentação e fixação de objetivos até o momento em que atinge as escolas rurais no interior dos municípios, se faz por um caminho ainda ínvio e obstaculoso, que precisa ser alargado e retificado. Então, o sistema tem muita coisa por fazer. E, quando participamos de encontros como este, o sistema se aperfeiçoa, o sistema se fortalece.

Em cada um dos Estados existe uma série de dificuldades, maiores ou menores, conforme a região do País. Iniciam-se nos prédios escolares. Ainda recentemente, a secretária profª Myrthes Wenzel, do Estado do Rio de Janeiro, fez detido exame nas escolas, uma por uma,

o que, aliás, por um equívoco, foi noticiado como se tivesse sido feito por outros e não pela secretaria. Pois bem, foi um exame minucioso, escola por escola. E vimos escolas sem telhado, crianças estudando entre quatro paredes e com o céu como teto... Quantas coisas como essas existirão assim, pelo interior do Brasil, principalmente nas zonas rurais? Será que as escolas que estão sendo feitas correspondem tecnicamente, no que se refere aos materiais, à sua funcionalidade, às suas especificações pedagógicas, ao que se necessita realmente naquele ponto, naquela região? O que se está jogando fora por inadequação, por falta de função, por localização inadequada (como acontece quando se coloca uma escola pública ao lado de uma escola particular, e a escola particular é obrigada a fechar as portas)? E os problemas do material escolar? Que precisamos ainda fazer, que colaboração enorme a universidade pode dar ao sistema de ensino na produção do material escolar? Já se está fazendo muito. O próprio Ministério utiliza os serviços da Universidade de São Paulo para planejar instrumentos de física e outros materiais de ensino, mas muito ainda se poderá fazer. Com relação ao livro, não deveriam ser os professores universitários, especializados em assuntos educacionais, quem mais teriam condições de preparar os livros de que necessitam os sistemas estaduais de ensino? E a crítica deles, o seu acompanhamento, o seu aperfeiçoamento, a sua atualização?

E quanto ao aluno — que espécies de alunos temos nós? Uma porcentagem muito grande com carências nutricionais, que já não podem acompanhar sequer as idéias e os ensinamentos que ocorrem nos diversos níveis de ensino, ou com carências de natureza social, que os colocam incapacitados psicologicamente para acompanhar os estudos. É todo um esforço que se precisa fazer sobre isso. É a formulação das providências, de todos os níveis, que devem ser tomadas, para que se tenha realmente a escola democrática, de acesso para todos.

E quanto aos professores? Ah! que problema com os professores!... Muito fazem as universidades sobre isto, mas as dificuldades ainda são grandes. O número de professores leigos é demasiado. Os vencimentos, muitas vezes, são exíguos, incompatíveis com a tarefa que exercem. Faltam-lhes condições melhores de habitação, de alimentação, do próprio material de ensino e de formação pedagógica adequada. (Estou apenas referindo os problemas remanescentes; não estou, de caso pensado, trazendo as conquistas já efetivadas. Quero tão-somente fazer um quadro do universo em que estamos inseridos.) E as distâncias a serem percorridas para se chegar às escolas, no interior do País, quando a população é rarefeita? E quando ocorre o deslocamento das famílias, de uma região para outra, conforme a época das safras? Retiram-se as crianças das escolas, e o ensino, então, nunca é completado...

E quanto à administração escolar, à capacidade de dirigir, de

gerenciar adequadamente uma escola, de forma efetiva, produtiva, eficaz? ... Quantos municípios não têm sequer um técnico em educação com quem o prefeito possa conversar para saber que tipos de problemas estão ocorrendo no seu município? E a necessidade de dinamismo, um dinamismo que realmente transforme este País, como nós precisamos que ele seja, cada vez mais, e rapidamente, transformado? E a orientação pedagógica dos cursos, e a instalação de uma efetiva supervisão escolar? Como ainda estamos longe disto! Que dificuldades têm os sistemas para implantar esta efetiva supervisão! Quantas vezes o Ministério é invocado para problemas que não são nossos, que são das secretarias de educação... e o secretário de educação se vê também em dificuldade para poder montar um sistema de supervisão efetiva, certamente a única forma de melhorar a qualidade do ensino.

E quanto aos recursos financeiros, sempre necessários (como referiu o Pe. Vasconcellos), e as prioridades exatas que deveriam ser estabelecidas em cada região, em cada oportunidade, para se chegar a resultados mais eficazes em cada circunstância? E os embates de interesses — interesses às vezes mais comerciais que pedagógicos — que vão influir em prejuízo, maleficamente, do ensino?

Imaginemos a participação das famílias e do povo todo; até que ponto poderemos aperfeiçoar sua participação na educação? Quando é que poderemos realmente marchar para as verdadeiras cidades educativas, em que se tome consciência de que a educação não é apenas a escola, mas também a família, também o instrumento de comunicação social, também o clube, também a empresa, também a vida social de cada dia, também as associações religiosas, todas elas integradas no mesmo espírito educativo? Quando vamos chegar lá? Temos muito por fazer!

Este é o panorama esboçado do trabalho diuturno da educação nacional — este trabalho em torno do qual se congrega a grande comunidade de educação, plena de educadores e administradores e técnicos altamente abnegados, altamente empolgados pelo ideal de educação. Mas precisamos dar-nos as mãos para que possamos caminhar mais depressa.

E a universidade? (Não preciso falar muito na universidade, já que a conferência do Pe. Vasconcellos foi extremamente elucidativa.)

Já se tem falado muito em integração universidade/comunidade, em ampliação da atividade de extensão, de incentivo à pesquisa, etc.

Ainda no encontro passado, o Diretor do DAU, Prof. Edson M. Souza, quando se dirigiu aos secretários de educação, insistiu nesse ponto das universidades, não apenas fazendo pesquisa tecnológica em seus laboratórios, mas trabalhando em seu entorno, saindo à sua comunidade elaborando ali, na conquista dos frutos de seu conhecimento e na busca das soluções requeridas.

Vemos, agora, então dois grandes universos: o mundo do sistema

de ensino e o mundo da universidade. De um lado, o alto potencial intelectual, todo o conjunto do conhecimento humano mais alto, enfeixado nesse mundo da universidade; de outra parte, toda uma multidão de educadores vivendo e realizando esse trabalho extraordinário nos sistemas de ensino. Por que não se beneficiam mais estreitamente um universo do outro? Se dizemos que a universidade deve agir na comunidade — muito se diz: "Vamos agir na comunidade das empresas, nas comunidades correspondentes a toda a sorte da atividade humana... —, por que não, e principalmente, na comunidade do ensino de 1º e 2º graus, nessa comunidade irma da universidade, que é a comunidade do sistema estadual de ensino?

É para isso que estamos fazendo este encontro; para que possamos refletir em conjunto, de uma vez por todas, nesta necessidade de agirmos, somados, numa grande união de esforços, em benefício da educação nacional.

Há alguns riscos nos órgãos de alto nível cultural e científico, da mesma maneira que existem alguns riscos na formação das pessoas altamente ilustradas, na pessoa de grande erudição. Sabemos que o conhecer, por si mesmo, não é suficiente para formar a pessoa, integralmente, em todas as suas potencialidades. Sabemos que o egoísmo pode fazer uma pessoa altamente sábia se tornar pouco ou nulamente benéfica. Sabemos que a vaidade pode, de tal maneira, criar barreiras entre aquele que pode ajudar e o outro que requer ajuda, que se perde todo o benefício pela elevação do nível cultural de certas pessoas. Existem ainda a acomodação — aquele que está satisfeito consigo mesmo na posição que assumiu —, o cultivo da auto-excelência, a morosidade nas decisões (decisões lentas, num País que quer andar depressa): tudo isso são vícios que podemos encontrar por hipótese, individualmente, aqui e ali. Pois bem, esses vícios individuais podem também (não digo que haja necessariamente, mas é preciso que a gente se cuide, para que não ocorra) acontecer nos grupos sociais. E aí daquela universidade que for egoísta, aquela que se fecha sobre si mesma, aquela que cuidar de seus próprios problemas, aquela para quem o sistema de ensino é apenas a sua "escola de aplicação" — um grupinho bem tratadinho, de elite, — quando nós temos, para campo de experimentação, todo o sistema educacional, febricitante em torno de cada universidade. Aí daquela associação de ensino superior que tivesse vaidade, que não quisesse colocar as mãos naquilo que a rodeia, porque acha que está muito longe, como que numa torre de marfim, e não quisesse participar ali, a cada dia (com dificuldade, sim, não estamos pedindo um trabalho fácil), para resolver os problemas que realmente a cercam — e isto é integração universidade/comunidade. Aí daquelas que, eventualmente, ficassem na acomodação, como se a Reforma Universitária fosse alguma coisa que se escrevesse no papel, que se fizesse estruturalmente, e que não se precisasse vivê-la, não se

devesse realizá-la a partir de cada um de nós, para que nós mesmos e transmitamos e a vivamos com o nosso semelhante.

A morosidade nas decisões também pode ser, eventualmente, um vício. Até que ponto já fizemos o suficiente para nos integrarmos? Até que ponto a universidade, que pode fazer muito mais do que está fazendo, se tem esforçado para essa integração (e isto vale também para as secretarias de educação)?

Eram estas as idéias, as idéias de que há dois universos, dois universos que se entrelaçam, de certa forma, e que precisam um do outro para se realizarem plenamente. Existem outras necessidades de integração (nós faremos, futura e certamente, encontros que tratarão de integração com empresas, etc), mas é preciso começar já por esta, que é a integração na própria casa da educação no Brasil, das próprias pessoas que põem sua vida, que põem seu sacrifício, que justificam a sua existência na tarefa educacional.

E essas pessoas somos nós que estamos aqui, agora, porque estamos todos presentes, de todos os níveis da educação nacional.

Queremos, assim, esse esforço, essa união de esforços pela educação no Brasil. Educação que desejamos chegue até o jovem, que não seja apenas estrutura, não seja apenas documento bem feito; não seja alguma coisa por fora que não atinja o jovem, mas algo que proporcione a sua formação integral e não apenas a formação profissional. Fazê-lo bom profissional, mas fazê-lo também culto, na medida do nível a que ele corresponde — dar formação cultural, para que ele tenha conhecimento do mundo de hoje, principalmente deste mundo mutável, deste mundo dinâmico. Fazê-lo, também, formado civicamente, para compreender e desenvolver as suas potencialidades em benefício do bem comum, pois que a profissão não é senão um meio de servir ao seu semelhante. As universidades e as escolas de nível fundamental e médio (as escolas confessionais, as escolas particulares e as escolas públicas) compreendem cada vez mais a necessidade de não dar apenas ensinamento profissional, porque, se fizermos apenas isso, estamos perdendo a grande oportunidade de formação verdadeira do nosso jovem, sem descuidar ainda de sua formação familiar e da espiritual.

São cinco os aspectos que constituem a gama da educação completa: profissional, cultural, familiar, cívica e espiritual. Conviria que as nossas escolas (eu trago a reflexão para os senhores) vivessem lemas éticos que informassem a comunidade de cada escola. Assim como não se admite um homem que não tenha princípios e que não aja eticamente, segundo aquilo que crê, por que as universidades, por que as escolas (públicas ou particulares) não de apenas ensinar, não de apenas acompanhar o desenvolvimento da ciência, o desenvolvimento do progresso, o desenvolvimento das coisas materiais, e não assumem, elas próprias, uma individualidade ética, um grupo peculiar eticamente

constituído? Poderiam as escolas valorizar códigos de ética e propiciar condições aos alunos para vivê-los? Por que é então que ocorre que professores não raro não se interessem por isto, e por que é que um aluno não pode dizer: "Eu tenho orgulho de ser da universidade tal, em que se praticam tais e tais princípios que lá aprendi? "

Parece-me que estamos, neste particular, restritos à atuação individual, ao professor que toma por si só a iniciativa, quando devíamos ter em cada estabelecimento de ensino, além do ensino científico e profissional de que precisamos com urgência, certamente também ministrada ao jovem, com toda profundidade, a formação indispensável para que possa bem servir ao seu semelhante. Será que não precisamos principalmente abrir para ele, de maneira sistemática, institucionalizada e não eventual, a consciência bem formada, a compreensão do mundo, da vida do nosso país e dos grandes e elevados ideais humanos?

Poderia, por conseguinte, terminar estas considerações despretensiosas, mas plenas de entusiasmo, com as palavras de João de Scantimburgo em uma de suas obras: "Ao jovem não se deve prometer só o desenvolvimento. Isto é muito, mas não é tudo. Deve-se-lhe prometer e oferecer também, e sobretudo, uma razão para viver".

## **Pronunciamento do Presidente do Conselho Federal de Educação, Padre José Vieira de Vasconcellos**

### **1. INTRODUÇÃO**

Quase cinqüenta por cento da eficácia de uma palestra depende da receptividade do auditório e do estado de espírito com que se dispõe a escutar. Não por outra razão os documentos de trabalho do presente encontro estão invariavelmente precedidos por duas indicações neste sentido, ressaltadas em quadro com vinhetas. Por este motivo, também eu desejo pedir aos meus ouvintes de hoje, principalmente aos magníficos reitores (pelo específico do tema), um *crédito de receptividade* às minhas palavras, "desarmando" o espírito, ouvindo-me como se eu tivesse autoridade para sugerir-lhes algo e coibindo, durante minha fala, por cavalheirismo ou generosidade, a análise crítica e a discussão interior, para deixá-las para o trabalho dos grupos.

No exame dos dois termos que condicionam os temas deste encontro — Universidade e sistemas de ensino — deter-me-ei mais no primeiro, mas deixando ao final, como matéria para discussão dos grupos, alguns pontos de contacto entre ambos.

Começaremos insistindo sobre as mais recentes mudanças das universidades, mudanças que devem atingir nossa maneira de ver essa instituição. São tão vastas, tão numerosas, tão recorrentes que nos é difícil descrevê-las todas, ordená-las de forma orgânica, situar as causas de modo claro. É como se estivéssemos diante de certo traumatismo coletivo.

Somos vítimas do mal do século — rebelião contra o "sistema estabelecido" — e, como em outras partes, a erupção

tem como epicentro a universidade. No entanto, os sistemas de ensino (e neles a universidade) tendem por seu peso à inércia. Por este motivo, numa forma estruturoforme de escapismo, podemos recusar-nos a levar em conta as conclusões que saltam dos fatos e, como já dizia Benjamin Constant, continuar a "raciocinar sobre o estado social como entusiastas, sobre a paixão como geômetras, sobre as dores humanas como físicos".

No limiar deste encontro, que me parece de singular importância, tentemos juntos fazer da universidade uma análise crítica e simpática. Estes dois termos não se contradizem, antes, exigem-se mutuamente, ao menos se nos lembrarmos de que esta "crítica" vem do grego *Krínein*, que quer dizer separar e julgar. Escutemos o nosso tempo.

Refletindo sobre as transformações da universidade, Hervé Carrier<sup>1</sup> chamou recentemente a atenção para três fenômenos principais:

- 1) a socialização da universidade;
- 2) um movimento de dispersão da universidade para fora de seus muros;
- 3) a participação da universidade na "revolução sócio-científica atual".

## 2. SÓCIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

O primeiro fenômeno é o que se poderia chamar de "socialização da universidade". Falamos de socialização mais no sentido sociológico que no jurídico ou econômico, ainda que ele tenha incidências também econômicas e políticas. A universidade se acha cada vez mais comprometida com os problemas da vida pública e cada vez mais inserida nas preocupações da socialização global. Como instituição isolada está desaparecendo. É fato bastante novo com relação ao que existia antes da última guerra. Muitas universidades naquela época pareciam claustros, comunidades de docentes e pesquisadores, onde se podia desenvolver uma vida relativamente calma.

Uma das manifestações da socialização da universidade é, em primeiro lugar, a intervenção maciça do Estado em favor do ensino de 3º grau. Justifica-se a intervenção em nome da democratização do ensino, para permitir igualdade de oportunidades de acesso à cultura superior.

Existem também razões de maior interesse: o Estado compreende que a aplicação em favor do ensino deste grau é um bom investimento para o desenvolvimento e progresso do País.

Hoje, quando se quer avaliar o progresso de uma nação, cita-se o número de pós-graduados, de engenheiros ou de especialistas neste ou naquele campo.

Uma segunda manifestação da socialização da universidade é o fato de que a instituição universitária está cada vez mais ligada à indústria. Cada dia mais as universidades aceitam contratos de pesquisa da parte do Estado ou da indústria. Para a universidade esta é outra forma de se ligar à sociedade global. Trata-se de fenômeno irreversível e é um bem. O único reparo a fazer-se é que, na maior parte dos casos, estes contratos se limitam quase que exclusivamente à área tecnológica e à indústria, clientela rica que pode pagar. A área da educação e das ciências humanas em geral vai ficando para trás.

Outro sintoma de socialização: a universidade se conscientiza cada dia mais de suas graves responsabilidades nas tarefas do desenvolvimento. Reconhece nisto uma prioridade humana e social e, portanto, também universitária: trabalhar pelo desenvolvimento do mundo. As tarefas do desenvolvimento não supõem apenas aplicações financeiras mas, em primeiro lugar e antes de tudo, uma visão humana do progresso. Caberá à universidade formar pessoas capazes de assumir responsabilidades tão delicadas, e, nesta tarefa, se torna ela cada vez mais solidária com o mundo que busca os caminhos da justiça, da paz, do desenvolvimento.

Que papel cabe à universidade ante este fenômeno?

Antes de mais nada é preciso esclarecer corajosamente as implicações sociais da mensagem universitária, interrogar-se continuamente quais são as exigências da justiça, da dignidade humana. Tudo na universidade deve impelir ao compromisso com a justiça.

Em segundo lugar, neste novo quadro da socialização da universidade, é preciso formar homens e mulheres para o discernimento, o juízo, o sentido crítico. É urgente superar o verbalismo da pseudo-revolução ou do pseudo-reformismo. É preciso criticar a expressão das grandes utopias, o simplismo das análises marxistas-leninistas, as simplificações dos projetos técnico-capitalistas, as aparentes justificativas do *status quo*. Para isto faz-se necessária uma virtude que o apóstolo São Paulo nos inculca e que é cada vez mais importante: o discernimento. Para isso, é preciso estar na escuta, faz-se mister em muitos uma verdadeira transformação mental. Temos que nos sensibilizar com as aspirações que os jovens manifestam, às vezes de modo desconcertante: eles se buscam, se interrogam sobre o sentido do

destino humano, sobre a dimensão espiritual e moral da pessoa, sobre a liberdade interior. Não se pode reduzir a realidade do ambiente estudantil ou do professorado a categorias fixas: estão em crise, estão a caminho.

### 3. A UNIVERSIDADE SE PROJETA PARA FORA DE SEUS MUROS

Um segundo fenômeno da universidade de hoje: ela se projeta para fora de seus muros. Trata-se de fenômeno recente, que parece prefigurar profunda revolução; é preciso dar-lhe atenção. Não falamos unicamente da dispersão dos *campi* e dos serviços da universidade. É fenômeno mais vasto e de maiores conseqüências.

A universidade teve suas origens no claustro, e isto dá uma idéia de sua natureza primitiva que perdurou longamente pelos séculos a fora: — uma comunidade, um lugar de encontro, uma reunião de pessoas que pesquisam, estudam e têm, para isso, um *lugar* a seu dispor. Ora, a universidade assim concebida, como instituição plantada em um lugar, está desaparecendo.

Os exemplos pululam; citarei dois ou três dos mais conhecidos. A *open University* existe na Inglaterra desde 1969, e os primeiros resultados parecem encorajar o prosseguimento da experiência. A Universidade do Ar, no Japão, criada em 1971, dispõe de 127 milhões de dólares para a primeira fase da experiência. Nos E.U.A. a *University without walls* (UWW) agrupa já 25 instituições, *colleges*, universidades e tem, entre seus princípios, o de utilizar os melhores elementos na sociedade que a rodeia, "até mesmo educadores" diz o primeiro relatório<sup>2</sup>.

Mas não é este o ângulo que desejo enfocar aqui; é outro fenômeno desta "projeção para fora", cujas conseqüências são imprevisíveis para o futuro da universidade: refiro-me ao desenvolvimento da "indústria do saber" (*knowledge industry*). As grandes sociedades, em especial as grandes indústrias da eletrônica nos E.U.A., na Alemanha e no Japão, começam a entender que os meios de comunicação permitem transmitir e saber de modo eficaz sem professores, sem muros, sem universidades. Várias companhias nos E.U.A. já oferecem, por contrato, programas específicos de ensino, em todos os níveis, por vídeo-cassetes, pelo ensino programado em computadores, pela televisão em circuito fechado, incluindo o emprego do telefone que transmite ensino em casa.

Estima-se já em mais de 50 bilhões de dólares os novos mercados que se abrem hoje às "indústrias do saber". Muitos

temem para breve o domínio das grandes indústrias eletrônicas sobre o ensino. Na Alemanha, corre atualmente na Corte Suprema uma causa, porque alguns dos *Lander* querem obrigar as universidades a se servirem de vídeo-cassetes, que substituiriam em parte os professores; argumentam os introdutores do sistema que o ensino superior custa cada vez mais caro e é preciso racionalizar os investimentos nesta área. A este argumento acrescentam abertamente alguns japoneses que, com os novos sistemas de ensino, podem reduzir-se as concentrações de estudantes, evitando assim agitação e violência.

Que pensar de tudo isso?

Primeiro é preciso recordar o ABC da pedagogia: a educação verdadeira continuará sendo sempre pessoal. O sujeito da educação não é a massa, mas a pessoa humana. O Estado não é um pedagogo; como também não o são as grandes indústrias da eletrônica. De outro lado, a universidade não se deve contentar com uma atitude meramente defensiva ante estes fatos, que, aliás, não conseguiria deter.

Não se pode contentar em lutar, mas é preciso entrar no movimento, procurar estar presente, incorporar nos seus processos tudo o que de útil se pode nele encontrar e colocar a serviço da formação da pessoa humana, dentro dos grandes valores cristãos do mundo ocidental, os meios inegavelmente eficazes que o progresso da tecnologia coloca a nosso serviço.

O que nos parece evidente é que as universidades têm que apressadamente redefinir seu papel diante da invasão das novas técnicas de difusão do saber. Este movimento, por certo, crescerá nos próximos anos por várias razões — econômicas, financeiras e políticas. De qualquer modo é este um campo aberto à mais fascinante das pesquisas, esta no campo da educação. René Maheu sugeriu certa vez que 2% dos orçamentos para educação poderiam ser adequadamente aplicados a este fim. Ademais, a educação não pode mais se dar ao luxo de ser uma das últimas da lista das indústrias de artesanato, o único empreendimento que desperdiça sua própria experiência.

#### **4. PAPEL DA UNIVERSIDADE NA REVOLUÇÃO SÓCIO-CIENTÍFICA ATUAL**

O que é "revolução sócio-científica"? Ainda se procura a palavra exata. Podemos talvez entender-nos se a conceituarmos como uma "ascensão da pesquisa científica", para usar expressão de Teilhard de Chardin. Um estudo da UNESCO mostra que 90%

dos sábios e pesquisadores que existiram desde o começo do mundo *estão vivos hoje*<sup>3</sup>.

"Nossa época tem-se caracterizado freqüentemente pela ascensão social das massas. Do mesmo modo... se poderia também caracterizar pela ascensão da pesquisa"<sup>4</sup>. Esta ascensão se evidencia como fenômeno típico do nosso tempo. É uma revolução social tão importante como a ascensão do proletariado. Citemos Bell, um especialista em sociedade pós-industrial: "sem dúvida, a mudança social mais importante do nosso tempo é o surgimento de um processo que tende a provocar diretamente a própria mudança"<sup>5</sup>. Não só a sociedade muda, mas a própria mudança é provocada e planejada.

Outra manifestação da revolução sócio-científica, e que parece muito reveladora, é que em quase todos os países se entendeu que a pesquisa é vital para o progresso e para o desenvolvimento. Na maior parte deles, distinto do Ministério da Educação, existem Ministérios da Pesquisa Científica destinados expressamente a promover o progresso da ciência. Na última Assembléia Geral dos Reitores Europeus (CRE), se pensou muito sobre o papel da universidade neste novo contexto. Por um lado se comprova um grande êxodo dos professores e dos serviços tradicionais para fora da universidade. Cada vez mais a pesquisa se faz fora de seus muros. Grandes companhias, como a IBM, por exemplo, gastam aproximadamente 12% do seu orçamento na pesquisa e na formação de seu próprio pessoal.

De outra parte é preciso reconhecer que a massa de estudantes que chega à universidade e a obrigação de criar novos *campi* ocasionam gastos suplementares que o Estado já não pode suportar. Conseqüentemente, diante da insuficiência de seus orçamentos, várias universidades têm dito que seu papel é ensinar, e aceitam que a pesquisa se faça fora. Isto é grave, uma vez que se corre o risco de empobrecer o corpo docente e de criar séria ruptura entre o ensino e a pesquisa vital. Aliás, este é já um sistema em vários países do Leste europeu: as universidades se dedicam ao ensino, e a pesquisa se realiza sobretudo em academias científicas. Tendência semelhante começa a aparecer em outros países.

Que fazer?

Em primeiro lugar, deve a universidade reconhecer esta nova classe que surge, dentro ou fora de seus muros: os pesquisadores, os planejadores da sociedade pós-industrial. Vários observadores chegam a dizer que até as sociedades socialistas serão transformadas muito mais profundamente por seus técnicos

e pesquisadores do que pelos seus "dogmatizantes" ou ideólogos.

Em segundo lugar, é necessário proclamar que o saber não é apenas um valor acadêmico; e não é neutro. É certo que pode haver um saber desinteressado, livre. No entanto ele é também *poder*; e, nesta qualidade, pode tornar-se dominador, egoísta, manipulador social.

Além disso, é indispensável e urgente afirmar a importância das disciplinas que estudam o homem em si mesmo e no seu comportamento, assim como as condições de seu crescimento. Na "política das ciências" de quase todos os países modernos, também no nosso, nota-se a tendência de se descuidar das ciências do homem. Já o lembramos acima. Os investimentos para a sociologia, a antropologia, a psicologia, a educação, a história e a literatura raramente alcançam 10% das somas que o Estado e as universidades dedicam à pesquisa. Ao contrário, milhões e milhões são aplicados no desenvolvimento da energia atômica, na defesa, nos vôos interplanetários e nas novas técnicas que terão imediata aplicação na indústria. Não podemos, é claro, desprezar, por exemplo, o desenvolvimento da indústria; sabemos, porém, afirmar a importância das pesquisas sobre o homem como indivíduo e como coletividade, servir também ao progresso social e à educação.

Este contexto comporta uma observação. Na Encíclica *Populorum Progressio*, que tanta repercussão causou, Paulo VI afirmou que "o desenvolvimento é o novo nome da paz". Parodiando esta afirmação, poderíamos acrescentar que "a educação é o novo nome do desenvolvimento"; daí a insistência com que desejo sublinhar que a universidade, nas suas pesquisas e contratos, dê à educação e às ciências humanas o relevo que merecem dentro da prioridade humana e social do desenvolvimento.

Para entrar neste jogo, é necessário antes de mais nada que os homens da universidade comecem por cultivar a paciência, que é a virtude do pesquisador. Torna-se depois necessário instituir programas interdisciplinares de pesquisa na área dos problemas de nossa época: o complicadíssimo problema demográfico, a proteção do meio ambiente, o desenvolvimento das regiões mais pobres; os problemas mais graves da educação entre nós: a evasão escolar nas primeiras séries, os conteúdos curriculares essenciais por disciplina para o mundo em que vivemos, a procura da linguagem exata na comunicação, as técnicas de motivação do ensino, a docimologia como processo concomitante à aprendizagem, a individualização das aptidões do educando mais que a massa de informações que acumulou precariamente, etc.

A simples menção destes problemas mostra imediatamente

a urgência das pesquisas e programas a serem cumpridos, se querem que a universidade entre em diálogo com o mundo de hoje. Enfim, não mais uma universidade como era vista no início do século, ou como a concebera Napoleão, mas que se estende para fora de seus muros e se identifica com o esforço do homem para se conhecer e para descobrir os novos caminhos de seu destino individual e social.

## 5. CONCLUSÃO

Um dos sentimentos mais comuns em encontros como este é que, ante o impacto que o mundo de hoje provoca na universidade, sentimo-nos chocados, no sentido etimológico do termo, recebemos um choque ao descobrir as convulsões da instituição universitária e ao medir as transformações que se operam rapidamente nas novas gerações.

Esta reação pode ser sadia. Já dizia Tomás de Aquino que é bom surpreender a natureza de vez em quando. Isto nos ajuda a sair de nossas rotinas e o choque nos leva a encontrar de novo a criatividade. Sacode-nos não apenas em nossas convicções mas também em nossas virtudes humanas. A universidade entre nós se entrega hoje à sua reestruturação. Pois bem. Os princípios básicos da reforma estabelecidos nas leis que a disciplinam — unidade ensino—pesquisa e não duplicação de recursos — são princípios meramente *instrumentais*, a reestruturação não será possível sem profunda mudança de mentalidade e sem uma concepção nova das tarefas hoje reservadas à universidade; e — por que não dizer? — sem o combate diário contra o egoísmo dos interesses criados, a indiferença do ceticismo, a dureza e a cegueira de um pretenso realismo. A reestruturação não será nem plenamente entendida nem suficientemente motivada sem algumas claras premissas básicas.

"No momento em que se compreende que não há mais desenvolvimento que o do homem, por ele e para ele, compreende-se também que a educação, a ciência e a cultura são a base e o coroamento, o princípio motor e a finalidade valorizante do desenvolvimento em sua natureza mais profunda. A educação, que é preparação, a ciência, que é descoberta e explicação, a cultura, que é exame e assimilação, definem as fases e os aspectos decisivos desta marcha do espírito"<sup>6</sup>.

Procurando situar a atual universidade brasileira nestes três momentos de um processo de desenvolvimento — a educação, a ciência e a cultura — diria que ela, tendo deixado o primeiro inteiramente ao Estado e ao Município, se esforça por trazer contribuição ao progresso da ciência, pouco reservando no seu

programa à formação cultural. Por outras palavras, distraída com os "seus" problemas e com a função imediata de preparar profissionais, não tem atuado como deveria no campo da educação e da cultura, as duas fases mais importantes do desenvolvimento, a primeira por ser fundamental e preparatória, a última por ser a mais enriquecedora.

Antes de terminar desejo fazer duas ponderações, antes que outros a façam em forma de objeção:

- a) Interessado em apontar o núcleo dos problemas, não insisti no complementar aspecto financeiro, É tese outra a ser encarecida não aos homens da educação, mas aos que geram os recursos nacionais. Além disso, misturar os dois aspectos poderia vir agravar uma tendência ainda bem generalizada entre nós e bastante simplista: em vez de resolver um problema, dá-se-lhe uma subvenção!
- b) Com relação à outra face numérica dos problemas educacionais, resisti ao máximo ao fascínio da estatística na demonstração do que asseverei. Um atavismo pitagórico freqüentemente nos leva a reduzir toda a complexidade de um problema a sóbria e indiscutível simplicidade das cifras, não só porque é mais fácil contar do que pensar, mas também porque os números têm em si algo de divinamente definitivo. Andam até em moda engenhosos livrinhos que ensinam a toda a gente o que até agora era segredo esotérico de alguns: a arte de, com estatísticas, demonstrar por  $a + b$  tudo o que interessa afirmar.

Termino com uma consideração final. Ouve-se dizer, com freqüência, que a universidade está em crise. Se por crise se entende que está em reexame, apresso-me a declarar que é benéfica, no sentido de que nos obriga, ano após ano, a apurar nossos instrumentos de trabalho.

"Crise" é palavra que os chineses, em seus ideogramas, escrevem somando os conceitos de "risco" e "oportunidade"; talvez esta exegese contenha pista válida para todos nós. Em qualquer atividade humana, *que não seja mera rotina*, o *risco* é ingrediente inevitável e certamente salutar, por que nos motiva a constante vigilância e avaliação. Na tarefa da educação, o risco é ainda maior, pela quantidade de variáveis que incidem no processo. Por outro lado, *oportunidade* é sempre algo discutível, mas a espera de uma oportunidade ideal é, quase sempre, a receita exata do imobilismo.

Neste campo, como em tantos outros, a verdadeira conquista está em permanecer-se liberto e conseqüente, e a igual distância tanto do temor como da temeridade.

Resta-nos por fim felicitar o Ministério da Educação que

provocou, com este encontro e com a escolha feliz do tema, esta busca, talvez um pouco laboriosa, mas que - se continuar em desdobramentos sucessivos, como se sugere — permite esperar que se encontrem afinal, aos poucos, os caminhos da universidade com os caminhos dos sistemas de ensino. Talvez nos tenha faltado coragem e imaginação e nos tenhamos esquecido do evangélico "buscai e achareis".

## 6. NOTAS

1. Hervé Carrier: Perspectivas da ação pastoral na universidade. In: Laics aujourd' hui. Bulletin du Consilium de Laics, nº 15-16 1973), pp. 43-58. Neste trabalho, nosso diagnóstico calca-se por inteiro sobre a citada conferência.
2. *University without walls; a first report.* Artioch College, YellowSprungs, Ohio, 45387, 1972.
3. Pierre Auger: *Tendances actuelles de la recherche scientifique.* Paris, UNESCO, 1961, p. 15.
4. Teillard de Chardin. Paris, Seuil, 1965, tome 9, p. 257.
5. Daniel Bell. *Notes on the post-industrial society.* Englewood Cliffs, N. J. Prentice-Hall, 1971.
6. René Maheu. Declaração lida ao receber, das mãos do observador permanente da Santa Sé junto à UNESCO, um exemplar autografado da encíclica *Populorum progressio.* Paris, 19 de abril de 1967.

## SUGESTÕES PARA OS TRABALHOS DE GRUPO

Além das que aparecem nos documentos de trabalho deste encontro, sugiro os seguintes assuntos:

- 1, Atividades que se podem iniciar quase *imediatamente* e que praticamente prescindem de recursos financeiros:
  - 1.1 instituir, nos Estados, *algo em comum*, um grupo (univ.-secret.-cons.) para aprofundar e operacionalizar tudo quanto foi debatido neste encontro;
  - 1.2 repensar a *representação da universidade* nos conselhos de Educação. Estudar fórmula de institucionalizar esta indicação. *Reciprocidade* (para a secret. e o cons.) no conselho universitário, dentro do que recomenda o art. 14, parágrafo único, da Lei nº 5.540;
  - 1.3 ser este o tema da próxima reunião do Conselho de Reitores;
  - 1.4 reproduzir este encontro a nível estadual para o estudo deste tema, já com aplicações locais. (Estou certo de que

tanto os órgãos administrativos do MEC como o Conselho Federal de Educação estarão dispostos a colaborar.)

2. Atividades a *médio prazo*:

- 2.1 planejamento do ensino superior no Estado, em articulação com a secretaria e o conselho, levando em conta os distritos geoeducacionais;
- 2.2 estruturar a licenciatura específica para a formação dos professores das séries iniciais do ensino de 1º grau, logo que o CFE venha a baixar o currículo mínimo deste curso, nos próximos meses. (Com esta licenciatura espera-se seja mais viável pôr cobro à evasão escolar, que é talvez o mais grave problema educacional do Brasil de hoje);
- 2.3 estruturar cursos de aperfeiçoamento para professores de ensino superior do interior, em períodos de férias;
- 2.4 organizar um curso de planejamento de um subsistema municipal de ensino, com vários modelos, adaptáveis aos municípios grandes, médios e pequenos. (Técnicas básicas de planejamento — aplicação ao planejamento de ensino);
- 2.5 repensar o vestibular, não tanto em termos de sistemática ou mecânica, mas em termos de conteúdo, de modo a poder, por meio dele, avaliar não tanto o que o candidato sabe, mas o que está em condições de aprender na universidade.

## **Pronunciamento do vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Bel. José Augusto Amaral de Souza**

Agradeço ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, Senador Ney Braga, haver aceito a solicitação por mim feita para presidir a presente seção. Quero, antes de encerrá-la, manifestar em nome do Governo do Estado, em nome do Senhor Governador Sinval Guazelli, a satisfação do Rio Grande do Sul em receber o Senhor Ministro da Educação e Cultura, os Senhores Secretários da Educação dos demais Estados do Brasil, os Senhores Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação, os Senhores Reitores de universidades, os Senhores Professores, educadores dos demais Estados da Federação.

O Rio Grande do Sul, Senhor Ministro, sente-se homenageado por ter sido escolhido para esta reunião, de tanta importância para a cultura nacional, e — por que não dizer? — para os destinos deste País. O Rio Grande do Sul deseja a todos boas-vindas e que se sintam no nosso Estado como se estivessem em seus próprios Estados.

O Rio Grande do Sul, como disse muito bem alguém, nada mais é do que o Brasil nascido de si mesmo, é o fruto da contribuição dos demais Estados. As fronteiras que aqui forjamos, nós as devemos ao gaúcho, que nada mais é do que o produto, a conseqüência dos demais brasileiros que para aqui vieram: os lagunenses, os paulistas, os baianos; enfim, todos aqueles que acreditavam que aqui deveria ser Brasil. A todos o Rio Grande do Sul deve muito.

Temos procurado retribuir ao Brasil aquilo que recebemos do Brasil. Senhor Ministro, suas palavras calaram profundamente em todos. Quero felicitar Vossa Excelência e o Governo da República, que entregou o destino da educação a um homem da sensibilidade, da Cultura e do patriotismo de Vossa Excelência.

Quero cumprimentar, também, os educadores magníficos que elaboraram estes documentos de tanta profundidade e tanta

significação. Li atentamente. Senhor Ministro, os três: *Universidade: potencial a serviço dos sistemas de ensino, Integração universidade/sistema de ensino; Sistemas de ensino e universidades*, documentos que devem ser meditados, estudados e lidos não só pelos educadores, mas também pelos governantes e por todos aqueles que têm responsabilidade e comando nesta Nação. Documentos que encerram a mensagem de cultura, de brasilidade e de autenticidade nacional.

As instituições políticas, sociais, econômicas, todas elas, numa Nação, somente são autênticas se decorrem dos valores históricos, culturais, se são consequência da geografia, da história, da sociologia da Nação. As instituições transplantadas não têm autenticidade, e eu vejo neste encontro um esforço de fixação de rumos para a cultura nacional, de reavaliação de objetivos.

Vivemos um mundo de transição, as sociedades enfrentam desafios; um mundo de mobilidade, um mundo complexo, onde as nações precisam defender os seus valores culturais. Não queremos, é evidente, nem a imobilidade, porque ela significa estagnação, não queremos também a mobilidade sem objetivos, sem consequência, sem rumos e sem caminhos. Cabe especialmente à universidade brasileira esta grande tarefa de saber o que é preciso conservar, de saber o que é preciso mudar e alterar.

Estará neste equilíbrio de conservar os valores que devem ser preservados e modificar aquilo que é preciso ser alterado, o equilíbrio do progresso da nação brasileira, como de resto de qualquer nação do mundo.

Cabe à universidade esta percepção, esta tarefa, porque a vida nada mais é do que um processo de conservar e de renovar e, neste momento de transição para o mundo, eu tenho certeza que, no Brasil, nós temos uma elite cultural cônica das suas responsabilidades.

Senhor Ministro, em nome do estado do Rio Grande do Sul, agradeço a presença de Vossa Excelência e de todos os educadores aqui presentes. Agradeço a todas as autoridades que vieram prestigiar este ato, ao Senhor Cardeal-Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer; ao Senhor Secretário-Geral do MEC, Dr. Euro Brandão; ao Sr. Representante do Comandante do 3º Exército; ao Presidente do Conselho Federal de Educação, Padre José Vieira de Vasconcellos; ao Sr. Representante do Senhor Prefeito Municipal de Porto Alegre, ao Senhor Secretário de Educação e Cultura, Professor Ayrton Santos Vargas; ao Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, Professor Ivo Wolff; ao Sr. Presidente do Conselho de Reitores Brasileiros; ao Sr. Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Professor Irmão José Otão; ao Sr. Delegado da Capitania dos Portos; ao Senhor Secretário do Interior da Justiça; à Sr. Delegada Regional do MEC; ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação; enfim, agradeço a todos presentes.

## **SESSÕES**

## **1º SESSÃO**

I - **Apresentação dos documentos de estudo:**

- A — *Sistemas de ensino e universidades*, pelo Prof. Gildo Willadino, do Conselho de Educação e da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.
- B - *Universidade: potencial a serviço dos sistemas de ensino*, pelo Prof. Edivaldo Machado Boaventura, da Faculdade de Educação da UFBA e do Conselho Estadual de Educação da Bahia.
- C — *Integração: universidade/sistemas de ensino*, pelo Prof. Euclides Pereira de Mendonça, Diretor da Faculdade de Educação da UFMG e Coordenador da Comissão de Ensino da Área de Educação MEC/DAU.

## **SISTEMAS DE ENSINO E UNIVERSIDADES**

Coordenação:

Rizza de Araújo Porto - Secretaria-Geral, MEC.

Elaboração:

- Celina Aparecida Barbosa de Souza - Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação e Cultura do Paraná.
- Gildo Willadino — Conselho de Educação e Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.
- Maria Luiza de Almeida Cunha Ferreira — Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Educação de Minas Gerais.

"...a relação dialética entre instituição de ensino e comunidade se realiza através das três funções básicas de ensino, pesquisa e extensão. Se até aqui o primeiro **tem** predominado, constituindo o fim **e** a essência das instituições, passar-se-á a atribuir importância crescente às duas outras, sem estabelecer qualquer relação de precedência entre elas, mas atentando para o fato de que o ensino pode e deve beneficiar-se da pesquisa e da extensão".

Prof. Edson Machado de Souza. **Planejamento universitário: políticas, diretrizes e metas.** Seminário sobre planejamento de *campi* universitários — Brasília.

## **PLANO DO TRABALHO**

## **Apresentação**

- I Situação atual dos sistemas de ensino.
  - A— Considerações preliminares.
  - B— Dos sistemas de ensino.
  - C — Da atual situação das secretarias de educação.
  
- II Os sistemas de ensino e as universidades.
  - A — O significado do sistema para a universidade.
  - B — Necessidades dos sistemas de ensino.
  - C — Mobilização dos recursos das universidades.
  
- III Estratégias para a integração.

## **APRESENTAÇÃO**

O presente documento tem por finalidade oferecer subsídios para a implantação de uma política de integração entre os sistemas de ensino e as universidades.

Apresenta inicialmente uma visão panorâmica da situação atual dos sistemas de ensino. Segue-se a abordagem de alguns aspectos para os quais os sistemas necessitam contar com o apoio das universidades, ao mesmo tempo que lhes proporciona vasto e diversificado campo para estágio e pesquisa. Finalmente, sugere algumas estratégias para a integração sistemas—universidades.

Mais do que tratamento teórico e sistemático da matéria, o documento é calcado na experiência dos autores, deixando ampla margem à reflexão criadora dos participantes do encontro.

Ao ler este documento, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Quais os principais problemas dos sistemas de ensino para os quais é relevante o trabalho integrado com as universidades, na busca das soluções?
  
  
  
  
  
  
  
  
  
  
2. Quais as estratégias e mecanismos que podem operacionalizar a integração sistemas—universidades?

## I — Situação atual dos sistemas de ensino

### A. *Considerações preliminares*

O documento *Política Nacional Integrada da Educação*, do Ministério da Educação e Cultura, apresenta fundamentos, diretrizes e roteiro para a formulação dessa política.

Invertendo a questão, pode-se dizer que não existe, implantada e de fato, uma política nacional de integração no campo da educação, e que agora se pretende suprir essa lacuna.

Por outro lado, a tomada de consciência do problema é forte indicador de que se chegou a considerável amadurecimento sobre o assunto.

Há objetivos comuns e específicos em cada área de atuação, e agora se evidenciam as superposições e as omissões das agências educacionais. Os objetivos, contudo, não são conflitantes.

Com isto, a tarefa parece ser mais de integrar esforços, bem como de encontrar fórmulas capazes de operacionalizar essa integração.

Várias dificuldades apresentam-se logo de início.

O ensino é ministrado sob quatro dependências administrativas (federal, estadual, municipal e particular).

A integração dessas quatro áreas é essencial, uma vez que, até o momento, cada uma raciocina e opera segundo motivações próprias, em termos de seu âmbito de atuação.

As secretarias de educação das unidades da Federação encontram-se sobrecarregadas pelo peso da demanda social, sem às vezes considerar adequadamente o que deve ser realizado pelos Municípios e por particulares. Concentram-se no ensino de primeiro e de segundo graus, sem articularem o sistema com as entidades de ensino superior. Há um tratamento segmentar, seguindo a compartimentalização dos graus definidos em lei.

A expansão das redes, segundo as várias dependências e graus, tem-se processado conforme pressões, possibilidades e interesses distintos, sem integração.

Ocorre, também, que algumas secretarias de educação ainda não dispõem de informações para acompanhar o andamento da Reforma Universitária, ao mesmo tempo que algumas entidades de ensino superior não se detêm no significado e repercussões das mudanças decorrentes da implantação da Lei nº 5.692/71.

Finalmente, não foram sistematizados mecanismos de avaliação das iniciativas adotadas; não se tem uma visão clara do que vem sendo realizado e do significado e desdobramento do que já foi executado.

## B. *Dos sistemas de ensino*

O que se denomina sistema de ensino carece de um atributo essencial, que é a organicidade. Encontra-se um aglomerado de órgãos e instituições de várias naturezas. Há diferentes graus e modalidades de ensino. Os níveis de subordinação administrativa são diversos. Há as concepções mais variadas de escolas, objetivos e métodos.

Em nível nacional, pode-se aceitar que o fenômeno reflita pluralismo inerente à diversificação regional, social e filosófica. Contudo, é também sintoma de uma evolução sem continuidade, ao acaso de influências alheias aos interesses da educação, bem como da falta de uma abordagem compreensiva e integrada dos problemas educacionais.

O planejamento educacional propõe-se a corrigir essas distorções e suprir as lacunas. No processo de implantá-lo, todavia, ocorrem novos riscos, como o de reforçar um centralismo decisório; esvaziar a responsabilidade dos executores; divorciar o planejamento das demais fases de execução (acompanhamento, controle, avaliação); agravar as falhas citadas com exigências de novas postulações.

Os sistemas estaduais de ensino recebem diretrizes de planejamento, como requisitos para o repasse de recursos, sem dominarem suficientemente seus fundamentos, sem capacidade de diálogo ou poder de negociação para caracterizar suas peculiaridades e desenvolver as adaptações necessárias. Além disto, pode-se dizer que a cada órgão responsável pelos repasses corresponde um modelo de planejamento.

As universidades podem e devem atuar como parceiros para ajudar a pensar os problemas, assinalar significados, amadurecer questões de base e método, desenvolver instrumentos de diagnóstico e de avaliação.

### C. *Da atual situação das secretarias de educação*

Refletindo aspectos identificados no item anterior, o desempenho das secretarias de educação apresenta as seguintes distorções:

— geralmente se encontram divididas entre o papel racional que lhes é atribuído de gerente do setor educação e as vicissitudes que lhes são impostas por uma política tradicional de clientela;

— esvaziadas em seus quadros, pelo ônus de pessoal cedido aos demais setores da administração pública, e pelo conseqüente desvio de funções, sofrem o descompasso entre excessivos encargos orçamentários e força de trabalho efetivamente disponível. Poder-se-ia mesmo dizer que as secretarias de educação estão-se constituindo em "bancos de recursos humanos" para as administrações estaduais;

— estão sem agilidade para postular, para demonstrar custo—efetividade, para captar recursos que corrijam a anemia da rede escolar (à medida que aumenta o número de escolas, diminuem os recursos destinados a cada uma);

— encontram-se com baixa capacidade de gastos e sobrecarga de despesa com pessoal.

Outra deficiência que merece enfoque mais amplo, dada a especificidade do tema abordado, é a que se refere à falta de integração com as universidades, em geral resultante da inexistência ou escassa operacionalidade dos canais incumbidos da interação necessária.

Os diagnósticos apresentados a respeito pelas diferentes secretarias constituem evidência do acima exposto. Mesmo quando existem os canais de interação, não detêm todas as informações e, conseqüentemente, o controle das iniciativas que lhes são pertinentes.

Acrescente-se que há secretarias que mantêm seus próprios recursos para formação de pessoal de nível superior através de agências originadas de institutos de educação. Há, além disto, fundações estaduais em regime de administração indireta. Ou, ainda, fundações para as quais concorre com dotação inicial, mas que acabam por adquirir autonomia e funcionar segundo uma lógica que, tornando-se independente, escapa ao controle da administração central do sistema. Em todos os casos mencionados, tais recursos não são suficientemente articulados às estruturas centrais, delas dependendo quase que exclusivamente no que se refere aos recursos orçamentários. Absorvidas pela execução de suas atividades-fim, concorrem com as iniciativas federais e particulares, ao mesmo tempo que sobrecarregam o tesouro do Estado com um encargo que poderia ser alocado a outra dependência administrativa, sem atender as necessidades dos sistemas.

De outra parte, as escolas isoladas têm-se mantido à margem dos sistemas, sem qualquer vaso-comunicação entre ambos.

As comunicações não se processam de forma sistêmica, e as vias

utilizadas, dentre outras, são geralmente as seguintes:

- mecanismos estritamente pessoais de relacionamento e gestão;
- superposição de papéis nos mesmos agentes (funcionários que também são professores universitários);
- atendimento incremental a problemas ou necessidades específicos;
- acomodação de situação de pessoal.

Como recurso administrativo para a articulação vêm sendo utilizados os convênios que, no entanto, apresentam-se insuficientemente instrumentados em termos de prévio planejamento, divulgação e recursos financeiros e não são avaliados depois de sua execução. Se por um lado prestam reais serviços aos sistemas estaduais, por outro, acabam por definhir, devido à complicação de tramitações burocráticas ou a descontinuidades administrativas.

Como possível decorrência da falta de planejamento prévio para detectar as necessidades dos sistemas, os convênios nem sempre atendem às necessidades e peculiaridades, funcionando, em alguns casos, como elemento de distorção da política de pessoal.

## II — Os sistemas de ensino e as universidades

### A. *O significado do sistema para a universidade*

Os sistemas de ensino, coordenados pelas secretarias de educação, constituem-se no mais variado e amplo laboratório de experimentação e teste para as universidades, uma vez que a escola — especialmente a de 1º grau — é a agência social mais difundida em todo o País. A título de exemplo, eis algumas áreas da universidade às quais os sistemas de ensino podem oferecer oportunidade de pesquisa aplicada, com benefícios recíprocos:

- docência
- especialidades pedagógicas
- planejamento
- economia
- sociologia
- psicologia
- ciência médicas e paramédicas
- assistência social
- engenharia e arquitetura
- administração
- processamento de dados e informática
- comunicação
- filosofia.

Além de foco e base para a pesquisa, os sistemas de ensino constituem significativo mercado de trabalho, capaz de absorver expressivo contingente de profissionais, tanto de formação pedagógica quanto praticamente de todas as demais especialidades, dado o caráter interdisciplinar da educação.

Mecanismos como estágio, recrutamento orientado para a realização de projetos específicos, bolsas de trabalho e outros podem servir ao treinamento do pessoal discente das universidades, pondo-o em contato com a nova e complexa realidade que é a escola brasileira atual.

Acresce que os sistemas de ensino podem-se apresentar como uma via para promover a integração entre a universidade e a realidade social em que se situa, tanto pelos mecanismos de extensão universitária quanto pelos de ação comunitária direta.

#### B. *Necessidade dos sistemas de ensino*

Entre as necessidades dos sistemas de ensino, para as quais é relevantes a colaboração das universidades, podem ser assinaladas:

- a) redefinição permanente dos objetivos da educação;
- b) apoio científico às atividades-meio e às atividades-fim;
- c) formação de recursos humanos.

Quanto ao primeiro aspecto, deve-se ter presente que o processo ensino—aprendizagem determina mudanças na conduta do educando, quer os objetivos estejam explícitos, quer não o estejam.

Quais as condutas realmente convenientes para o indivíduo ou para a sociedade? Onde ocorrem distorções ou omissões? O que é a educação brasileira? a que se propõe? a que deveria propor-se? Como escalonar prioridades? Como compatibilizar objetivos? Quais os valores implícitos na ação educativa?

As secretarias de educação estão demasiadamente absorvidas nos aspectos executivos. Encontram-se submetidas aos efeitos das mais variadas formas de problemas e pressão. Não dispõem de tempo, de pessoal e de distância para a adoção de uma atitude crítica quanto aos inevitáveis substratos filosóficos de sua ação.

As universidades, com certo distanciamento dessa problemática ou enfrentando-a em escala significativamente menor, têm condições de exercer atividades inerentes à sua própria natureza, entre as quais as de reflexão, estudo e pesquisa. Em outras palavras, dificilmente outras instituições que não as universidades podem *pensar a educação*.

Quanto ao apoio científico às atividades-meio e às atividades-fim, as necessidades dos sistemas de ensino abrangem uma infinidade de aspectos. Por exemplo:

— no referente às atividades-meio dificilmente uma secretaria de educação está satisfeita com seu fluxo de comunicações, com sua área

de informática, com seus mecanismos de planejamento e avaliação; isto quando não se ressentem com sua própria estrutura organizacional. Entre a afirmação de que o sistema é uma empresa que ministra ensino e o que se verifica na realidade parece haver uma considerável distância;

— no referente às atividades-fim, há todo um campo inexplorado de novas tecnologias educacionais, oriundas geralmente de outros países, cuja adaptação às diferentes realidades brasileiras exige ainda grande massa de trabalho. Para dar um exemplo em nível microeducacional, não existe ainda uma conceituação nacionalmente aceita do que seja "alfabetização", nem pesquisas conclusivas sobre a utilização de métodos quer analíticos, quer sintéticos, quer outros.

Quanto ao terceiro aspecto, a universidade é essencial para a formação de recursos humanos, tanto para as equipes centrais quanto para o quadro de magistério.

Nas equipes centrais há necessidade de especialistas em administração, planejamento e avaliação, supervisão do ensino, economia da educação, bem como em áreas mais específicas, como currículo, teoria da comunicação, tecnologia da educação e outras.

Nos quadros docentes, há necessidade de:

— professores para a educação pré-escolar e para as séries iniciais de 1º grau, o mais expressivo contingente em termos de aculturação e quantidade. O professor polivalente para as atividades poderia ser preparado de forma cumulativa, com base na formação ao nível de 2º grau, a que se poderiam acrescentar desde estudos adicionais até licenciatura curta ou plena e extensão universitária ou pós-graduação;

— professores para as áreas de ensino, em que conteúdos afins se apresentam de forma englobada (ex: Estudos Sociais), bem como para as áreas inovadas no currículo do 1º grau (formação especial e conteúdo diversificado), no esquema cumulativo já citado;

— no ensino de 2º grau, parece importante:

a) regionalizar as agências universitárias de habilitação de professores de forma a não agravar a saturação de habilitados nas grandes cidades com prejuízo dos centros menores, nos quais continua precário o quadro docente, inclusive nas áreas de núcleo comum;

b) aliar a formação de docentes para a parte de qualificação profissional às necessidades regionais e locais de força de trabalho, bem como de disponibilidades e recursos (empresas e outras agências capazes de formar ou treinar), o que pode ser obtido através de formas efetivas de articulação entre o planejamento educacional, o planejamento econômico e as unidades empresariais.

— no ensino especial e supletivo, formação ou especialização, tanto de pessoal docente quanto de outras categorias profissionais requeridas para as equipes interdisciplinares que, em ambos os casos, são indispensáveis.

### C. Mobilização dos recursos das universidades

Para utilização ótima das disponibilidades, os sistemas e as universidades deverão armar, compatibilizando-as entre si, suas próprias equações, com vista aos objetivos, prioridades e outros fatores. Nossa preocupação, neste documento, será tão-somente sugerir um esquema genérico a partir de categorias de insumos (colunas 1 e 2) e ações possíveis (coluna 3).

NÍVEIS	RECURSOS	AÇÕES
Graduação parcelada Graduação plena  Pós-graduação	<b>Humanos</b> discentes docentes <b>Materiais</b> instalações equipamentos <b>Financeiros</b>	Estágios Levantamentos Pesquisa Consultoria Assessoramento Circulação de Pessoal

Assim, por exemplo, para realizar um levantamento de saúde da população de X anos, podem ser mobilizados alunos dos cursos de graduação plena em Educação Física, Medicina, Odontologia e Enfermagem. Para assessoramento ou consultoria num programa de racionalização ou processamento de dados, pessoal de pós-graduação em Economia e Administração. Circulação de pessoal foi sugerida como uma forma de ação pela qual os docentes universitários pudessem ser cedidos ao sistema para projetos ou outras atividades, por prazos determinados.

Dentro desta ótica, em cada região, a secretaria e as universidades poderiam armar sua programação anual (ou Plurianual) discutindo:

- objetivos e metas
- estratégias
- utilização e captação de recursos
- sistemática de avaliação e divulgação de resultados.

Neste trabalho, o sistema seria naturalmente o porta-voz das necessidades e planos, cujo reajustamento envolveria a participação das universidades.

## II - Estratégia para a integração

A integração entre graus de ensino é proposta como imperativo de racionalização, renovação e melhoria do processo educacional. Tensionada entre as exigências de qualidade e a incontida expansão quantitativa, a educação tem que encontrar meios de realimentar suas ações por uma visão crítica e constante renovação de conceitos e métodos. Para que os sistemas de ensino sejam real laboratório para a universidade, e esta se faça o instrumento do progresso social, sugerem-se, a seguir, algumas estratégias globais.

### 1. *Distritos Geoeducacionais*

Implementar o projeto de distritos geoeducacionais, considerando também as redes de ensino de 1º e 2º graus e supletivo. Uma abordagem dos problemas educacionais sob essa ótica permitirá reorganizar, a médio prazo, a metodologia de planejamento educacional a partir do diagnóstico da situação de cada distrito.

### 2. *Canais de comunicação*

A integração dos esforços das secretarias e universidades deverá, em certo momento, atingir o nível de formalização e institucionalização. Antes, contudo, poder-se-ia recorrer a formulações experimentais, altamente flexíveis. A delegação de competência a assessores dos secretários e a assessores dos reitores, devidamente credenciados, talvez permitisse grande agilidade no estabelecimento de trabalho integrado.

Conjuntamente, secretarias e universidades poderiam:

- fazer balanços de experiências anteriores, com vistas a identificar as causas de inadequações ou distorções de programa já executados;
- elaborar um programa de ação integrada baseado no mútuo conhecimento de possibilidades e interesses, a fim de evitar propostas inviáveis ou sem suporte na realidade;
- definir claramente quais os objetivos a atingir.

### 3. *Providências preliminares*

Podem ser selecionadas algumas iniciativas de baixo custo, factíveis a curto prazo, que levem a repensar alguns problemas da educação.

Entre as iniciativas podem-se sugerir:

- seminários sobre fins, objetivos e valores da educação, comparando o que é executado com o que é proposto;
- seminários sobre a compatibilização entre o perfil do

concluinte de 2º grau e o de postulante a curso superior, de forma a definir o que o sistema pode e deve produzir tanto com vista à terminalidade, quanto ao prosseguimento de estudos. Esses seminários partiriam da premissa de que há necessidade de rever o ensino de 2º grau tanto quanto a orientação dos exames vestibulares;

- seminário sobre as formas de ação integrada entre os diferentes graus de ensino e entre os distintos níveis de subordinações administrativas.

#### 4. *Programa de apoio das universidades aos sistemas*

As secretarias podem elaborar um elenco de projetos para os quais seria relevante a colaboração das universidades, a partir dos pontos de estrangulamento já conhecidos.

Podem ser citados como exemplos:

- revisão dos fluxos de operação nas secretarias, com vista à remoção de obstáculos burocráticos;
- caracterização da estrutura administrativa, capaz de gerir e avaliar a execução do ensino;
- revisão da sistemática e processos de decisão, de elaboração de diretrizes e programas, bem como de avaliação;
- reestruturação das escolas superiores e instituições afins, de execução direta ou indireta, vinculadas ao sistema;
- aproveitamento de pesquisas e trabalhos de pós-graduação;
- elaboração de projetos específicos para estágios de graduação.

#### 5. *Programa de apoio dos sistemas às universidades*

As secretarias de educação, através dos canais de comunicação estabelecidos, dispor-se-iam a abrir os sistemas como campo experimental para as universidades, segundo interesses mútuos e objetivos comuns.

**UNIVERSIDADE:  
POTENCIAL A SERVIÇO DOS  
SISTEMAS DE ENSINO**

Coordenação:

Rizza de Araújo Porto - Secretaria-Geral, MEC

Elaboração:

- Dione Violeta de Medeiros — Departamento de Educação da UFRN e Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte.
- Edivaldo Machado Boaventura — Faculdade de Educação da UFBA e Conselho Estadual de Educação da Bahia
- Lyra Paixão — Faculdade de Educação da UFRJ e Comissão de Ensino da Área de Educação MEC/DAU.

..."Assim é que tenho procurado inculcar a idéia de que a Reforma Universitária e a implantação da Lei número 5.692/71, que estabeleceu as novas diretrizes do ensino de 1º e 2º graus, não devem constituir atividades paralelas e entre si isoladas, mas facetas ou flancos de operação do mesmo empreendimento: a reforma da educação, visualizada como sistema.

As universidades, obviamente, devem assumir a liderança do processo reformista, por sua condição especial de formadora dos recursos humanos (docente e não docentes) que atuam nos subsistemas de ensino de 1º e 2º graus.

Importa, por outro lado, considerar a necessidade de uma articulação mais efetiva entre as instituições universitárias e os sistemas estaduais ou regionais de ensino, para aquelas, em proveito de sua própria eficiência externa e, para estes, em benefício da consolidação dos esforços de implementação das diretrizes e bases da Lei número 5.692/71".

NEY BRAGA

(Do aviso nº 1.039-  
Circular p/ todos os  
reitores, em 20/11/1974.)

## **PLANO DO TRABALHO**

I — Funções da universidade

A - Função ensino e formação de recursos humanos.

B — Função pesquisa — diagnóstico e renovação.

C — Função extensão e serviço à comunidade.

II — Faculdade de educação: veículo de integração.

III — Universidade e sistemas de ensino: obstáculos à integração.

IV - Sugestões para integração universidade/sistemas de ensino.

A — A nível de universidade.

B — A nível de universidades/sistemas de ensino.

Conclusão.

## **APRESENTAÇÃO**

O presente documento objetiva discutir a utilização do potencial da universidade a serviço dos sistemas de ensino.

Primeiramente, são examinadas as possibilidades de ação da universidade pelo encontro de suas funções com os problemas de educação, colocando-se a faculdade de educação como veículo de integração. Em seguida, tenta-se identificar alguns obstáculos e, finalmente, sugerem-se alternativas de integração universidade/sistemas de ensino.

Procurou-se imprimir ao documento caráter prático, ao mesmo tempo que se espera seja capaz de orientar a análise e reflexão dos participantes do IX Encontro de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos de Educação, com a Participação das Universidades.

Ao ler este documento, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Quais os obstáculos mais relevantes à integração universidade/sistema de ensino?
2. Quais os mecanismos que poderiam operacionalizar a integração universidade/sistema de ensino?

## I — Funções da universidade

### A. *Função ensino e formação de recursos humanos*

No decorrer de um longo período de sua existência, a universidade manteve como seu principal objetivo a formação de profissionais, logo acrescido do ideal de preservação e transmissão cultural. Posteriormente, as modificações ocorridas nos diversos setores da sociedade — econômico, social, cultural e político — e ocasionadas pelo surto de industrialização desencadearam um processo de redefinição da universidade, descortinando o seu vasto campo de irradiação e responsabilidade sociais.

A multiplicação dos ramos profissionais e o aperfeiçoamento da tecnologia, reclamando indivíduos mais capacitados para atuarem na sociedade, passaram a influenciar a orientação das diretrizes educacionais. À perspectiva de preparação de uma elite cultural sobrepõe-se a idéia de formar e aperfeiçoar os recursos humanos necessários à demanda de mão-de-obra de nível superior e capazes de contribuir para uma melhor organização e produtividade de toda a sociedade. Aos campos tradicionais de formação (Direito, Medicina, Humanidades, Engenharia, etc.) acrescentam-se outros, reivindicados pelo desenvolvimento econômico e social.

É a universidade redefinindo-se em sua função de ensino desempenhada através de unidades especializadas e vinculada à estrutura ocupacional do contexto social ao qual pertence. É a universidade atendendo às necessidades de formação de recursos humanos quer em termos de graduação, quer em termos de pós-graduação, a depender do nível de solicitações recebidas.

Se **por** um lado essa atividade universitária é básica, **por** outro lado, quando é a única atendida, desfigura a universidade.

## B. *Função pesquisa — diagnóstico e renovação*

A função de pesquisa refere-se à procura de novos conhecimentos. Se a universidade é o local natural para a descoberta de novos conhecimentos, deve-se supor que *essas* descobertas sejam divulgadas, inclusive, com a explicitação de suas conseqüências, quando for o caso. Essa função relaciona-se intimamente com o papel da universidade como avaliadora de mudanças tecnológicas, econômicas, sociais e políticas. Subjacente a esse papel deve existir uma neutralidade institucional, sem a qual a universidade colocará em jogo sua posição e credibilidade. Assim sendo, no desempenho da função de pesquisa, a universidade providencia condições para o estudo de várias idéias, mesmo divergentes, sem no entanto comprometer-se com qualquer delas, pois o seu compromisso único é o da promoção da dignidade do ser humano.

Integrando-se o ensino à pesquisa, conforme postulado do estatuto da Reforma Universitária, instituindo-se as faculdades de educação e, principalmente, implantando-se centros e cursos de pós-graduação em educação, estão criadas as condições para que a universidade venha a colaborar no diagnóstico dos mais sérios problemas do ensino brasileiro.

Por fim, é a universidade o lugar mais adequado para se pensar e refletir da maneira a mais profunda sobre a educação, constituindo-se, dessa forma, em centro de pensamento e de formulação de estudos e soluções para todo o processo educacional.

## C. *Função extensão e serviço à comunidade*

Na realização de sua terceira função — serviço — a universidade é solicitada a beneficiar os diversos setores da população, impulsionando serviços de extensão cultural e de educação permanente, integrando-se às prioridades nacionais, divulgando conhecimentos e técnicas de trabalho, contribuindo para a aplicação de tecnologia adequada, participando do esforço em prol do desenvolvimento social e econômico, comprometendo-se com as necessidades educacionais do meio e, enfim, fomentando entre os seus quadros docente e discente o sentido da colaboração social. Em contrapartida, receberá o *feedback* da comunidade, o que impedirá tornar-se autocentrada e insensível às necessidades que a rodeiam.

Mobilizando a atuação de seus centros especializados de ensino e pesquisa e estimulando a existência de programas de treinamento universitário e de ação comunitária — rural e urbana — é possível à universidade desenvolver uma metodologia que lhe permita o alcance da plenitude de suas funções básicas. Para isso necessita, muitas vezes,

antecipar-se as solicitações da comunidade, diagnosticando problemas e fenômenos ainda não identificados, analisando-os propondo soluções.

## 11. Faculdade de educação — veículo de integração

Dispondo de uma unidade educacional especializada — faculdade de educação — a universidade está capacitada a exercer a liderança do processo de integração e vitalização dos sistemas de ensino. O papel que desempenha na formação dos recursos humanos destinados aos sistemas é fator que a credencia para a tarefa.

A formação do professor secundário em nível superior foi iniciada com as faculdades de filosofia. Posteriormente, a reforma universitária instituiu a faculdade de educação como centro de formação pedagógica de professores e de especialistas em educação. Pelos objetivos, qualifica-se como veículo natural entre universidade e sistema.

É ela quem propicia à universidade contribuir para a qualificação e maior produtividade dos sistemas de ensino, por meios diferentes, tais como:

- formação sistemática dos recursos humanos necessários aos sistemas de ensino da comunidade em que se encontra inserida;

- planejamento e execução de projetos que atendam às necessidades de formação de recursos humanos em áreas carentes;

- pesquisa e recomendação de inovações nas áreas de currículo, de métodos e materiais didáticos de avaliação da aprendizagem;

- pesquisa de problemas referentes ao processo ensino—aprendizagem, ao comportamento e relacionamento humano, a efeitos do ambiente físico da escola sobre o rendimento de alunos, e outros;

- investigação de áreas colocadas sob questionamento, como por exemplo;

- a) os estudos sobre a recuperação intelectual de crianças privadas de estímulos ambientais nos primeiros anos de vida;

- b) a eficácia da aprendizagem em programas de educação não formal;

- c) o preparo de professores e especialistas, segundo competências;

- d) a eficácia da aprendizagem em programas intensivos para obtenção de certificados em comparação com programas regulares que perseguem os mesmos objetivos;

- e) a atribuição de certificados apenas por meio de exames de competência;

- f) o aproveitamento, nas escolas, de pessoas da comunidade que, embora sem diploma, dominam certas áreas do saber e do fazer;

- assessoria aos órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino na solução de problemas a curto, médio e longo prazos;

— oferecimento de facilidade de freqüência a bibliotecas, a laboratórios, a seminários e a outras atividades a educadores e profissionais da comunidade.

E, ainda, como prestação de serviço, possibilita a promoção sistemática de cursos, seminários e outras atividades de atualização e aperfeiçoamento, como forma de educação permanente dos recursos humanos envolvidos com a educação.

É o potencial da universidade mobilizado, coordenado, aproveitado em toda a sua dimensão funcional. É o ensino, a pesquisa e a prestação de serviços vitalizando e, concomitantemente, vitalizando-se pela comunicação de seus conhecimentos, pela sua aplicação e avaliação no campo-laboratório dos sistemas de ensino e, sobretudo, é o vislumbramento da existência de um todo unificado e contínuo.

### **III — Universidade e sistemas de ensino: obstáculos à integração**

O reconhecimento das múltiplas possibilidades de aproveitamento do potencial da universidade conduz, provavelmente, à indagação sobre se estaria a universidade brasileira preparada para cumprir sua missão junto aos sistemas de ensino.

As evidências não se apresentam, até o momento, as mais encorajadoras para uma resposta positiva. O que se verifica é uma universidade que forma recursos humanos para sistemas de ensino que não conhece, do que é prova irrefutável o fato de os recursos humanos formados não serem, muitas vezes, aproveitados, e sistemas que, por sua vez, partem para a criação de centros de treinamento para seu pessoal docente e técnico, rejeitando ou ignorando a universidade.

A fim de oportunizar o melhor equacionamento da problemática, optou-se pela sua representação em um quadro-síntese caracterizando sob a forma de obstáculos, os quais se encontram classificados em duas categorias: a) os relativos à organização e administração da universidade; b) os relativos a atitudes tanto por parte das universidades quanto por parte dos sistemas de ensino.

A identificação de obstáculos é revestida de uma única preocupação: o aperfeiçoamento da universidade e dos sistemas de ensino, a partir da reflexão conjunta e do esforço consciente de todos os responsáveis pela orientação, qualidade e relevância dos três graus de ensino.

OBSTÁCULOS	CARACTERIZAÇÃO
<p>A. Relativos à organização e administração da universidade</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Regime de trabalho e de remuneração dos docentes — predominância do regime parcial de trabalho, dificultando à maioria dos docentes o desempenho de suas funções, principalmente as de pesquisa e serviço. Conseqüentemente, evidencia-se carência de estudos que fundamentam as inovações metodológicas, imprimam caráter mais científico à ação pedagógica e investiguem sobre as reais necessidades dos sistemas de ensino. Por outro lado, as restrições salariais impostas aos professores os desestimulam a realizarem qualquer outro tipo de atividades que não as de rotina.</li> <li>2. Burocracia — a burocracia e o alto grau de centralização que se observam na organização universitária brasileira desencorajam suas unidades a tomarem qualquer iniciativa que fuja às realizações tradicionais. A organização das universidades brasileiras não acompanhou, no mesmo ritmo, a evolução administrativa de órgãos governamentais de outras áreas e do sistema empresarial do país.</li> <li>3. Comunicação — a precariedade e, muitas vezes, a ausência de canais de comunicação dentro da própria universidade e entre a universidade e os sistemas de ensino em âmbito local, estadual e nacional constituem óbice de grande importância e com implicações bastante sérias. É comum as universidades desconhecerem documentos e estudos elaborados por órgãos governamentais, e vice-versa.</li> </ol>

OBSTÁCULOS	CARACTERIZAÇÃO
<p>B. Relativos a atitudes — por parte da universidade</p> <p>- por parte dos sistemas de ensino</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência de sensibilidade no modo de encarar os demais níveis de ensino - o corpo técnico e docente da universidade parece desconhecer as dificuldades e reivindicações dos sistemas de ensino. Observe-se, como exemplo, a formação inadequada e/ou inexistente dos recursos humanos em relação às quatro primeiras séries do primeiro grau e em relação às disciplinas de formação especial do primeiro e segundo graus.</li> <li>- Ausência de diálogo sistemático com a universidade para a solução de problemas comuns - cumpre notar a dificuldade que encontram muitas unidades universitárias na obtenção de estágios para seus alunos ou permissão para que realizem pesquisas e observem a atuação de professores e alunos em sala de aula. Os sistemas de ensino não parecem acreditar na eficiência da universidade para atender as suas necessidades de formação de recursos humanos e outros.</li> </ul>

#### IV —Sugestões para integração universidade/sistema de ensino

Diante da problemática identificada e no sentido de contribuir para o relevante empreendimento de integração universidade e sistemas de ensino, sugerem-se algumas alternativas a nível de universidade e de universidade/sistema de ensino.

##### A. *A nível de universidade*

1. Melhoria das condições de trabalho para os professores universitários, no que se refere a:

a) ampliação da carga horária dos docentes que sejam capazes de, além de ensinar, realizar pesquisas e fornecer consultorias de acordo com as solicitações dos sistemas de ensino;

b) estabelecimento de mecanismos que permita a docentes que realizam pesquisa e dão consultoria a projetos ligados à problemática dos sistemas de ensino e financiados por agências estranhas à universidade receberem remuneração adicional, em situação de convênio;

c) estímulo salarial a professores que, embora não demonstrem aptidão para pesquisa, realizam a atividade docente em nível de excelência, atualizando e inovando seus programas constantemente, de acordo com a realidade do sistema de ensino em que se encontra inserida a universidade, e utilizando métodos e recursos didáticos capazes de servir de modelo a alunos e colegas;

d) criação de oportunidades para que os professores universitários tenham chance de conhecer mais de perto os demais níveis de ensino, o que lhes permitirá orientar seu trabalho de maneira mais realista. O incentivo ao estabelecimento de uma sistemática de consultoria e à realização de pesquisas aplicáveis aos sistemas de ensino constitui oportunidade eficiente e concreta.

2. Estruturação de uma programação universitária flexível e suficientemente ágil para responder às exigências de habilitação, especialização e atualização dos recursos humanos absorvidos pelos sistemas de ensino. Nesta perspectiva, propõe-se a elaboração e execução de projetos para formação de recursos humanos. Esses projetos seriam desenvolvidos não apenas segundo padrões tradicionais, mas utilizariam estratégias diversificadas de acordo com a situação, tais como cursos de férias, cursos aos sábados, cursos por correspondência, atribuição de certificados por exames de competência, e outros.

3. Dinamização de programas que favoreçam o maior contato do corpo docente e discente da universidade com a realidade educacional que os cerca. Sugere-se a institucionalização de um núcleo de estudos, na universidade, com representantes de instituições dedicadas à

educação regular e supletiva, com o objetivo de discutir e refletir sobre os problemas atuais de várias ordens que afligem a comunidade local, nacional e mundial. Um dos objetivos do núcleo seria, inclusive, o estudo das tendências de fenômenos que incidem sobre a educação, de modo a planejá-la com maior grau de segurança.

4. Fortalecimento dos cursos de pós-graduação para que se transformem realmente no elemento propulsor de mudanças e inovações; não apenas no ambiente universitário mas no ambiente profissional em que atuam.

## B. *A nível de universidades/sistemas de ensino*

1. Institucionalização de canais de comunicação intrauniversidade e entre universidades e sistemas de ensino, possibilitando o desenvolvimento de uma ação integrada quanto ao equacionamento das necessidades educacionais e de medidas a serem tomadas. Exemplificando:

a) criação de equipes mistas compostas de educadores das universidades e dos sistemas de ensino, no sentido de tornar conhecidos para as universidades os problemas e as necessidades dos sistemas e, ao mesmo tempo, oferecer aos sistemas uma visão das formas pelas quais a universidade poderia contribuir para solucioná-los. Problemas tais como o de repetência, formação de recursos humanos para áreas prioritárias, planejamento e produção de materiais didáticos seriam discutidos por essas equipes com vista à tomada de ação conjunta;

b) estabelecimento pela universidade de serviços de cadastramento da formação acadêmico-profissional dos seus diplomados, com a finalidade de facilitar a sua alocação e de fornecer melhor oferta de recursos humanos aos sistemas.

2. Estabelecimento de medidas administrativas estaduais e municipais que assegurem maior disponibilidade dos sistemas de ensino como campo-laboratório do ensino universitário. Como exemplo: as secretarias de educação informariam praticamente à universidade quais as unidades escolares aptas a propiciarem campo de estágio para o seu corpo discente. Em contrapartida, a universidade facilitaria a professores e especialistas do sistema acesso a seus laboratórios e bibliotecas, e até mesmo freqüência a disciplinas isoladas de interesse desses profissionais. Tudo isto poderia constituir objeto de convênio a ser firmado entre os órgãos decisórios dos sistemas e das universidades.

3. Representação da universidade e dos sistemas de ensino, nos respectivos conselhos e colegiados.

Finalmente, como resposta imediata ao esforço e perspectivas deste IX Encontro, sugere-se que:

a) sejam selecionadas, pelo menos, duas universidades, as quais, juntamente com as secretarias de educação dos Estados a que

pertençam, iniciem contatos imediatos com vista a uma ação conjunta capaz de conduzir a decisões relativas às sugestões apresentadas, bem como a um plano de integração a ser executado a partir do próximo ano;

b) estabeleça-se mecanismo de acompanhamento e avaliação sistemáticos das decisões tomadas em encontros dessa natureza, mecanismo esse que forneça aos interessados informações não apenas sobre o andamento dos trabalhos, mas também sobre os procedimentos que se revelem mais promissores,

### **Conclusão**

A integração universidade/sistema não é somente desejável, é imperativa. Sua realização dependerá de iniciativa conjunta e exigirá ajustamentos internos de ambas as partes, antes de concretizar-se. Não se trata de empreitada fácil, pois, além da superação de entraves burocráticos, envolve mudança de atitudes já muito arraigadas, processo esse bem mais lento. Como, porém, a situação exige urgência, o mais adequado parece ser o início imediato de contatos entre a universidade e os sistemas e, simultaneamente, a correção dos entraves que impedem a ação.

**INTEGRAÇÃO:  
UNIVERSIDADE/SISTEMAS DE ENSINO**

Coordenação:

Rizza de Araújo Porto - Secretaria-Geral, MEC.

Elaboração:

Euclides Pereira de Mendonça

- Diretor da Faculdade de Educação da UFMG e
- Coordenador da Comissão de Ensino da Área de Educação, MEC/DAU.

"Só reformando-nos é que lograremos reformar o ensino e inovar o Brasil."

Euclides Pereira de Mendonça

## **PLANO DO TRABALHO**

## **APRESENTAÇÃO**

- I - Introdução.
  - II — A instituição universitária.
  - III — A universidade brasileira.
  - IV — Delimitação do tema.
  - V — A integração nos termos atuais.
  - VI - A integração desejável.
  - VII — Estratégia de operacionalização.
- Conclusão.

Este documento intenta configurar o problema da integração universidade/sistemas de ensino, em seus aspectos genéricos.

Da análise das funções que reorientam a nova universidade brasileira e da especificação dos termos em que é colocado o problema, procuram-se extrair motivações e esboçar estratégias que possam resultar na ruptura de isolamentos e no desdobramento de dinâmicas solidárias entre a universidade e os órgãos da administração dos sistemas de ensino.

Para os fins pretendidos no IX Encontro de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos de Educação com a participação das universidades, o presente trabalho enriquece-se e completa-se com as contribuições de mais dois documentos, ambos buscando expressar e particularizar, de um lado, as necessidades dos sistemas de ensino e, de outro, o potencial das universidades, como subsídios à proposição de programas de ação conjugados.

Ao ler este documento, procure refletir sobre as seguintes questões:

1. Quais os pressupostos que realçam a necessidade de estreita articulação da universidade com os outros níveis de ensino?
2. Sob que formas e através de que programas podem ser desenvolvidas essas dinâmicas solidárias?
3. De que forma e através de que mecanismos podem ser equacionados os problemas apontados no tópico V deste documento?

## I — Introdução

A proposição de um tema como Integração universidade/sistemas de ensino expressa algumas expectativas que vêm sendo suscitadas em torno do papel a ser desempenhado pela universidade, quer em relação à comunidade em geral, quer, mais particularmente, em relação às contribuições que a universidade pode oferecer para o aperfeiçoamento dos outros níveis de ensino, assim como para a solução de seus problemas mais prementes. Tais expectativas concretizam-se nas demandas crescentes que as instituições universitárias recebem para prestação de serviços, para assessoria técnica e para reciclagem, treinamento e aperfeiçoamento de profissionais da educação, vinculados, sobretudo, à área de ensino de 1º e 2º graus.

É inegável a importância dessas formas de atuação da universidade, assim como é inquestionável a necessidade de uma perfeita articulação do ensino superior com os outros níveis de ensino.

Cumprido, todavia, que essa importância não seja superavaliada a tal ponto que se veja a universidade não como parte integrante do sistema de ensino, e, por conseguinte, sujeita também ela às mesmas vicissitudes que a afetam, mas como entidade à parte, sempre apta a oferecer soluções eficazes para todos os problemas que lhe são propostos.

Não se trata, em verdade, de integrar universidade e sistemas de ensino como realidades contrapostas, mas de compreendê-las em sua íntima interdependência.

Assim, é conveniente que o tema Integração universidade/sistema de ensino seja discutido a partir de referências teóricas mais amplas, considerando-se o significado atual da universidade e os papéis que lhe são atribuídos na conjuntura sócio-cultural brasileira.

## II— A instituição universitária

O significado da instituição universitária só se aclara na medida em que se explicitam suas funções em uma determinada realidade sócio-cultural, pois a diferentes épocas e lugares correspondem diferentes concepções de universidade. Assim, por exemplo, a universidade medieval possuía características que a distinguem da universidade moderna. Essa, por sua vez, difere de país para país, apresentando, em cada caso, peculiaridades e diversificações que refletem os diferentes contextos de sua inserção.

Para que essa vinculação entre universidade e realidade sócio-cultural seja adequadamente explicitada, importa analisar as relações da instituição universitária com o Estado, com grupos empresariais e com grupos diversos que demandam educação superior.

Considerada em suas relações com o Estado, a universidade constitui um ponto de interação das políticas educacional e profissional do país. Assim, a percepção de seu significado deve ter como quadro de referência inicial as definições básicas da política educacional do país, por um lado, e as diretrizes que orientam o política nacional de formação de recursos humanos, por outro.

Uma política educaiconal explicita-se tanto por meio de um planejamento educacional que estabelece metas e prioridades, alocando recursos em função dessas definições, quanto por meio de normas legais que definem as vinculações administrativas do sistema de ensino e determinam as interrelações dos diferentes componentes que o integram.

As interrelações universidade—Estado indicam a prevalência de estreitos vínculos entre a instituição universitária e o modelo de sociedade que está sendo implementado.

O significado que se vem atribuindo à universidade no mundo moderno sobressai das alternativas que se vão vislumbrando a partir da crise que, nas últimas décadas, vêm vivendo universalmente os sistemas nacionais de ensino.

Os estudiosos do assunto estão acordes em identificar como causa geradora dessa crise estrutural da educação escolar a defasagem notada entre os sistemas de ensino existentes e a realidade sócio-cultural que os moldura.

Se de um lado o vendaval das mudanças desencadeadas por fatores irresistíveis, tais como o demográfico, o político, o científico e o tecnológico, vergasta os velhos padrões sociais e culturais, desencadeando profundas e aceleradas revoluções, em contrapartida os sistemas escolares revelam-se lentos e tardios nas adaptações reclamadas pela celeridade do tempo social.

Esse descompasso vem retratado no estudo apresentado por Philip Coombs à Conferência sobre a Crise Mundial da Educação, em

outubro de 1967, em Wilhamsburg, Virgínia, E.U.A. As causas desse desencontro são assim identificadas:

— escassez de recursos para adaptação dos sistemas de ensino à situação das necessidades sociais;

— inércia dos sistemas de ensino para promover essa adaptação;

— inércia social, obstando a adaptação dos sistemas de ensino às necessidades criadas pelo desenvolvimento econômico-social, favorecendo a fixação de velhos padrões e valores que asseguram, entretanto, as vantagens apenas para alguns poucos.

**A crise em** questão tanto assola as universidades do mundo desenvolvido quanto as do mundo em desenvolvimento.

A disparidade essencial revela-se é nas causas, assim como nas expressões dessa crise. Também diferem, nos dois mundos, as alternativas vislumbradas para a ruptura do impasse.

No caso das nações em desenvolvimento, o que se postula é que suas universidades, frutos do transplante inadequado de modelos que floresceram no mundo desenvolvido, constituam-se em agências de desenvolvimento sócio-cultural das regiões em que se inserem.

Reclama-se que elas abandonem a postura mimetista, descomprometida com as realidades, contextuais e concentrada na atitude reflexa de transmissão do saber criado e importado, sem intentar repensá-lo ou recriá-lo.

Demanda-se, pelo contrário, que essas universidades transmudem-se em agências propulsoras das transformações requeridas pela sociedade a que servem.

Que ela seja projetada como instituição destinada a estimular a criatividade nas novas gerações de tal sorte que estas possam não apenas apropriar-se do saber e da cultura elaborado-; alhures, mas também recriá-los, consagrando-se às atividades de pesquisa, fonte de elaboração do saber e instrumento gerador da prosperidade material das nações e do bem-estar social e espiritual de seus habitantes.

A universidade assim concebida deverá, portanto, ser, ao mesmo tempo, objeto e agente de transformação.

A análise anterior focalizou os pressupostos teóricos através dos quais intenta-se redimensionar as funções da nova universidade, particularmente daquelas que se situam no Terceiro Mundo.

Para que se possa, todavia, concretizar o estudo do tema aqui proposto, é necessário identificar as funções atribuídas especificamente à universidade brasileira.

### **III - A universidade brasileira**

Também a universidade brasileira padecia da mesma defasagem sócio-cultural, já que, mal identificada com o tempo social da mudança, entrava em acentuado descompasso com o ritmo evolutivo do País.

A esse estado crítico sucedeu uma aguda tomada de consciência, nela envolvendo, dialeticamente, não apenas a universidade como todos os setores conscientes da nação.

Situa-se nesse instante dialético da vida nacional a gênese da Lei nº 5.540/68, ou seja, a da Reforma Universitária.

Para caracterizar as novas dimensões atribuídas à universidade brasileira, nada melhor do que ceder a palavra ao grupo de trabalho nos termos de seu relatório editado em setembro de 1968: "Em primeiro lugar, não temos a veleidade de outorgar uma reforma plenamente elaborada, mesmo se tivéssemos a convicção da excelência do modelo proposto. Estamos conscientes de que a reforma de uma obra de espírito como a universidade, tão complexa em seu ser e suas operações e tão diversa em seus interesses e objetivos, não poderia consumir-se em esquemas de ação e de funcionamento que lhe fossem impostos.

O objetivo do grupo não é, portanto, *fazer* a reforma universitária, mas induzi-la, encaminhá-la, sob duplo aspecto: de um lado, removendo óbices, eliminando pontos de estrangulamento que entravam a dinâmica universitária; doutra parte, proporcionando meios, dotando a instituição de instrumentos idôneos que possibilitem sua auto-realização na linha de uma conciliação difícil mas necessária, entre o ensino de massa, de objetivos práticos e imediatos, e a missão permanente da universidade, de constituir-se o centro criador de ciência e a expressão mais alta da cultura de um povo."

Após caracterizar a velha universidade brasileira, os mesmos autores redimensionam as funções conferidas à universidade brasileira, nestes termos: "Nesta ordem de idéias, a reforma há de ser primeiramente encaminhada em função do duplo papel que a universidade está chamada a desempenhar como pré-investimento no esforço de desenvolvimento do País. Essa noção de desenvolvimento aqui esposada define o processo racional de construção da nova sociedade através de transformação global e qualitativa de suas estruturas, visando à promoção do homem na plenitude de suas dimensões. O desenvolvimento, como categoria de totalidade, embora tenha como suposto fundamental o progresso econômico, objetiva a realização de todos os valores humanos, numa hierarquia de meios e fins. Dentro desta concepção integrada, situa-se a universidade como um dos fatores essenciais.

Do primeiro ponto de vista, a reforma tem objetivos práticos e tende a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional, que tem por conseqüência o aumento de produtividade dos sistemas econômicos. Para tanto, impõe-se a metamorfose de uma instituição tradicionalmente acadêmica e socialmente seletiva num centro de investigação científica e tecnológica em condições de assegurar a autonomia da expansão brasileira.

É também necessário ampliar seus quadros para absorver a legião de jovens que hoje a procuram em busca de um saber eficaz, para habilitá-lo ao exercício das numerosas profissões técnicas, próprias das sociedades industriais. Nesta dimensão, a reforma está ligada, sobretudo, à compensação de uma defasagem,, isto é, superação do corte tradicional da universidade para sua adequação como lugar de produção da tecnologia, indispensável a uma sociedade que vive o momento crítico de seu desenvolvimento. Nesse sentido, o grupo propõe uma série de medidas concretas, em termos de incentivos fiscais, com o fim de estimular a indústria a transferir para a própria universidade a criação do *know-how*, através da pesquisa tecnológica.

Mas o grupo não se limitou a conceber a reforma sob esse aspecto puramente tecnológico. Sem dúvida, num mundo em que a vida humana está tão profundamente centrada na ciência e na tecnologia, a universidade tem de preparar os cientistas e técnicos de que necessita a comunidade para responder ao desafio do desenvolvimento. Contudo, se a universidade não pode ser o refúgio de puros intelectuais desenraizados ou de um saber sem compromissos, divorciada da realidade prática, tampouco poderá ser reduzida a uma agência provedora de técnicos. Há, portanto, que levar em conta as legítimas as Dirações culturais de uma juventude que procura situar-se no mundo moderno e compreender o sentido de seu momento histórico.

Por isso mesmo, o grupo vê a universidade como o centro onde a cultura de um povo e de uma época tende a atingir a plenitude de sua autoconsciência. Assim, é uma de suas finalidades essenciais promover a integração do homem em sua circunstância histórica proporcionando-lhes as categorias necessárias à compreensão e à crítica de seu processo cultural. Vista sob essa luz, a reforma tem por objetivo elevar a universidade ao plano da racionalidade crítica e criadora, tornando-a a instância de reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento. É a etapa em que a universidade transcende o momento da instrumentalidade para afirmar-se em sua gratuidade criadora e assumir o papel de liderança espiritual. Nesta perspectiva, a universidade se realiza na complexidade de suas funções integrando o saber em suas várias formas, operando a síntese da praxis e da teoria, e não apenas atuando como instrumento de crescimento econômico, mas contribuindo para o desenvolvimento total do homem.

Assim concebida em suas múltiplas dimensões, a reforma da universidade brasileira há de ser o produto das próprias transformações sócio-culturais do País. As condições geradas pelo desenvolvimento começam a exercer pressão sobre a instituição universitária, obrigando-a a tomar consciência crítica de si mesma, a reformular seus objetivos, a repensar seus métodos de ação e a dinamizar suas estruturas para ajustar-se ao processo social em curso. A crise que hoje atravessa a universidade, a contestação de que é objeto, fora e dentro dela mesma,

e o sentimento generalizado de frustração no meio universitário revelam o amadurecimento da consciência nacional para a implantação das reformas desde há muito reclamadas".

O espaço de tempo decorrido entre a promulgação da lei e os dias atuais talvez permita já uma primeira avaliação do desempenho dessas funções pela universidade. A amplitude das mesmas parece não facilitar a tarefa de atender a todas ao mesmo tempo, conduzindo, antes, ao privilégio de uma em detrimento das demais.

Assim, pode-se identificar, por um lado, instituições que se têm constituído em verdadeiras agências de formação de recursos humanos, preocupando-se sobretudo com a técnica e a produtividade e ajustando seus objetivos a demandas externas de educação. Por outro lado, encontram-se instituições que procuram se constituir em núcleo de formação de uma elite crítica e criadora, preocupando-se em preservar essa condição de centro integrador do saber em suas várias formas. Contudo, essa situação não significa necessariamente a impossibilidade de serem compatibilizadas pela universidade funções críticas e operativas.

Parece, antes, desejável que se procure uma forma de retomar essas perspectivas, buscando compreender melhor suas interrelações e situá-las em dimensões adequadas à realidade.

Isso significa que a promulgação da Lei nº 5.540/68 iniciou um processo que tem sido encaminhado de modo diverso por diferentes instituições universitárias, conforme suas peculiaridades.

É, pois, extremamente significativa e oportuna a preocupação atual com as interrelações universidade — sistemas de ensino, na tentativa de fornecer às universidades instrumentos de análise e avaliação de seu funcionamento, bem como algumas referências para reorientações desejáveis.

Há, alguns anos, as universidades se viram forçadas a um fechamento sobre si mesmas a fim de desencadear o processo de implantação da reforma.

Esse trabalho concentrou-se penosamente, em sua primeira fase, na recomposição estrutural e na adaptação dos padrões administrativos aos modelos de racionalização e planejamento adotados pelo poder central.

Vencida a primeira etapa, as universidades começam a se dedicar mais a fundo aos problemas concernentes à qualidade de seu ensino, a fim de que a reforma, que, até agora, só atingiu as estruturas administrativas da universidade, chegue finalmente às salas de aula e permita aos estudantes sentirem seus impactos positivos.

Esse longo momento de introspecção que, de resto, envolve todos os componentes do sistema, de vez que o surto reformista empenhou nestes últimos anos praticamente a totalidade dos órgãos que compõem os sistemas de ensino, não favoreceu, na primeira hora, o

estabelecimento de um diálogo permanente entre esses órgãos que ensejasse a análise de suas interrelações e, conseqüentemente, a emergência de programas recíprocos de cooperação.

O momento é, portanto, propício a que os órgãos que integram os sistemas de ensino, após concluída a fase desbravadora de suas reformas, rompam o isolamento que os mantinham reclusos dentro de suas realidades e desafios específicos e encetem a avaliação do desempenho de suas funções, assim como o diálogo sobre possibilidades de co-atuação e recíproca cooperação, a fim de que os resultados globais colimados pelas reformas sejam mais prontamente atingidos.

Por outro lado, investida com tão elevadas funções e dignificada pelo **status** de "centro criador da ciência e de expressão mais alta da cultura de um povo", a universidade é a primeira a admitir que já não pode manter-se isolada nem ignorar os outros componentes do sistema de ensino; antes, e por isso mesmo, impõe-se que com eles se relacione de forma mais estreita e participante, para melhor atingir a plenitude dos desempenhos que dela reclama a realidade brasileira.

Ninguém melhor definiu esta desejável abertura da universidade do que os autores do relatório sobre a Reforma Universitária, razão pela qual não será ocioso citá-los mais uma vez:

A universidade "não constitui universo encerrado em si mesmo, capaz de se reformar por suas próprias forças. Como organização social do **saber** depende da comunidade que a instituiu, do Estado que assegura sua existência legal e a prove de recursos necessários à execução de suas tarefas.

A universidade não pode ser a única instância decisória de sua inserção na sociedade. O acesso ao ensino superior, o uso das habilitações profissionais por ele conferidas e o saber e a cultura que a universidade produz concernem **ao** conjunto de toda a nação, à totalidade das instituições organizadas nos planos econômico, social e cultural. Ainda em **su**a condição de verdadeiro "poder espiritual", a universidade só poderá exercer com eficácia essa "magistratura do espírito", articulando-se num sistema de influências recíprocas, com todos os outros poderes da cultura, incluindo também o Estado.

Doutra forma, desenraizada do solo cultural que a nutre, ela se esteriliza, permanecendo à margem da realidade como instituição omissa e inútil".

#### IV - Delimitação do tema

É vasto o horizonte de possibilidades que se entreabre com a proposição do tema Integração universidade/sistemas de ensino.

Frise-se, desde logo, a impertinência de uma aprofundada especulação em torno da conceituação de sistema de ensino. Tal empreendimento, além de ocioso, pois tenderia à reiteração de debates

já travados em encontros anteriores, redundaria, ainda, em desvio do propósito maior deste encontro que parece pretender centrar-se no *diálogo* entre as universidades e os sistemas de ensino, para delinear o plano de ações conjugadas.

De resto, os aspectos polêmicos contidos nessa conceituação imporiam o risco da frustração dos propósitos deste encontro, marcadamente voltados para a meta da *integração*.

Cumpra, dessa forma, que nos limitemos não a conceituar antes, e, simplesmente, a caracterizar nosso medo de entendimento quanto a alguns termos envolvidos no tema proposto.

A — *Universidade:*

para os fins pretendidos, a referência parece não se restringir às universidades entendidas *stricto sensu*, mas também a todas as entidades que ministram ensino superior, muito particularmente àquelas que preparam profissionais de educação a serem absorvidos pelos subsistemas de ensino de 1º e 2º graus. Considere-se, por outro lado, que todas essas, sejam elas federais, estaduais, municipais ou particulares, estão vinculadas aos sistemas de ensino — umas ao sistema federal, outras aos sistemas estaduais, todas, indistintamente, ao sistema nacional de ensino — entendido este último como síntese e somatório dos demais sistemas, na medida em que reflete a realidade brasileira, una e íntegra, não obstante a multiplicidade de suas expressões regionais.

Em qualquer dessas hipóteses, vale ressaltar que a universidade jamais poderia considerar-se descomprometida com as realidades locais ou com a comunidade que a circunda e abriga, já que prevalecem os princípios orientadores da nova universidade brasileira, induzindo-a a instituir-se em instrumento de desenvolvimento *regional e nacional*.

B — *Integração.*

O repasse do verbete "integração" em vários dicionários, sob os mais variados enfoques, será extremamente útil para a nítida compreensão dos objetivos enunciados para este encontro.

1. Do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete: "Ação e efeito de integrar - inteirar, completar. Na teoria da evolução de Spencer, processo pelo qual o múltiplo passa ao relativamente simples".

2. Do *Dicionário de Sociologia* (Ed. Globo, 1970):

"Processo social que tende a harmonizar ou unificar diversas unidades antagônicas, sejam elementos da personalidade, dos indivíduos, dos grupos ou de agregações sociais maiores.

I. Cultural "Ajustamento recíproco dos elementos constitutivos de uma dada cultura de modo a formar um todo equilibrado".

I. Grupal "Ajustamento recíproco dos membros de um grupo e de sua identificação com os interesses e valores do grupo. Quanto maior for a solidariedade entre os componentes, tanto mais elevado será o grau de integração atingido".

I. Social "Ajustamento recíproco de grupos de modo a formar uma sociedade organizada".

3. *Do Dicionário de Pedagogia*, de Lorenzo Luzuriaga (Ed. Losada, B. Ayres): "Significa em geral o processo pelo qual se dá a união em uma totalidade superior de elementos ou partes aparentemente isoladas ou díspares.

Em educação, a integração significa o processo pelo qual uma pessoa leva a formar, com suas experiências, emoções, idéias, etc. uma unidade para constituir a sua personalidade.

Também significa a superação das divisões que se estabeleceram nos planos de estudo, por unidades ou grupos de matérias relacionadas por sua semelhança".

Em matemática "A soma de infinito número de partes infinitamente pequenas. Ação de integrar quantidade, equações; operação pela qual se acha a integral de uma diferenciação ou de uma operação".

Em bio-  
logia "O fenômeno em que organismos lesados (e por vezes divididos) novamente se completam para constituir um todo orgânico".

Em socio-  
logia "O fato da inserção de entes sociais em totalidades de ordem superior".

Em psico-  
logia "Em psicologia o fenômeno da integração tem sido particularmente realçado por Erick Jaen-sck, para o qual a integração é a co-atuação indivisa das diversas funções psíquicas".

4. Na *Encyclopedia of modern education* (The Philosophical Library of New York City, Ed. Harry N. Rivlin, Associate Editor: Herbert Schwler): "Integração é o processo pelo qual o indivíduo melhora as unidades de suas experiências... Quando o indivíduo alcança um alto nível de integração existe uma ausência de conflitos internos e a tendência de resolver seus problemas por impulsos emocionais".

Inteirar, completar, evoluir do múltiplo ao simples, harmonizar, unificar unidades antagônicas, promover ajustamentos recíprocos, buscar identificação com os interesses e valores do grupo, desenvolver a solidariedade entre os componentes, buscar a união de partes aparentemente isoladas e díspares, lograr a superação de divisões, somar, inserir-se para formar um *todo equilibrado*, a fim de se chegar a uma *totalidade superior*, para constituir *personalidade adulta*, para se obter a *integral* de uma *diferenciação*, para constituir um todo orgânico e se chegar à *totalidade de ordem superior*, eis tudo o que se reclama dos diversos componentes, para que se tenha no Brasil um autêntico sistema de ensino.

É também, em suma, tudo o que se postula da universidade com relação aos demais componentes dos sistemas de ensino e, destes, com relação à universidade, para que sejam plenamente colimados os objetivos deste encontro:

- possibilitar um diálogo entre as universidades e os sistemas de ensino, para o delineamento de ações conjugadas;

- discutir problemas básicos dos sistemas de ensino, para cuja solução seria relevante a participação das universidades;
- discutir formas de atuação que permitam à universidade colocar sua capacidade potencial a serviço dos sistemas de ensino;
- discutir e levantar sugestões para uma programação visando à integração da universidade com os sistemas de ensino, propondo alternativas de solução.

#### V — **A integração nos termos atuais**

A Comissão de Ensino da Área da Educação (CEAE) promoveu, no período de setembro de 74 a junho de 75, sete encontros regionais realizados sucessivamente em Belo Horizonte, Porto Alegre, João Pessoa, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Carlos e Brasília.

Foi colocado em debate, nesses conclaves, entre outros, o tema da Integração universidade/sistema de ensino.

Parece oportuno transcrever aqui a síntese desses debates, pois, salvo engano, nela se pode ver retratada a realidade atual em matéria de *integração sistêmica*.

- A — "O desencontro ou a falta de integração não se observa apenas entre a universidade e as secretarias estaduais de educação. Ela atinge todo o sistema, de alto a baixo".
- B — "O novo regime instituído na Lei nº 5.692/71, no que tange à formação de recursos humanos para os sistemas escolares de 1º e 2º graus, parece não ter sido ainda devidamente assimilado pelas universidades e demais instituições de ensino superior. Isso acontece particularmente no que diz respeito às estruturas curriculares".
- C — "A Lei nº 5.692/71 postula e enseja uma revisão estrutural no curso de licenciatura, já implementado em parte por indicação do Conselho Federal de Educação, e que poderia estar sendo objeto de estudo e implementação a nível das universidades. A adaptação das licenciaturas ao novo regime deveria estar inserida no elenco de mudanças institucionais relacionadas com o processo de reforma universitária".
- D — "O alheamento das universidades à reforma do ensino de 1º e 2º graus, no que concerne à adaptação dos cursos de formação de profissionais de educação, poderá gerar perplexidades e retardamento na aplicação dos princípios da Lei nº 5.692/71. Daí certo receio de que a lei venha a ser alterada em um ou vários de seus aspectos fundamentais, sem que os sistemas escolares e às agências formadoras

- tenham experimentado e avaliado convenientemente o novo regime".
- E — "Existe, por outro lado, um descompasso nos ritmos de implantação da reforma nas redes de ensino oficial e particular, exigindo o Estado da iniciativa privada aquilo que ele próprio não chegou a fazer. Com efeito, os sistemas estaduais de ensino não estão aparelhados adequadamente para empreendimento desse vulto".
- F — "Deve-se proceder à análise profissiográfica das diversas ocupações cujos profissionais se formam através dos referidos cursos".
- G - "As agências formadoras deveriam usar, efetivamente, como campo de investigação para caracterização dos currículos, as redes de ensino público ou privada, sistema utilizador de seus egressos."
- H — "É de todo recomendável a exigência do ensino da língua nacional nos cursos superiores, com a finalidade de elevar o nível de comunicação de professores e especialistas".
- I — "Nem sempre as instituições de ensino superior, sobretudo as universidades, têm os olhos voltados para as necessidades do ensino de 1º e 2º graus; por seu lado, o próprio sistema não faz sentir às agências formadoras suas reais necessidades em termos quantitativos e qualitativos. Talvez nem saibam o que se pode esperar das agências".
- J — "As tentativas de contato do ensino de 3º grau com os de 1º e 2º vêm sendo marcadas de imediatismo pouco produtivo, porquanto ocorrem numa base de entendimentos pessoais e episódicas prestações de serviços que não constituem integração efetiva. Há mesmo experiências que se fazem divorciadas do sistema e, até, com despreço por parte deste. Tudo isso gera perplexidade. Urge treinar agentes dessa integração necessária".
- L — "Quanto aos recursos humanos docentes, testemunhou-se que há preparo inadequado, senão deficiente, do pessoal responsável pela formação dos professores e especialistas".
- M — "Admitiu-se, enfaticamente, que a criação de novos cursos e habilitações, pelas universidades, deve ser o resultado do estudo conjunto entre estas e os sistemas interessados, considerando-se as necessidades e peculiaridades do mercado de trabalho".
- N — "Deve ser estimulada, a nível de pós-graduação, a formação de especialistas interdisciplinares que conjuguem o domínio de conteúdo e a formação pedagógica".
- O — "Os problemas relativos a estágios exigem que passem a constar do planejamento global de cada uma e de todas as

escolas de 1º e 2º graus atividades a serem desenvolvidas pelas agências formadoras de recursos humanos através dos licenciados. Toda a sistemática de estágios deve ser repensada".

- P — "A ausência do estatuto do magistério ou o não cumprimento das exigências legais específicas para a elaboração do estatuto, a inexistência de concurso para ingresso na carreira, vencimentos inadequados, tudo isso, como sintoma da falta de organicidade no chamado sistema, gera a instabilidade funcional e, até, afeta o equilíbrio emocional do professor, prejudicando sua dedicação e sua produtividade".
- Q — "Não existem levantamentos sobre as reais necessidades do mercado de trabalho, o que dificulta às instituições de ensino superior a formação de profissionais em número e qualidade exigidos por esse mercado. O mercado desse profissional, por seu turno, existe somente em caráter virtual e não real. Sabe-se que, na ausência do concurso, os cargos a serem ocupados por esses profissionais ou são definidos como "de confiança" pelo sistema de ensino (por exemplo: administradores escolares), ou não possuem regulamentação do exercício legal da profissão".
- R — "Cumpra à universidade investigar, juntamente com os órgãos da administração dos sistemas de ensino, que nexos ou que relações de causa e efeito sobressaem do confronto entre a propalada queda da qualidade do ensino e o modelo de formação de profissionais da educação oferecidos pelos universidades".
- S — "Cabe, finalmente, indagar se na universidade o surto de valorização social da educação encontra correspondência no *status* concedido, internamente, à área da educação. A medida desse prestígio estará na razão direta das dotações orçamentárias, dos regimes especiais de trabalho, dos recursos alocados a projetos de pesquisa, das oportunidades de aperfeiçoamento de docentes concedidos à área da educação, em confronto com o que é concedido à área científica e tecnológica? "

Os problemas arrolados acima explicitam de forma incisiva o grau de descompasso que marca o fluxo orgânico do sistema.

São desencontros, disritmias e disfunções que não chegam a provocar um colapso, mas que concorrem para a defeituosa interrelação dos diversos integrantes do sistema.

E bom repetir que este vem tendo, nos últimos anos, todos os seus flancos comprometidos no processo reformista, o que,

conseqüentemente, os induz ao isolamento momentâneo e necessário ao esforço de revisão de seus papéis e funções.

Isso explica e, até certo ponto, excusa a retratação do diálogo e os desencontros acima enunciados.

De qualquer forma, do repertório de problemas contidos nesses depoimentos podem resultar o temário e a pauta do diálogo que, em boa hora, se pretende provocar entre a universidade e os sistemas de ensino.

## VI — A integração desejável

O intento de promover a efetiva integração universidade/sistemas de ensino deve ter em conta, entre outras, as seguintes linhas de ação:

- a integração não deve ser episódica, intermitente ou acidental; antes, há de ser contínua e permanente;
- integração não se esgota em programas eventuais de cooperação, na celebração fortuita de convênios para prestação de serviços, na consulta e troca de informações ocasionais. Mais do que isso, integração implica em conhecimento mútuo, em ajustamentos recíprocos, em identificação com interesses e valores comuns, em superação de divisões e conflitos, em avaliações constantes do desempenho dos respectivos papéis, em planejamento integrado, em aferições reiteradas do desempenho dos respectivos papéis para melhor atingir objetivos de ordem superior. Integração é um modo de ser constante em cada estrutura para o desempenho dos papéis que lhe cabem, co-atuando, sempre que possível, com os demais órgãos, no exercício de funções interdependentes;
- a integração universidade/sistemas de ensino não há de se restringir às atividades de ensino e extensão; antes, deve abranger, também, as atividades de pesquisa, de cooperação técnica e administrativa, de comunicação e divulgação, de consultas e troca de informações, e outras que se revelarem de interesse comum;
- no que concerne à universidade, a integração não deve envolver apenas os cursos e unidades comprometidos com a formação de profissionais da educação. Dentro da perspectiva de que a universidade, em sua totalidade, deve-se constituir em instrumento do desenvolvimento regional e nacional e, considerando ainda que todas as suas instâncias do saber articulam-se com os outros níveis de ensino, é conveniente que os programas de integração abranjam todos os seus órgãos. Assim, por exemplo:

- a área da Saúde pode ser interessada em programas integrados, voltados para a educação sanitária e para os problemas de higiene e nutrição referentes à população escolar, quer da área urbana, quer da área rural;
- as faculdades de Arquitetura e Engenharia, assim como os institutos de Ciências e Tecnologia podem encontrar um campo novo aberto à cooperação e à pesquisa, em projetos integrados referentes à construção, reparo e equipamento dos prédios escolares, ou à caracterização e implantação, nas universidades, de cursos de formação de professores destinados à formação especial, às habilitações básicas e à profissionalização a nível de segundo grau;
- o ensino rural, formal ou supletivo, pode interessar vivamente ao setor das Ciências Agrárias, e sua participação no dimensionamento de currículos adequados a essas áreas pode ser de inestimável valia;
- as escolas de Música e Belas-Artes têm um largo campo de co-atuação com o ensino de 1º e 2º graus, seja em programas de educação artística, na sondagem de aptidões e revelação de talentos, seja em programas de incentivo à cultura;
- os cursos de Letras e de Comunicação devem intervir nos debates suscitados em torno da propalada deterioração do uso da linguagem oral e escrita, pelas novas gerações. Cabe-lhes uma palavra conclusiva na quereia da redação;
- o incentivo à prática do esporte e preservação da juventude através do cultivo dos valores contidos na prática do atletismo e na cultura física constituem um excelente campo de atuação para as escolas de Educação Física;
- finalmente, os problemas ligados ao custo operacional do ensino, à racionalização dos investimentos em educação, o problema da otimização dos recursos para atender as crescentes demandas de novas matrículas nas escolas de 1º e 2º graus, a melhor caracterização do perfil profissiográfico do administrador escolar, do planejador educacional e os ingredientes curriculares suscetíveis de dar-lhes a formação e o treinamento adequados, a configuração exata de uma disciplina que figura nos currículos de forma indefinida e vaga, tal como Economia da Educação,

enfim a cooperação técnica a nível de assessorias de planejamento e coordenação, nos órgãos de administração dos sistemas, eis uma seara de inesgotáveis potencialidades, aberta à pesquisa e à cooperação dos setores universitários vinculados às Ciências Econômicas e Administrativas.

## VII — Estratégia de operacionalização

Torna-se evidente que um projeto de integração assim dimensionado não se implanta através de um simples protocolo de intenções.

Assim, pareceria aconselhável que sua concretização se processasse através das seguintes etapas:

### A. *Etapa de aproximação recíproca*

Destinada a remover os impasses e a cobrir os fossos que separam universidades e sistemas de ensino. Essa fase poderia ser cumprida através de colóquios entre a universidade e os órgãos e entidades representativas do sistema de ensino. O diálogo e a permuta de informações sobre as respectivas realidades, planos, projetos, programas em andamento, impasses que se antepõem à sua execução, etc, e as primeiras alternativas de ações conjugadas já se esboçariam nesses colóquios.

### B. *Etapa de institucionalização*

Nessa etapa seriam definidos, criados e implantados esquemas ou órgãos destinados a coordenar, dinamizar e dar continuidade aos programas de ação integrada.

### C. *Etapa de operacionalização*

Eliminadas as barreiras do mútuo desconhecimento, definidos os campos abertos à cooperação recíproca, delineados e elaborados os programas de ação integrada, assegurados os mecanismos de sua sustentação e execução, a universidade e os órgãos da administração do sistema teriam todas as condições favoráveis para operacionalizar os programas integrados e reciprocamente entendidos como prioritários.

## Conclusão

A idéia de integração assim dimensionada, tanto quanto o intento de concretizá-la, pode assumir visos de utopia, assim como pode parecer

extremamente difícil de ser traduzida em realidade contínua e permanente.

De certa forma, ela violenta velhos hábitos, assim como força ruptura com enraizadas tradições de isolamento.

Por isso mesmo, ela se configura quase como uma reforma dentro das reformas em que todos estamos empenhados.

É preciso, todavia, que se diga: "Só reformando-nos é que logremos reformar o ensino e inovar o Brasil".

## II — *Painel*, **Integração universidade/sistema de ensino**

Integrado por representantes da Secretaria de Educação, Conselho Estadual de Educação e universidades do Rio Grande do Sul.

### 1 — Integrantes

Professor Alfredo Steinbruch — Diretor do Departamento de Assuntos Universitários da Secretaria de Educação e Cultura.

Professor Cleci Mayer — Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação

Professora Ana íris do Amaral, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professora Délcia Enricone, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Professora Leda Buase, da Universidade de Passo Fundo.

### 2 — Exposições

*Estágio Supervisionado, mecanismos para operacionalizar a integração universidade/sistema de ensino.*

### 3 — Exposições

3.1 — Exposição realizada pelo professor Alfredo Steinbruch, versando sobre a dinâmica de ação do Departamento de Assuntos Universitários da SEC/RS.

- Referindo-se à posição do Departamento de

Assuntos Universitários no contexto da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, o expositor destacou que é o órgão "incumbido da integração dos assuntos universitários com o sistema educacional do Estado, tendo por objetivos:

- promover, coordenar e desenvolver a política de integração do ensino de 3º grau com o sistema estadual de ensino; oferecer às instituições de ensino de 3º grau um diagnóstico das necessidades e aspirações do sistema estadual de ensino, com vista a uma adequação de seus programas para a formação de profissionais da educação em áreas de ensino ainda carentes;
- acionar o processo de regionalização dentro da política dos distritos geoeeducacionais".

Destacou que atividades e projetos caracterizam o sistema de ação do departamento, atendendo, sempre, à política de prioridade da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, e que consubstancia este sistema o princípio de ação integrada que articula diferentes órgãos do sistema estadual de ensino entre si e o sistema estadual de ensino com instituições de 1º 2º e 3º graus.

Salientou, como grandes atividades do departamento, as seguintes:

- coordenação geral dos assuntos universitários, responsável pelas principais linhas de ação que deverão nortear a atuação do sistema estadual de ensino com relação ao ensino de 3º grau;
- concessão de bolsas de estudo;
- formação de recursos humanos para a educação;
- assistência financeira a instituições de ensino de 3º grau, que:
  - como atividade, se caracteriza por contribuição para entidades de ensino superior através da concessão de auxílios complementares;

- e, como Projeto Desenvolvimento do Ensino Superior, se caracteriza por concessão de recursos financeiros às instituições que formam profissionais da educação, para aquisição de equipamentos e materiais necessários à melhoria do ensino.

Teceu considerações sobre cada uma das atividades. Finalizando, enfatizou que a praticidade do tema do encontro — Integração universidade/sistema estadual de ensino — será tanto mais viável e se aproximará cada vez mais das respostas que se pretende quanto maior for o empenho destes dois sistemas na abertura de suas estruturas.

- 3.2— Exposição realizada pela professora Ana Íris do Amaral versando sobre fundamentos teóricos da formação do professor — o estágio como variável do processo.

Considerando as características das novas sociedades, que fazem exigências cada vez maiores à educação, a expositora realçou a necessidade de transformar todo o plano de formação de docentes em um instrumento altamente flexível. Destacou que em face da multiplicidade das novas funções que o professor deve assumir na sociedade atual é preciso pensar sua formação em níveis diferentes de complexidade e realizá-la, conseqüentemente, em etapas diferenciadas.

Resaltou que o essencial na formação do professor é possibilitar-lhe o movimento contínuo do plano das idéias para o plano da ação e da ação novamente ao plano das idéias.

Enfatizou o estágio como a possibilidade de proporcionar uma nova imagem do ensino, a fim de que possa o aluno-mestre superar padrões já anteriormente assimilados e que não mais se coadunam com as necessidades do ensino atual.

Referiu-se à importância das dimensões de tempo e experiência no plano de formação do professor, destacando que

o estágio, dimensionado como básico no preparo do professor, se configura como uma situação em que ao aluno-mestre é proporcionado experimentar o ensino como processo global, integrador e criativo, no qual pode realizar aprendizagens que envolvem princípios filosóficos da educação, conteúdos de uma área do saber, princípios da educação brasileira, princípios, estratégias e procedimentos de ensino, teorias da aprendizagem, experiências de ensino integrado e trabalho em conjunto. Ressaltou que, no moderno plano global de formação do professor, estão presentes as perspectivas de educação permanente, significando que o preparo do professor não se circunscreve aos cursos básicos das universidades.

### 3.3 — Exposição realizada pela professora Délcia Enricone, versando sobre experiências de prática de ensino.

Tecendo considerações sobre a relação entre a faculdade de Educação e o sistema universitário, a expositora enfocou a universidade no desempenho de sua função de ensinar através da faculdade de Educação, com sua competência de ministrar ensino e treinamento profissional, integradamente com seus programas específicos de estudo, de investigação e de tecnologia, em cursos de licenciatura. Referiu-se aos objetivos das faculdades de Educação e aos requisitos básicos, segundo Roberth Howsand, para um programa de formação eficiente de professores: aprendizado do conteúdo, modificação do comportamento e introdução ao papel profissional, destacando que, neste último requisito, o enfoque principal é a maneira como o professor tem as primeiras experiências profissionais e se identifica com a profissão, papel que tem sido considerado de difícil realização. Neste contexto a inserção no campo profissional através dos estágios supervisionados está exigindo novas considerações. Ressaltou que as faculdades de Educação necessitam tomar consciência de seu papel como escolas profissionais superiores e assim responderem à responsabilidade formativa que têm. Apresentou os objetivos propostos pela equipe

de coordenação de estágio da PUCRS para a formação profissional de professores, destacando que, para a consecução desses objetivos, o desenvolvimento da prática de ensino prevê 3 etapas: observação, pequenas práticas e prática docente regular. Passando a focar as pequenas práticas, referiu-se ao seu significado e pressuposições que obedecem, relatando as experiências de minicursos e de recuperação, desenvolvidas pela Faculdade de Educação da PUCRS. Salientou que essas experiências já realizadas ou planejadas, visando à melhoria da qualidade do ensino de todos os graus, representam possibilidades concretas de integração entre universidade e sistema de ensino.

#### 3.4 — Exposição realizada pela professora Leda Buaes, versando sobre experiências de estágio supervisionado.

A expositora teceu considerações sobre três experiências concernentes ao estágio de professores em serviço, realizadas na Universidade de Passo Fundo:

- licenciatura de 1º grau em regime intensivo de férias;
- licenciatura de Artes Práticas, para atender o projeto UMIT da SEC;
- formação de professores para disciplinas especializadas do ensino de 2º grau (Esquema 1).

Caracterizou as licenciaturas e apresentou a sistemática de estágio em cada uma delas. Assim, na licenciatura de 1º grau em regime intensivo de férias, após o preparo do aluno-mestre para o desempenho das atividades, em sala de aula, o mesmo passa a desenvolver as atividades docentes em sua escola de origem, com a supervisão do professor da faculdade, o que se efetiva no horário regular das aulas, durante um semestre. Destacou que as visitas do supervisor se realizam sem data marcada e que há acompanhamento do trabalho do professor-estagiário e parecer por parte da administração da escola de origem sobre o

mesmo, através de uma ficha de apreciação, elaborada pela faculdade, cujo conceito é computado para efeito de nota final de estágio. Ao final do trabalho, o estagiário deve apresentar um relatório. Na licenciatura de Artes Práticas, após o preparo prévio do aluno-mestre, em sala de aula, para o desempenho das atividades de estágio, são realizadas pequenas práticas desenvolvidas em três dias em escolas do interior do município de Passo Fundo e de municípios próximos. O estágio propriamente dito é acompanhado e supervisionado diretamente na escola de origem do professor-estagiário, nos moldes dos cursos de férias. Na formação de professores, segundo o Esquema I da Portaria nº 432/71 do MEC, a modalidade prevista de estágio é semelhante à dos cursos de férias, acrescida de um treinamento em habilidades, mediante pequenas práticas em sala de aula, antecedendo ao estágio. A supervisão nas escolas de origem do professores-estagiários é realizada por dois professores: um de didática e outro especialista no conteúdo específico da disciplina.

Apresentou as dificuldades encontradas na realização do trabalho, os aspectos positivos, bem como as reformulações previstas, a partir da análise das dificuldades e dos aspectos positivos.

- 3.5— Exposição do professora Cleci Mayer, versando sobre uma nova modalidade de estágio supervisionado.

Considerando as atividades do Departamento de Assuntos Universitários da Secretaria de Educação e Cultura e as experiências que vêm sendo realizadas nas universidades, pode-se dizer, destacou a expositora, que, no Rio Grande do Sul, está-se em fase inicial de uma interação extremamente fecunda, em que o estágio, em modalidades diversas, tem-se constituído em mecanismo de acionamento do processo de integração do sistema de ensino com as entidades de ensino superior res-

ponsáveis pela formação de profissionais para a educação.

Salientou que a contribuição concreta que o Rio Grande do Sul traz, no momento, consiste na proposta de execução experimental de uma outra modalidade de estágio em que se integram a aspectos das realizações espontaneamente acionados no sistema; outros, com caráter de inovação, consistindo no seguinte:

- permanência do aluno estagiário em escola da comunidade assumindo todas as responsabilidades de docência durante um período letivo semestral e no mesmo regime de trabalho previsto para os demais docentes;

- supervisão conjunta do estágio pela agência formadora dos recursos humanos e pelo sistema de ensino;

- reserva de um percentual de lotação, destinado a estagiários, em determinadas escolas, segundo critérios previamente estabelecidos;

- incentivos para os estagiários sob forma de:

- a) concessão de bolsa-estágio;
- b) valorização do estágio para ingresso na carreira de magistério.

Enfatizou que o desenvolvimento dessa experiência levará a um diálogo sistemático entre as agências que formam os recursos humanos e o organismo que vai absorvê-los, em processo de integração cada vez maior, integração essa entendida não como um fim em si mesma mas como um meio para a racionalização e expansão, renovação e melhoria do processo educacional. Destacou que com isso espera-se alcançar: qualificação mais adequadas dos recursos humanos para o sistema de ensino; desencadeamento de um processo recíproco de renovação curricular nas escolas do sistema e nas agências formadoras; racionalização na produção de recursos humanos; integração dos três graus de ensino; estimulação para o delineamento de uma educação brasileira.

Resaltou que os objetivos propostos só serão atingidos se houver, além de um planejamento conjunto, um comprometimento mútuo da universidade e do sistema de ensino que exigirá ajustamento interno de ambas as partes.

Destacou que, em síntese, o que se propõe é o "caminhar convergente" desses dois organismos — o que forma os recursos humanos e o que os absorve — e que somente juntos podem imprimir as necessárias modificações na educação brasileira.

### **III — Debate em plenário**

Após a exposição dos documentos e apresentação do painel, o tema foi debatido em plenário para esclarecimento de dúvidas.

## **2º SESSÃO**

I — *Trabalhos de grupo*

A. Composição dos grupos, de acordo com o seguinte esquema:

Grupo 1	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
Amazonas Pará Acre Amapá Roraima	Maranhão Piauí Paraíba Sergipe	Ceará Rio Grande do Norte Alagoas	Pernambuco Bahia Espírito Santo Fernando de Noronha
Grupo V	Grupo VI	Grupo VII	Grupo VIII
Rio de Janeiro São Paulo	Paraná Rio Grande do Sul	Minas Gerais Santa Catarina Distrito Federal	Goiás Mato Grosso Rondônia

## B. Coordenadores e Relatores

### *Grupo I*

Coordenador:

Aulio Gélío Alves de Souza — Reitor da Universidade Federal do Acre.

Relator:

Jorge Humberto Barreto — Presidente do Conselho Estadual de Educação do Amazonas.

### *Grupo II*

Coordenador:

Tarcísio de Miranda Buriti — Secretário de Educação da Paraíba.

Relator: Lineu da Costa Araújo — Pró-Reitor do Ensino e Pesquisa da Fundação Universidade Federal do Piauí.

### *Grupo III*

Coordenador:

Antero Coelho Neto — Reitor da Universidade de Fortaleza.

Relator:

Luís Medeiros Netto - Presidente do Conselho Estadual de Educação de Alagoas.

### *Grupo IV*

Coordenador: Paulo Frederico do Rego Maciel — Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

Relator:

Carlos Correia de Menezes Sant'Ana - Secretário de Educação da Bahia.

### *Grupo V*

Coordenador:

Professor José Bonifácio Coutinho Nogueira — Secretário de Educação de São Paulo.

Relator:

Professora Myrthes de Luca Wenzel — Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

*Grupo VI*

Coordenador:

Pe. José Carlos Nunes — Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Relator:

Oswaldo Arns — Reitor da Universidade Católica do Paraná.

*Grupo VII*

Coordenador:

José Fernandes Filho — Secretário de Educação de Minas Gerais.

Relator:

Embaixador Wladimir do Amaral Murtinho — Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal.

*Grupo VIII*

Coordenador:

Paulo de Bastos Perillo — Reitor da Universidade Federal de Goiás.

Relator:

Pe. Raimundo C. Pombo M. da Cruz — Presidente do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso.

- C. Sugestão de roteiro para discussão em grupo
- 1 — Áreas de atuação que seriam beneficiadas numa dinâmica de integração universidades/sistemas de ensino.
  - 2— Estratégias e mecanismos de operacionalização da integração, considerando-se um planejamento a curto, médio e longo prazos.

3— Obstáculos mais relevantes à realização de ações comuns e alternativas de solução.

4 — Recomendações de ordem geral.

## 11 - *Conclusões dos grupos de trabalho*

### **Grupo I**

A. Para a integração universidade/sistema de ensino consideram-se as seguintes áreas de atuação:

1. Mudanças de currículos ou adequações curriculares.
2. Formação pedagógica.
3. Reformulação dos estágios.
4. Preparo do discente para o trabalho na comunidade.
5. Extensão da universidade à comunidade.

B. Estratégias e mecanismos de operacionalização da integração, considerando um planejamento a curto, médio e longo prazos.

1. Elaboração de um plano curricular integrado que atendesse aos componentes da integração.
2. Qualificação do corpo docente em estudos e pesquisas com vista à sua adequação ao sistema de ensino.
3. Integração nos problemas da comunidade com repercussão nas áreas de saúde e agricultura, bem como em outros setores, sempre buscando o desenvolvimento.
4. Adequação dos currículos visando ao preparo do profissional em todas as áreas de educação.
5. Representação do Conselho Estadual de Educação nos órgãos deliberativos de administração superior da universidade.
6. Reformulação dos vestibulares visando a sua melhor adequação ao ensino de 1º e 2º graus.
7. Racionalização da política de extensão visando à integração universidade/sistema de ensino.
8. Criação de uma equipe técnica integrada universidade/sistema, com atribuições de:
  - elaborar instrumentos de análise, avaliação e reorientação que possibilitem à universidade e ao sistema, verificar o seu funcionamento e

reformular programações;

- implantar um sistema de planejamento que considere o homem com o seu grupo e a partir da sua individualidade. Esse planejamento terá que ser considerado:
    - como etapa inicial do processo administrativo;
    - como meio de controle e avaliação;
    - como orientação ao processo decisório;
  - implantar um sistema de informação a fim de que o processo de formação regular, formação acelerada e atualizada de docentes seja adequada às peculiaridades dos distritos geoeeducacionais;
  - realizar exames psicotécnicos que forneçam elementos informativos dos alunos;
  - colaborar com o corpo docente no que diz respeito é elaboração de planos, organização e aplicação de instrumentos de medida e avaliação.
9. Implantação definitiva dos estatutos do magistério.
  10. Criação de um setor de documentação com objetivo de coletar dados, distribuir e divulgar materiais de ordem geral e normativa.
  11. Tornar comuns aos dois pólos de integração (universidades e sistemas de ensino) os problemas existentes, visando a soluções condizentes com a realidade.

C. Obstáculos mais relevantes à realização de ações comuns e alternativas de solução

1. Inexistência de comunicação efetiva entre universidade e sistema de ensino.
2. Carência de um sistema de avaliação de aptidão profissional.
3. Inexistência de um levantamento racional e atualizado do mercado de trabalho.
4. Os dois obstáculos anteriormente mencionados são agravados pela definição prévia de cursos que limitem os estudantes à escolha de profissões dentre as ofertadas pela universidade.
5. De idêntico modo constata-se uma reação sistemática dos responsáveis pelo encaminhamento dos jo-

- vens aos cursos de curta duração.
6. Inadequação dos currículos.
  7. Preparo inadequado dos docentes.
  8. Ausência de pesquisa, com a conseqüente falta de dados que possam informar às universidades, com segurança, as reais necessidades dos sistemas.
  9. Falta de estímulos aos profissionais formados em função das necessidades apresentadas pelos sistemas, implicando na perda e desvio desses elementos, sendo que no caso particular dos territórios a estrutura administrativa contribui para a mesma situação.

Alternativas de soluções: implantação das estratégias já definidas.

D. Recomendações de ordem geral

1. Preservação das idéias propostas como alternativas de soluções para a integração universidade/sistema.
2. Realização em áreas estadual e regional de reuniões periódicas visando à concretização definitiva da integração desejada.

Resumo dos comentários às conclusões

— Do Secretário-Geral do MEC

Na composição dos grupos, procurou-se reunir as unidades federadas, tendo em vista o aspecto de regionalização, para facilitar a identificação dos problemas sistemas de ensino/universidade por áreas geográficas.

Isto posto, esclareço que, quando se propõe ao plenário conclusões da comissão para aprovação, não significa que se deseje que elas sejam aplicáveis ao Brasil todo, mas sim que o plenário as considere, atentando para sua validade em termos da região à qual pertencem os sistemas de ensino e as universidades.

## Grupo II

### A. *Áreas de atuação que seriam beneficiadas numa dinâmica de integração universidades/sistemas de ensino*

A fim de que a decisão do grupo de trabalho refletisse a contribuição de todos os participantes, o coordenador solicitou que os componentes do grupo definissem individualmente os campos que mais lucrariam numa dinâmica de cooperação integrada.

Assinale-se que a área de educação recebeu indicação unânime, o que demonstra o reconhecimento da relevância de seu papel como veículo natural entre universidade e sistemas. Outras áreas foram apontadas sucessivamente, chegando-se afinal ao estabelecimento da seguinte listagem:

educação, nos seus múltiplos aspectos;

- saúde;
- serviço social;
- binômio escola—empresa;
- ciências;
- engenharia e arquitetura;
- administração;
- agricultura;
- planejamento;
- pesquisa.

### A. *Estratégias e mecanismos de operacionalização da integração, considerando um planejamento a curto, médio e longo prazos*

O grupo debateu este item do roteiro pela convicção de sua importância e pela preocupação de chegar a soluções viáveis, objetivas e próprias. Considerou, então, longamente, várias providências, mecanismos e táticas que possibilitassem a operacionalização da integração universidade/sistema de ensino. Tornou-se evidente para o grupo que o ponto de partida, a meta inicial, é promover a aproximação universidade/sistema de ensino, de maneira a propiciar o indispensável diálogo e a troca de informações sobre as respectivas realidades e aspirações, etapas preliminares indispensáveis à fixação de programas de ação conjunta. Pareceu ao grupo que a consecução desse objetivo básico deve ser procurada através da seguinte medida:

constituição, imediata, em cada Estado, de comissão ou equipe mista, composta de repre-

sentantes da Secretaria de Educação, Conselho Estadual de Educação e universidades para, em prazo determinado, fazer o levantamento da situação local e propor os meios adequados à integração.

Ao lado dessa medida inicial aprovou o grupo que outras fossem recomendadas, todas na categoria de atividades a curto prazo, a saber:

- representação do sistema no Colegiado universitário;
- representação da universidade no Conselho Estadual de Educação;
- reprodução deste encontro a nível estadual, com o que se lograria aumentar-lhe a ressonância visando-se ao mesmo tempo à busca de aplicações locais;
- recomendação do MEC às universidades, através da Secretaria-Geral ou do DAU, no sentido de que apressem a adaptação de seus currículos ao regime instituído pela Lei nº 5.692/71, de maneira a não mais formarem profissionais inapropriados.

Esta sugestão expressa a aceitação por parte do grupo da veracidade do que se contém às páginas 21, letras *B* e *C*, do documento *Integração: universidade/sistema de ensino*. Aí se diz que o novo regime instituído pela Lei nº 5.692/71 parece não ter sido ainda devidamente assimilado pelas universidades e demais instituições de ensino superior, particularmente no que diz respeito às estruturas curriculares, sendo que a adaptação das licenciaturas ao novo regime deveria estar inserida no elenco de mudanças institucionais relacionadas com o processo de reforma universitária.

Acolhendo a palavra do Pe. José de Vasconcelos, eminente Presidente do Conselho Federal de Educação, o grupo repensou o vestibular. Para evitar que se crie um fosso entre as duas modalidades de ensino, a lei dispõe que o conteúdo e nível de dificuldade do concurso vestibular não excedam aos do ensino de 2º grau. Entendeu o grupo que, para o caso, é da maior utilidade a integração universidade/sistema de ensino, através das seguintes medidas:

- Estabelecimento pelo sistema do perfil do desempenho do concluinte do 2º grau, sendo que, em sua falta, devem ser consideradas as

habilitações resultantes do Parecer do CFE nº 76/75;

participação de representantes do sistema de ensino do 2º grau nos órgãos universitários de preparação do concurso vestibular.

Considerando que cabe à universidade atender às necessidades de formação de recursos humanos, e que a criação de novos cursos e habilitações pela mesma devem ser o resultado do estudo conjunto entre universidade e os sistemas interessados, deliberou o grupo aprovar a seguinte recomendação, dirigida à instituição universitária:

- promover a formação de professores para áreas de crescente importância, tais como o ensino pré-escolar, o ensino supletivo e o ensino de excepcionais.

### C. *Recomendações de ordem geral*

No que respeita, a recomendações de ordem geral, o grupo debateu e afinal aprovou as seguintes:

- O Departamento de Assuntos Universitários do MEC, ao analisar e aprovar os orçamentos das universidades, deve enfatizar a alocação de recursos para área de educação, considerando as necessidades dos sistemas estaduais.
- Considerando que o concurso público, como processo de seleção, é imperativo de ordem legal e moral, devem os Estados promulgar o estatuto do magistério.

O IX Encontro de Secretários de Educação e Presidentes de Conselhos de Educação com a participação das universidades, integrando-se no movimento em prol da língua nacional, endossa a afirmativa do documento Integração: universidade/sistema de ensino, página 23, letra *H* expressa nos seguintes termos:

"É de todo recomendável a experiência do ensino da língua nacional nos cursos superiores, com a finalidade de elevar o nível de comunicação entre professores e especialistas".

Resumo dos comentários às conclusões

- Do Secretário-Geral do MEC

A terceira proposição do item Recomendações de ordem geral, por tratar-se de conclusão do grupo, deve ter sua parte inicial redigida da seguinte forma: "O grupo II, reunido no IX Encontro...".

### Grupo III

#### A. *Estratégias e mecanismos de operacionalização da integração considerando um planejamento a curto, médio e longo prazos*

No exame do conteúdo específico proposto pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura, o qual se constituiu razão de ser do encontro, foram analisadas as sugestões de estratégias dos 3 (três) documentos básicos, respeitando-se o roteiro para o trabalho de grupo.

As referidas sugestões foram aceitas por unanimidade, consideradas algumas modificações propostas aos documentos.

#### B. *Recomendações de ordem geral*

O grupo julgou importante destacar os seguintes aspectos:

1. Para a integração universidades/sistemas de ensino é oportuno e necessário um comprometimento global, em forma de convênio, em que tanto as universidades como os sistemas de ensino colaborem, por igual, com todos os seus recursos e potencialidades materiais e pessoais disponíveis, para o completo êxito dos programas de ensino, pesquisa, extensão, administração e planejamento.
2. Seja estabelecido, de pronto, em cada Estado, uma comissão mista, que venha promover o mais rapidamente possível a repetição deste encontro para:
  - 2.1 — definir as dificuldades peculiares de cada região;
  - 2.2 — estabelecer as características específicas da possível integração;

- 2.3 — estudar a possibilidade de iniciar projetos experimentais dentro desse escopo;
- 2.4 — definir a(s) universidade(s) de cada Estado que possa(m), de imediato, participar desse mecanismo de integração;
- 2.5 — verificar a possibilidade de participação eventual, em assuntos interdependentes, de membros dos sistemas de ensino nos colegiados superiores das universidades e de elementos destas nos conselhos estaduais, até que seja definida normativamente esta participação.

#### **Grupo IV**

- A. *Áreas de atuação que seriam beneficiadas numa dinâmica de integração universidades/sistemas de ensino*

Ressentem-se as universidades e os sistemas estaduais de ensino de uma maior e mais profunda Integração. Tal propósito há de ser obtido, malgrado as dificuldades e complexidades de toda a natureza e sem prejuízo da autonomia preservada dos diferentes sistemas.

Com efeito, em várias unidades federadas coexistem universidades federais, estaduais e privadas, com um sistema de ensino de 1º e 2º graus predominantemente estadual, mas incorporando também uma rede particular e alguns estabelecimentos federais.

1. Indicadores de integração universidades/sistemas estaduais de ensino
  - 1.1 — Exames de habilitações às universidades: refletem bem o descompasso quase sempre existente. Confeccionados pelos organismos universitários, não guardam ressonância com a metodologia de ensino utilizada na rede pública estadual de 2º grau, nem com os propósitos previstos para o 2º grau na Lei nº 5.692. Reforçam-se assim os "cursinhos", criando-se para o aluno uma duplicidade indesejável de estudos: o regular, para obter aprovação na última série de 2º grau, e o extraclasse, para conseguir atravessar a barreira do vestibular. De

outra parte, é indispensável que a universidade defina o que deseja do aluno do 2º grau para orientar as secretarias.

- 1.2 — Fixação do professor licenciado no interior do Estado: há enormes dificuldades nesta fixação. Os professores formados pelas faculdades de Educação das universidades tendem a permanecer na capital do Estado, e se às vezes se engajam à rede pública estadual no interior, é para, logo em seguida, tentar obter remoção para a capital, utilizando-se para isto de todos os mecanismos de pressão disponíveis.

Esta situação tem exigido que o Estado estimule a implantação de cursos de formação de professores em regiões administrativas do Estado.

No particular, o grupo levantou algumas sugestões:

- utilização de uma política de licenciatura curta parcelada, realizável nas regiões onde habitem os estudantes;
- realização dos estágios dos alunos de licenciatura, no último semestre letivo, utilizando-se não apenas os estabelecimentos de ensino da rede pública estadual na capital mas ainda os do interior, onde haja condições de alojamento e supervisão (nos moldes preconizados pela SEC do RGS);
- recomendações ao MEC que preste auxílio técnico e financeiro às faculdades que ministrem cursos de formação de professores no interior.

- 1.3— Inadequação entre a formação de professores (universidade) e o mercado de trabalho (secretaria). Entre outras, são

causas desta inadequação as seguintes:

1.3.1 —Pequena ou nenhuma ênfase à educação especial, ênfase total à educação geral.

Sugere, então, o grupo a definição de áreas de licenciatura de formação especial de 1º e 2º graus.

1.3.2 —Dificuldades da universidade em formar, a curto prazo, professores de novas disciplinas ou áreas exigidas pelo sistema, como artes práticas, etc.

1.3.3—Licenciatura de pedagogia em administração escolar (universidade) para um mercado de trabalho que adota a sistemática administrativa de cargos de confiança (secretarias).

1.4— Desconhecimento da lei e do espírito da Lei nº 5.692, tanto por parte da universidade quanto por parte dos próprios componentes das secretarias.

2. Integração: estágio atual.

Há, indiscutivelmente, um entrosamento entre as universidades e as secretarias, conseguido quase sempre às custas do bom relacionamento entre as pessoas.

Reflexo deste entrosamento é o trabalho magnífico que realizam os centros de educação técnica, vinculados às secretarias, e que, através de convênios com as universidades, desenvolvem os esquemas I e II, ministram licenciaturas curtas e artes práticas, etc.

Algumas faculdades de Educação desenvolvem com as secretarias programas comuns de trabalho, seja sob forma de convênios, seja sob a de qualquer outro tipo de mútuo acordo.

B. *Mecanismo de institucionalização, estratégias e mecanismos de operacionalização da integração*

Entende o grupo que é mister institucionalizar-se esta integração mediante as seguintes providências:

1. Negociação, a curto prazo, de convênio ou protocolo de mútua e ampla colaboração. Este documento criaria uma comissão de integração, de constituição mista, e com amplas funções definidas, visando à integração.
2. Desencadeamento, a médio prazo, pelo MEC, das medidas necessárias para a participação das secretarias e dos conselhos estaduais nos colegiados universitários normativos:
  - Conselhos Universitário.
  - Conselho de Coordenação.
  - Colegiados de curso das licenciaturas.
3. Recomendação para maior autenticidade da representação das universidades nos conselhos estaduais de educação.
4. Criação de órgão centralizador da integração. Debateu-se amplamente a questão. Estudou-se cuidadosamente a possibilidade de que fosse o Conselho Estadual de Educação o detentor deste papel, após sofrer profundas modificações, inclusive de embasamento legal. Dados os obstáculos que foram apontados, preferiu o grupo atribuir, em princípio, tal propósito à comissão de integração resultante do protocolo de mútua colaboração referido antes. Esta comissão definiria, no curso de seus estudos, o Colegiado, que, em definitivo, teria este magno poder.

Ao MEC competiria a compatibilização e avaliação dos estudos oriundos das diferentes unidades federadas.
5. Realização de seminários de integração regional com vista à avaliação periódica das etapas atingidas.
6. Engajamento da universidade no treinamento e aperfeiçoamento do pessoal docente da rede estadual, valorizando-se a função extensão *lato sensu*.
7. Adequação das atividades dos órgãos colegiados das universidades com os objetivos de:

- plena adequação curricular;
  - planejamento global que permita regular a matrícula de cada setor às necessidades da rede, para evitar disparates, como formar administradores escolares em grande quantidade, enquanto o sistema está intensamente carente de professores de química, matemática, física, etc.
8. Participação efetiva do sistema estadual nas comissões de coordenação do concurso vestibular.
  9. Fortalecimento dos cursos de pós-graduação para que tragam consigo a melhoria dos cursos de graduação, valorizem a pesquisa educacional para a resolução de problemas do sistema estadual, elaborem projetos susceptíveis de financiamentos nacionais ou internacionais.
  10. Harmonização tanto quanto possível da integração sistema/universidade no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

#### Resumo dos comentários às conclusões

##### 1 — Do Secretário-Geral do MEC

- a) O problema do vestibular é referido duas vezes nas conclusões propostas. Realmente, o exame de ingresso à universidade é um dos pontos importantes da integração entre 2º e 3º graus. Entretanto, a forma como foi redigida a proposição referente a esse aspecto — "é indispensável que a universidade defina o que ela deseja para o aluno do 2º grau, para orientar as secretarias" — se configura como uma abordagem inversa da problemática, uma vez que a orientação do Ministério da Educação e Cultura é que as universidades organizem as provas para exames vestibulares, levando em consideração os programas desenvolvidos no ensino de 2º grau. Esta

recomendação consta, expressamente, da portaria do Sr. Ministro, que regula o vestibular, já em vigor, há quase dois anos. A colocação da proposição pela comissão nos leva a supor que não está havendo na região o cumprimento do estabelecido pela portaria ministerial ou que haja grande diversidade em termos de formação a nível de 2º grau, dificultando à universidade a estruturação das provas para o exame vestibular com base nos programas levados a efeito nesse nível. A posição de que as provas de vestibular não extrapolem o que se ensina no 2º grau já é bastante antiga. É claro que com a maior integração e, principalmente, com os instrumentos já sugeridos esta posição se aperfeiçoará.

- b) Outro aspecto que merece consideração é o relativo aos centros de educação técnica. É indiscutível que os referidos centros cumpriram e vêm cumprindo um importante papel na formação de professores para as disciplinas profissionalizantes, e poderão ainda desempenhar uma função de destaque na formação de professores para as habilitações básicas. Entretanto, essa atribuição aos centros correspondeu, no passado, a uma estratégia do Ministério para compensar a inexistência, nas universidades, de uma atitude efetiva no que respeita à formação desse tipo de professores. Não sou contra os centros; pelo contrário, vejo-os produtivos, trabalhando árdua e efetivamente em benefício da educação no Brasil, mas me pergunto se daqui por diante, estabelecida uma verdadeira política integrada universidade /sistema de ensino, esses centros não deveriam ser progressivamente absorvidos pelas universidades, através de convênios ou de outros mecanismos, a fim de que adquiram, cada vez mais, uma

atitude explicitamente universitária. Destaco que já temos exemplos muito positivos de centros que, absorvidos pelas universidades, se integraram perfeitamente ao ensino universitário.

## 2 — Do Presidente do Conselho Federal de Educação

- a) Aplaudo a condenação que o grupo faz a respeito da disparidade entre o que a escola de 2º grau propõe e o que a universidade exige no vestibular, fato que gera os "cursinhos". Discordo, apenas, quanto à classificação "não formal" dada ao "cursinho" pelo grupo. Acredito até que ele é "ultraformal", pois se há uma educação formal, no sentido pejorativo que esta palavra pode ter, é exatamente a ministrada no cursinho. A classificação mais adequada para o cursinho é "não legal" ou extra-sistema". Destaco, ainda, que, na realidade, o ensino de 2º grau não é feito para a universidade. Mas, assim como diz a lei e como sublinhou a circular do Sr. Ministro, as universidades, na organização de provas para o concurso vestibular, devem considerar o núcleo comum do currículo do 2º grau e o nível de profundidade dos estudos aí desenvolvidos. Talvez o que o grupo tenha querido dizer é que a universidade se preocupe menos com a soma de informações que o aluno tenha memorizado, mas que defina as aptidões necessárias para que ele desenvolva estudos a nível de 3º grau, tais como hábito de documentar, de trabalhar em grupo, de redigir com clareza e logicidade, de pesquisar, etc.
- b) Uma outra observação a fazer é quanto à concepção a que o grupo chegou sobre a comissão de integração, de cons-

tituição mista, (conselhos de educação, secretarias de educação e universidades), com amplos poderes definidos. Acredito extremamente difícil, na prática, a delegação de poderes, por parte dos órgãos, a esse grupo. Entendo a integração da seguinte maneira: os poderes permanecem com os órgãos, e o grupo, ao invés de ser uma fonte de poderes, é apenas um órgão integrador desses poderes.

## **Grupo V**

### **A. *Estratégias e mecanismos de operacionalização da integração, considerando um planejamento a curto, médio e longo prazos***

Foram unanimemente aprovadas as seguintes proposições:

1. Que as secretarias de estado de educação, de São Paulo, e de educação e cultura, do Rio de Janeiro, promovam, com brevidade, reunião para discutir, em âmbito estadual, o mesmo tema do IX Encontro, com a mesma sistemática.
2. Que o sistema universitário trabalhe, conjunta e formalmente, com os sistemas estaduais, especificamente no tocante ao processo de seleção de candidatos ao ensino superior, com vista à adequação do vestibular à realidade do 2º grau, progressivamente o ensino de 2º grau também procure oferecer um mínimo de qualificação a seus alunos, compatível com as necessidades do 3º grau. Este trabalho destinar-se-ia a fixar os objetivos e conteúdos da escola de 2º grau, contemplando a terminalidade mas também o prosseguimento de estudos em nível superior.
3. Que os conselhos de educação, que já gozam das prerrogativas do artigo 15 da Lei nº 4.024, possam ter ampliada a sua esfera de ação, abrangendo as universidades e institutos

- de ensino superior sediados em seus respectivos territórios, sejam eles estaduais, municipais ou particulares.
4. Que sejam realizadas reuniões a nível regional, com a participação das entidades de ensino superior, visando:
    - ao diagnóstico do sistema e do potencial das universidades, levando em conta os grandes objetivos do processo de desenvolvimento do Estado;
    - à elaboração de planos de ação integrada;
    - à organização da sistemática operacional das ações indicadas nos planos de ação integrada.
  5. Que seja estabelecida uma regulamentação do acesso ao sistema, dos docentes e especialistas em educação, através de um processo aberto a todos aqueles que disponham das condições de preparação específica exigida pela lei e que da comissão encarregada da organização do processo de acesso participem membros indicados pelas universidades.
  6. Que as secretarias constituam comissão com objetivo de busca de mecanismos operacionais de integração e análise de problemas comuns e concretos.
  7. Que um dos modos de articulação sistema/universidade seja a aceleração de contratos e convênios, e que este processo seja estimulado e agilizado, evitando-se a excessiva burocracia, e que diferentes sistemáticas utilizadas pelas diversas agências federais e estaduais sejam compatibilizadas, tendendo-se a um único mecanismo operacional.
  - b. Que o CFE ultime os estudos relativos à estruturação curricular das áreas de Estudos Sociais, Comunicação e Expressão e Pedagogia, possibilitando, assim, aos sistemas solicitarem ações efetivas das universidades, no sentido de reformular os currículos das licenciaturas, visando à adequada formação de professores em

consonância com o que reclama a atual legislação.

9. Que os sistemas estaduais de educação, através das secretarias de estado de educação, representem as universidades, pleiteando reflexão dos órgãos responsáveis quanto à reformulação dos currículos das licenciaturas face à Lei nº 5.692/71.
10. Que as secretarias constituam comissão permanente integrada por representantes da secretaria estadual de educação e cultura, dos conselhos estaduais de educação, das universidades e da delegacia regional do MEC, com o objetivo de estabelecer troca de experiências, busca de mecanismos operacionais de integração e análise de problemas comuns concretos.
11. Que se estabeleça representação recíproca dos conselhos estaduais de educação nos órgãos colegiados das universidades e das universidades nos conselhos estaduais de educação.
12. Que o MEC propicie o funcionamento da elaboração e da execução dos projetos que efetivem a integração universidade/sistema de ensino.
13. Que, para os próximos encontros, sejam convidados membros das comissões de educação dos poderes legislativos, quer estaduais, quer federal, como observadores.

Proposição aprovada por maioria:

Que as universidades estudem novas metodologias que possibilitem implantar licenciaturas através do ensino à distância e que, conseqüentemente, sem perda do alto grau de efetividade, não se obrigue a permanência prolongada do aluno na agência que ministra o curso.

#### Resumo dos comentários às conclusões

1. Do Secretário-Geral do MEC
  - a) Sobre a participação dos legisladores a

encontros dessa natureza, temos a informar-lhes que as comissões de educação do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara, foram convidadas, através de seus presidentes, a tomarem parte no encontro que ora se realiza.

- b) No que respeita ao alcance das decisões tomadas durante o encontro, quero esclarecer-lhes que elas não têm força normativa e nem administrativa. As decisões deste encontro são o resultado de nossa reflexão comum e a aprovação delas pelo plenário não significa, necessariamente, uma modificação das atitudes autônomas dos diversos órgãos aqui presentes. Algumas das decisões propostas terão que ser tomadas oportunamente, considerando-se o próprio posicionamento administrativo e autônomo dos órgãos que integram este plenário.

## 2. Do Presidente do Conselho Federal de Educação

- a) O grupo teve uma preocupação muito grande com a escolha correta de palavras para a formulação de suas conclusões, por isso vou sugerir uma pequena modificação na parte final da proposição: "Que o sistema universitário trabalhe conjunta e formalmente no tocante ao processo de seleção de candidatos ao ensino superior, com vista à adequação do vestibular à realidade do 2º grau, mas também de modo a que, progressivamente, o ensino de 2º grau procure oferecer um mínimo de qualificação aos alunos dele egressos, compatível com as necessidades do 3º grau. Este trabalho destinar-se-ia a fixar os objetivos e conteúdo da escola de 2º grau, contemplando a terminalidade, mas também o prosseguimento de estudos em nível superior". Redigida como está

a ultima frase, tem-se a impressão de que o 2º grau, necessariamente, leva ao ensino superior. A minha proposta de emenda seria... "contemplando a terminalidade, mas também a *eventual* (\*) prossecução de estudos em nível superior".

- b) Levarei aos meus pares do Conselho Federal de Educação a solicitação do grupo de que sejam apressados os estudos relativos às licenciaturas nas áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Educação. Neste sentido, tenho a informar-lhes que na área de Educação as três primeiras licenciaturas, já renovadas, sairão entre dezembro e janeiro; na área de Estudos Sociais continuam, ainda, as pesquisas e consultas ao País, iniciadas há mais de um ano. Destaco esta sistemática de consultas que também foi adotada na área da Educação, para que os senhores tenham idéia do que significa elaborar currículos para licenciaturas que sejam realmente a representação de uma realidade nacional e não uma imposição de cima para baixo.

## **Grupo VI**

Os três documentos apresentados, na forma de subsídios, serviram de roteiro para discussões e debates e levaram o Grupo VI às seguintes conclusões e proposições:

- A. *Estratégias e mecanismos de operacionalização da integração, considerando um planejamento a curto, médio e longo prazos*
1. Criação, nos Estados, de uma associação ou órgão similar que congregue os estabelecimentos de ensino superior: universidades e estabelecimentos isolados.

(\*) O grupo, por sua relatora, aceitou a inclusão da palavra "eventual".

2. Reunião periódica, a nível estadual, de grupo de trabalho, com vista à integração universidade/sistema: universidade/secretaria de Educação/Conselho Estadual de Educação, representantes da comunidade e representantes do Conselho Municipal de Educação, se houver.
3. Cursos de planejamento educacional a serem oferecidos pela universidade aos municípios, na sua ação de irradiação geográfica.
4. Escolha de data próxima para a instalação do grupo de trabalho para aprofundar e operacionalizar o que foi debatido neste encontro. O Paraná fixou a data de 15 de dezembro para a instalação desse grupo de trabalho.
5. Realização nos diversos Estados da experiência do estágio supervisionado de que tratou o painel do Rio Grande do Sul, a fim de que bem se possa avaliá-la e, em caso de resultados positivos, promovera sua institucionalização.
6. Conveniência de representação específica da universidade no quadro dos membros de conselhos estaduais de educação e, reciprocamente, nos colegiados universitários.
7. Remessa sistemática das pesquisas realizadas pelas universidades às secretarias de educação e aos conselhos, quando de seu interesse.
8. Realização de pesquisa para identificação dos problemas que sejam bastante amplos e profundos. Nesta hipótese, a universidade e o sistema devem determinar prioridades de assuntos para a pesquisa. A pesquisa deverá ser feita por equipes, recomendando-se à universidade manter um projeto propiciador da participação de alunos, especialmente os de pós-graduação.
9. Manutenção de equipes de pesquisa pelas universidades na área de educação com o objetivo não só de produzir conhecimentos, mas também de realizar pesquisas de interesse do sistema de ensino, utilizando, na medida do possível, modelo simples: a organização das escolas; a descentralização administrativa; modelos de construções escolares, caracterização sócio-econômica da clientela; redistribuição especial da rede física; nutrição e ambiente familiar, e outros.
10. Encaminhamento, pelo sistema, às universidades de encomendas de pesquisa, com o que não apenas se

estaria abrindo perspectivas para os trabalhos de dissertação dos alunos dos cursos de pós-graduação em educação, como , ao mesmo tempo, proporcionar a realização de pesquisa com o sentido de aplicação prática.

11. Planejamento do programa de extensão pela universidade, segundo diagnóstico das necessidades de sua área geoeeducacional, sem, necessariamente, esperar solicitação de prestações de serviços por parte da comunidade.
12. Programação das atividades de extensão pela universidade, a partir das exigências da educação e das solicitações da comunidade, o que supõe esteja a universidade aberta e aparelhada para receber as solicitações e respondê-las adequadamente.
13. O entendimento de que a extensão deva ter uma filosofia educacional que possibilite o fortalecimento do sistema universitário.
14. Organização pelas universidades de mecanismos para atendimento permanente das necessidades, mesmo eventuais, dos sistemas de ensino, tudo no cumprimento da função de extensão, tão importante para o envolvimento da universidade na realidade em que vive.

#### B. *Recomendações de ordem geral*

1. Permuta efetiva de informações e publicações entre o sistema e as universidades, sobre pesquisas, trabalhos realizados, levantamentos estatísticos, projetos, regulamentações, relatórios, cursos, encontros e programações.
2. Realização de seminários internos no âmbito das universidades para estudo dos documentos.
3. Em derradeiro, houve as seguintes proposições específicas:
  - a) que se entenda e proclame que não há pré-requisitos à integração, como parece vir sugerido no documento sobre integração: universidade/sistema de ensino;
  - b) que não se exija, nem como resultado de um processo, que se formalize necessariamente a integração, como sugerido no documento acima mencionado;

- c) que se possa entender por formalização, quando se queiram estabelecer certos mecanismos, tais como elaboração conjunta por parte da universidade e sistema de ensino, de programas anuais de trabalho, para vigorar no ano seguinte, atendendo assim à necessidade de programação antecipada, cada dia mais presente na atividade administrativa.

## **Grupo VII**

### *A. Áreas de atuação que seriam beneficiadas numa dinâmica de integração universidades/sistemas de ensino*

1. Considerando que as funções da universidade são ensino, pesquisa, extensão e serviços, ficou claro que as áreas de atuação das universidades sobre os sistemas de ensino não se identificam apenas com o setor educação, mas se estendem a diversos campos, principalmente os da saúde, ciências sociais, comunicação, arquitetura, informática e tecnologia.
2. Na área de formação de recursos humanos, a integração se torna imperativa quanto a um conhecimento recíproco de necessidades e possibilidades. Especificamente em relação ao estágio, as secretarias de educação devem ampliar as possibilidades para a sua realização.
3. As universidades poderiam efetivar pesquisas para atendimento às necessidades dos sistemas de ensino, estudando aspectos tais como custos da educação; evasão e repetência; alfabetização; mercado de trabalho; perfil do aluno de 1º e 2º graus; perfil dos docentes de 1º e 2º graus; perfil do especialista de educação, entre outras.
4. As universidades poderiam assessorar as secretarias em relação a programas ligados à saúde e nutrição dos escolares, à arquitetura escolar, aos meios de comunicação de massa, administração e ao planejamento da educação.
5. Diretamente ligada à área de educação, as universidades poderiam auxiliar as secretarias no trabalho de recuperação de alunos; na análise e preparo de materiais de apoio ao ensino; na montagem de currículos, etc.

6. Na área de profissionalização de 2º grau, visualiza-se também a possibilidade de que o 4º ano do 2º grau, que leva à formação de técnico, utilize as instalações e equipamentos das universidades. Foi manifestada a preocupação de que é necessária uma íntima ligação entre o conteúdo curricular do 2º grau e o exame vestibular.

B. *Estratégias e mecanismos de operacionalização da integração, considerando um planejamento a curto, médio e longo prazos.*

1. Quanto às estratégias e aos mecanismos de operacionalização da integração, o grupo propôs a criação, nas unidades federadas, de "algo em comum", no dizer do Pe. Vasconcellos, que poderia ser uma *Comissão de integração* formada por representantes da secretaria, das universidades, de outras instituições de nível superior e do conselho de Educação. A esse grupo caberia, respeitados o plano de educação dos Estados e o plano das instituições de ensino superior, traçar as estratégias para a integração universidade/secretaria. Haveria, assim, um mecanismo — a *Comissão de integração* — e diferentes estratégias que seriam estabelecidas por essa comissão. Cabe lembrar que a constituição dessas comissões deverá obedecer às peculiaridades locais, uma vez que há unidades da Federação que necessitarão de vários grupos, face à extensão territorial.
2. Realização de encontros regionais, envolvendo os diversos órgãos atuantes no processo educativo da região.
3. Participação recíproca nos colegiados dos sistemas, tais como Conselho Estadual de Educação, Assessoria da SEC.
4. Organização conjunta UNIV/CEE/SEC de um setor de extensão.
5. Disciplinar (sistemática operacional) a aplicação dos recursos do FNDE (salário-educação), desaconselhando as secretarias a serem executoras diretas dos projetos de recursos humanos (cursos reciclagem e melhorantes) e estimulando-as a conveniarem com as instituições de ensino superior.
6. Que as pesquisas desejadas e programadas pelas

secretarias sejam realizadas através de centros de pesquisas existentes.

7. Dinamizar os instrumentos, mecanismos e órgãos institucionais já existentes, tais como GTUs, CAMPIN, CINCRUTAC, programas de desenvolvimento e organização da comunidade.
8. Implantação dos distritos geoeducacionais.
9. Abertura das licenciaturas — esquemas I e II — para professores para disciplinas da parte de formação especial dos currículos, sem necessidade de convênio CENAFOR.
10. Revisão do sistema de planejamento e administração educacionais vigentes em nosso País, tendo em vista a integração qualitativa e quantitativa dos planos, programas e projetos educacionais a níveis dos governos municipais, estaduais e federal.
11. A revisão do sistema de planejamento e administração educacionais do País supõe a criação de um sistema de informações educacionais básicas qualitativas e quantitativas para orientar, constantemente, as mudanças e inovações a serem introduzidas no setor educacional brasileiro.
12. A criação de um sistema de informações educacionais — qualitativas e quantitativas — requer o reestudo do sistema de coleta de dados estatísticos sobre os aspectos quantitativos da educação e a definição de prioridades de pesquisas educacionais capazes de redirecionar as atuais tendências da nossa educação em função do curso de desenvolvimento do País.
13. A definição de prioridades de pesquisas macro e microeducacionais requer reestudo do financiamento destas prioridades; revisão dos conteúdos dos currículos dos cursos oferecidos pelas universidades e pelas escolas do ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista as necessidades do sistema sócio-econômico brasileiro.
14. Criar núcleos de pesquisas educacionais integrados aos cursos de pós-graduação em educação, com vista ao atendimento das necessidades do ensino em todos os seus níveis.
15. Criar e institucionalizar nas universidades núcleos ou equipes de especialistas para assessorar as secretarias de educação nos aspectos de seus interesses, através

- de cursos, seminários, pesquisas e criação de um sistema de divulgação destas experiências.
16. Rever as atuais tendências de oferta de cursos pelas universidades e escolas isoladas de ensino superior e escolas de 2º grau, tendo em vista a criação de novos cursos e possíveis ajustes com as necessidades da demanda social e do mercado de trabalho.
  17. Integrar o Programa Nacional de Pós-Graduação, a Política Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico com o desenvolvimento qualitativo dos diferentes níveis de ensino.
  18. Criar e desenvolver comissões de avaliação do ensino em todas as secretarias de educação, universidades e escolas isoladas de ensino superior, com vistas a estudos de direcionamento da qualidade do ensino em todos os seus níveis.
  19. Criar um sistema de produção e divulgação de resumos de trabalhos científicos publicados no País e relativos à educação
  20. Criar uma revista de divulgação de trabalhos científicos na área de educação e áreas afins, composta de corpo editorial constituído de professores de cursos de pós-graduação em educação.
  21. Estimular a produção do autor nacional através da institucionalização do financiamento à sua produção científica, com vista à melhoria da qualidade do livro-texto utilizado no ensino de 1º, 2º e 3º graus.
  22. Consolidar a legislação do ensino no Brasil.

C. *Obstáculos mais relevantes à realização de ações comuns e alternativas de solução*

Quanto aos obstáculos mais relevantes à realização de ações comuns e alternativas de solução, o grupo julga que serão identificados quando da escolha das estratégias para a ação integrada pela "Comissão de integração".

D. *Recomendações de ordem geral*

Com vista à efetiva integração universidade/sistema de ensino, o grupo recomenda:

1. que o MEC continue a oferecer estímulos para essa integração;

2. que o MEC faça circular entre as diferentes "comissões de integração" das unidades federadas as soluções que forem sendo encontradas para o problema;
3. que a sistemática operacional para a aplicação dos recursos do salário-educação leve em consideração a integração desejada universidade/sistema de ensino.

Resumo dos comentários às conclusões

Do Secretário-Geral do MEC

Sobre a criação de um sistema de informações educacionais, referido pelo grupo, aproveito a oportunidade para comunicar que o CIMEC — Centro de Informática do Ministério da Educação e Cultura, já está em pleno funcionamento, apesar de não dispor, ainda, de seu próprio computador. O Ministério da Educação e Cultura adquirirá o computador para o centro até fins do próximo ano.

Grupo VIII

A. *Áreas de atuação que seriam beneficiadas numa dinâmica de integração universidades/sistemas de ensino*

1. Recursos humanos
  - 1.1 - Licenciatura para as disciplinas de conteúdo geral e específico, com aproveitamento da universidade nas áreas de artes, saúde, tecnologia e ciências humanas.
  - 1.2— Experiência da licenciatura curta e parcelada nos pólos geoeeducacionais, não só na área de recuperação, como na de formação de novos contingentes a serem absorvidos pela rede.
  - 1.3 — Formação de especialistas.
2. Assistência técnica
  - 2.1 — Às unidades de ensino, envolvendo as diversas áreas de conhecimento da universidade.
  - 2.2 — Montagens e execução de projetos, currículos, conteúdos curriculares, etc.

- 2.3 — Elaboração e confecção de material de ensino.
- 2.4 — Projetos de pesquisas de interesse comum das universidades e dos sistemas.

3. Avaliação do sistema

B. *Estratégias e mecanismos de operacionalização da Integração, considerando um planejamento a curto, médio e longo prazos*

1. Criação de uma comissão composta de elementos da SEC, CEE e universidade para, a curto prazo, estudar a operacionalidade da integração.
2. Criação de um órgão próprio, com as mesmas representações, para a efetivação dos programas para essa integração.
3. Montagem de um esquema de formação de docentes de disciplinas profissionais, ministrando simultaneamente aos conteúdos dos cursos de graduação e formação pedagógica.
4. Reexame dos critérios de avaliação do vestibular para detectar falhas e buscar soluções.
5. Avaliação do desempenho do aluno durante o primeiro ano da universidade, correlacionando com a sua procedência escolar.
6. Reproduzir o encontro no âmbito estadual e regional.

C. *Obstáculos mais relevantes à realização de ações comuns e alternativas de solução*

1. Baixo nível salarial dos professores.
2. Choque cultural entre os sistemas: universidades e secretarias.
3. Emperramento no processo administrativo dos negócios da educação.
4. Ausência de continuidade dos objetivos dos programas.
5. Desprestígio na área de educação, em termos de recursos, causando esvaziamento.

D. *Recomendações de ordem geral*

Considerando que a maioria (25.000.000 de alunos

no 1º e 2º graus) deve prevalecer sobre o processo administrativo, recomenda-se que os recursos investidos no ensino superior (65% do montante, para 1.000.000) sejam transferidos para o 1º e 2º graus. Em conseqüência, eliminação de gratuidade do ensino superior.

Resumo dos comentários às conclusões

Do Secretário-Geral do MEC

As conclusões apresentadas sugerem algumas considerações no sentido de esclarecer o grupo quanto à posição da Secretaria-Geral no que respeita a recursos financeiros para a educação, à gratuidade do ensino superior e à continuidade de programas.

- a) Não justifico, em se tratando de integração sistema de ensino/universidade, a inclusão de recomendações, no âmbito de recursos, não especificamente ligadas à área. Concordo plenamente com a observação de que o Ministério da Educação e Cultura libere recursos para prover a integração, mas creio que observações sobre recursos para a educação, em caráter genérico, aliás, aspecto importantíssimo tanto para os sistemas quanto para a universidade, não são procedentes se considerarmos o tema específico deste encontro.

Realmente, os recursos para a educação têm aumentado muito no Brasil. Sabemos, porém, que não existe nenhum país no mundo que disponha de recursos suficientes nessa área; assim sendo, o problema de recursos para a educação se configura como de ordem mundial, e não apenas do Ministério da Educação e Cultura do Brasil.

Destaco, como de grande alcance, as medidas tomadas por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, no que respeita ao salário-educação, aliás conseqüência do trabalho intenso desenvolvido pelos Srs. Secretários de Educação nessa área; à aplicação do Fundo de Participação dos Municípios, praticamente dobrada nos setores de educação e saúde a partir do próximo ano, ao funcionamento do FAS, que já aplicou cerca de quatro bilhões

de cruzeiros na área da educação.

Como se pode observar, tem havido um crescimento muito grande de conscientização da necessidade da aplicação de recursos em educação.

- b) Quanto à continuidade de programas, não percebi claramente se se trata ou não de programas decorrentes da integração. No caso de serem programas específicos de integração, concordo com o proposto; no caso, porém, de tratar-se de programas de ordem geral, programas das universidades, programas dos sistemas de ensino, considero que o enfoque dado ao assunto não é adequado à temática do encontro.
- c) No que concerne à eliminação da gratuidade do ensino superior estudos feitos levam o Ministério a não considerar essa possibilidade. A posição expressa nas conclusões é do grupo de trabalho, mas quero colocar a posição oficial do Ministério sobre o assunto: não se pretende, de forma alguma, suspender a gratuidade já existente no ensino superior. Aliás, preocupa-se o Ministério da Educação e Cultura em oportunizar condições para que os estudantes possam prosseguir seus estudos em nível superior. Haja vista a criação do Crédito Educativo, recentemente anunciado pelo Sr. Ministro através da rede nacional de televisão, que possibilitará ao estudante de nível superior de qualquer escola particular do País estudar, praticamente, sem dispêndio nenhum durante seu curso, havendo retribuição de sua parte somente após a conclusão dos estudos.

A transferência de recursos do ensino superior para o de 1º grau, conforme propõe o grupo, não resolveria o nosso problema educacional. O que realmente precisamos é continuar obtendo mais recursos para atender os diferentes níveis de ensino, criando novas soluções. As três frentes que enunciei, para aumentar os recursos para a educação no Brasil, são de capital importância dentro da atuação do Ministério.

## **3º SESSÃO**

## Reuniões

- A — Reunião do Secretário-Geral do MEC, Presidente do Conselho Federal de Educação, Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Universitários com os reitores.
1. Iniciando a reunião, o Senhor Secretário-Geral ressaltou a importância da participação dos senhores Reitores de universidades no encontro. Agradeceu por sua participação efetiva, inclusive como coordenadores e relatores dos grupos de trabalhos. Externou a certeza de que a universidade brasileira assumirá o que ficar assentado no encontro.
  2. Os trabalhos desenvolveram-se sob a coordenação do Senhor Secretário-Geral, tendo sido tratados os assuntos abaixo relacionados, constantes da mensagem do Senhor Ministro aos reitores:
    - Aperfeiçoamento efetivo do ensino de Escudo de Problemas Brasileiros.
    - Reconhecimento de cursos superiores, com turmas formadas ou nos últimos semestres.
    - Manutenção da legislação que rege a organização estandantil.
    - Apoio do MEC para atos dos Senhores Reitores no sentido do aprimoramento educacional, administrativo e da necessária manutenção de tranqüilo clima de trabalho no *campus*.
    - Prioridade nos planos de investimentos, acima de novas construções que possam ser adiadas,

ao aparelhamento das atuais e às medidas que visem ao aperfeiçoamento do ensino.

Adoção, nas obras, do sentido de funcionalidade, com o menor custo, evitando-se o supérfluo.

Aprimoramento das atividades culturais e esportivas ao longo dos cursos.

- Apoio e aprimoramento do programa do "banco de teses", em fase de implantação.
- Melhoria, quando necessária, dos currículos e duração de cursos.
- Substituição, absolutamente necessária, de todo o material de importação onde se possa empregar material nacional.

## 2.1 — Enfoque dado aos assuntos

- a) Com relação ao aperfeiçoamento efetivo do ensino de Estudo de Problemas Brasileiros:
  - informou o senhor Secretário-Geral que está em estudo uma consolidação das normas que regem a matéria e que o MEC se empenha em providenciar, inclusive, filmes e material audiovisual de apoio ao ensino desta disciplina;
  - comunicou o reitor da Universidade Gama Filho a realização de seminário de Estudo de Problemas Brasileiros, no Rio de Janeiro, e entregou o respectivo relatório para conhecimento das recomendações e distribuição pelo MEC, caso achasse conveniente.
- b) No que se refere ao reconhecimento de cursos superiores que têm turmas formadas ou nos últimos semestres:
  - sugeriu o presidente do Conselho Federal de Educação, ante a dificuldade manifestada no debate com respeito a organização do processo de reconhecimento, que, enquanto não há cursos de preparação de pessoal para tais finalidades, fosse enviada, pelas universidades, pessoa para estagiar durante alguns dias na assessoria do Conselho Federal de Educação, a fim de tomar conhecimento da forma de proceder, em muitos pontos já simplificados.

- afirmou o presidente do Conselho Federal de Educação, respondendo consulta do representante do UFRGS, estar em estudo a forma de reconhecimento de cursos com a documentação antiga ou deficiente, sempre ressalvada a condição de tratar-se de cursos de reconhecida seriedade.
  - Ainda sobre o reconhecimento de cursos superiores:
  - foi levantada pelo representante da Universidade Federal de Santa Maria questão referente ao início do processo de reconhecimento dos cursos de curta duração, tendo-se esclarecido que isso deve ocorrer ao menos um ano antes de seu término, de acordo com resolução específica do CFE;
  - o reitor da Universidade Católica de Goiás teve considerações, comentadas pelo Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Universitários do MEC, Prof. Edson Machado, sobre a necessidade de intensificar e aperfeiçoar os instrumentos de fiscalização do Ministério, evitando-se abusos que estariam ocorrendo.
- c) Em relação ao programa do "Banco de teses":
- foram dadas as linhas gerais de estruturação e funcionamento; cadastramento computadorizado, com produção adicional de microfichas dos resumos das teses produzidas no País; edição periódica do catálogo e sua distribuição.
- d) No tocante à melhoria dos currículos e duração de cursos:
- ressaltou o Secretário-Geral do MEC a necessidade de simplificar os currículos e o número de disciplinas dentro dos limites cabíveis, uma vez que, ao aplicar a reforma, diversas universidades abriram excessivo e oneroso leque de opções.
- acentuou o Presidente do Conselho Federal de Educação que a duração dos cursos se faz em termos de horas-aula, a serem completadas num tempo médio dentro de um mínimo e um máximo, não devendo a universidade impor um tempo único de integralização;

- esclareceu o Diretor do DAU/MEC que a duração do curso, nos limites do mínimo e do máximo, não deve, de preferência, ser imposta, mas ficar para opção do aluno, Muitas vezes, torna-se impossível a conclusão do curso num tempo médio por causa da excessiva carga horária, em decorrência do grande número de pré-requisitos obrigatórios. Neste caso, a escola deve reduzir o currículo pleno porque o aluno tem direito de concluir o curso em tempo médio.
- e) Quanto ao aprimoramento das atividades culturais e esportivas:
  - destacou o Secretário-Geral a importância que o Senhor Ministro da Educação e Cultura reconhece às atividades desportivas no setor universitário.
- f) No que respeita à necessidade de substituir o material de importação, onde se possa empregar material nacional:
  - ressaltou o Secretário-Geral que a necessidade de substituir o material de importação, onde se possa empregar material nacional, cumprindo o decreto federal, verdadeiro imperativo da economia nacional, é esclarecido dever de patriotismo.

O Secretário-Geral referiu-se, item por item, aos demais tópicos da mensagem do Senhor Ministro aos Magníficos Reitores.

- B — Reunião do Secretário-Geral do MEC, Presidente do Conselho Federal de Educação com os Secretários de Educação.
  1. Iniciando os trabalhos, o Secretário-Geral fez a distribuição de um roteiro de assuntos a serem discutidos na reunião e passou a palavra aos Senhores Secretários de Educação, solicitando-lhes que num primeiro momento apresentassem os problemas de ordem geral ocorridos em suas respectivas jurisdições.
  2. Problemas levantados pelos Senhores Secretários de Educação:
    - Adaptação curricular, em relação à ecologia da re-

- giao,
- Aspectos relativos ao ensino na zona rural,
  - Remuneração dos professores.
  - Assuntos constantes do roteiro:
  - Implantação do ensino pré-escolar e respectivo orçamento.
  - Aperfeiçoamento da disciplina Educação Moral e Cívica e da prática educativa correspondente.
  - Implantação efetiva de educação física e da prática desportiva, em nível de 1º e 2º graus, com aproveitamento de áreas públicas de clubes ou outras possíveis.
  - Adoção, nas obras educacionais, do sentido de funcionalidade, com o menor custo, evitando-se o supérfluo.
  - Substituição de material importado por material nacional.
  - Pesquisas educacionais — convênios INEP/universidades. Publicações do INEP.
  - Estágio de aprovação das habilitações básicas:
    - já aprovadas pelo CFE: administração, agropecuária, comércio, eletricidade, crédito e finanças, saúde;
    - em estudo: artes, construção civil, eletrônica, mecânica, química.

## 2.1 — Enfoque dado aos assuntos

- a) No que se refere à adaptação curricular, em relação à ecologia da região:
  - pronunciou-se o Secretário de Educação e Cultura do Amazonas, Mário Coelho Amorim, informando que:
    - o seu Estado vem ajustando os currículos e adequando o período de férias escolares para coincidência com período de safra e colheita regionais;
    - já está sendo feito um trabalho no sentido de diferenciar os currículos escolares dos centros urbanos dos da zona rural;

- está sendo desenvolvido um programa de implemento à agricultura, inclusive com a criação das chamadas escolas-fazendas.

b) No tocante aos aspectos do ensino na zona rural:

referiu-se o Secretário de Educação e Cultura de Pernambuco, Dr. José Jorge de Vasconcelos Lima, à importância do financiamento para o ensino na área rural, sugerindo que à Secretaria de Educação caberia o ensino da zona urbana e às Prefeituras, o da zona rural, o que traria como conseqüência o equacionamento do problema financeiro e a operacionalidade do trabalho. Salientou que os municípios não possuem verba suficiente para atender, de maneira integral, às exigências e, conseqüentemente, utilizam professores leigos, preterindo os licenciados, que aspiram por remuneração maior;

— sugeriu o Secretário de Educação e Cultura de Minas Gerais, Prof. José Fernandes Filho, para obtenção de financiamento, a possibilidade de recorrer-se ao Ministério da Agricultura, através de um serviço que estaria em formação: o SENAR — Serviço Nacional de Aprendizagem Rural;

— informou o Secretário de Educação e Cultura do Amapá, Professor Geraldo Magela Fontenele Ribeiro, completando a sugestão do Secretário de Minas Gerais, que o Ministério da Agricultura está intimamente ligado aos *campi* avançados, promovendo cursos de técnicas agrícolas;

focalizou o Secretário de Educação e Cultura da Bahia, Dr. Carlos Correia de Menezes Sant'Ana, o problema da interiorização do ensino, considerando, como atitude mais positiva, nesse aspecto, além da assistência técnica aos municípios, o treinamento dos professores leigos. Informou a existência, nesse sentido, de um projeto visando a promover nos próximos quatro anos o treinamento de 10.000 professores leigos;

— informou o Secretário de Educação e Cultura da Paraíba, Dr. Tarcísio de Miranda Buriti, que pensa em transferir a responsabilidade do ensino rural para os municípios, ficando a zona urbana a cargo do Estado. Salientou que o projeto Logos 2, do MEC,

habilitará 10.000 professores leigos até 1979, para lecionarem nas primeiras quatro séries do ensino fundamental. Sugeriu a condução de todos os projetos da área federal para o ensino rural e agrícola, tais como Polonordeste e outros do Ministério da Agricultura e do Ministério do Trabalho;

- sugeriu o Secretário de Educação e Cultura do Ceará, Prof. Murilo Waldek Menezes de Serpa, que o MEC promova um encontro entre secretários de educação do Nordeste, a fim de que seja debatido, junto com representantes dos municípios, o problema do ensino em zona rural;
- comentou o Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, Prof. Ayrton Vargas, que existem atualmente no Estado 20.000 professores leigos na zona rural; logo, o problema é geral e constante em todo o território nacional. Sugeriu a realização de uma reunião de secretários de educação para tratar exclusivamente do ensino nas zonas rurais.

c) No que respeita à remuneração dos professores:

- levantou a Secretária de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, Prof<sup>a</sup> Myrthes de Luca Wenzel, o problema da dificuldade, se não impossibilidade até hoje havida, de melhor remuneração dos professores, sugerindo a adoção de um mecanismo de "incentivo fiscal" destinado a obter recursos para complementação dos vencimentos da classe.

d) Quanto ao aperfeiçoamento da disciplina Educação Moral e Cívica:

referiu-se a Secretária de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, Prof<sup>a</sup> Myrthes de Luca Wenzel, ao projeto CARE, explicando que se trata de um projeto elaborado pela Comissão de Moral e Civismo, com conotação comunitária, e que visa à recuperação de 1.600 escolas em sua 1<sup>a</sup> etapa (despendendo a quantia de trinta e oito milhões de cruzeiros) e 1.200 em sua 2<sup>a</sup> fase.

e) No que se refere à funcionalidade de obras educacionais e aproveitamento de áreas públicas de clubes e outras para a irnplantação efetiva de

educação física e da prática desportiva, em nível de 1º e 2º graus.

sugeriu a Secretária de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, Profª Myrthes de Luca Wenzel, que locais disponíveis e ociosos em determinados períodos, tais como igrejas, clubes, pavilhões de exposições agropecuárias, sejam aproveitados para instalação de cursos de 1º grau. Aproveitar-se-iam assim as instalações existentes e não apenas se dependeria de construção de novas escolas.

Comentando o pronunciamento da Secretária do Estado do Rio de Janeiro, o Secretário-Geral do MEC acrescentou que, da mesma forma, praças e outros locais livres devem ser aproveitados para a prática de desportos e de educação física.

- f) Quanto à substituição de material importado por material nacional:
- esclareceu o Secretário-Geral, Prof. Euro Brandão, a importância da observância das recomendações contidas no RETEMEC nº 72-30/75, com relação à restrição ao uso de materiais importados.
- C— Reunião do Secretário-Geral, Presidente do Conselho Federal de Educação com os Presidentes dos Conselhos Estaduais de Educação.
1. Abrindo os trabalhos, o Senhor Secretário-Geral passou a palavra aos Senhores Presidentes dos Conselhos Estaduais de Educação.
  2. Os pronunciamentos dos Senhores Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação desenvolveram-se nas seguintes linhas:
    - Reafirmação da importância da integração universidade/sistema de ensino e dos documentos elaborados para discussão no encontro; manifestações de aprovação das medidas relacionadas com a integração.
    - Recursos para aperfeiçoamento das atividades dos conselhos e forma de solicitação de recursos ao MEC.
    - Fiscalização das escolas.

## 2.1 — Enfoque dado aos assuntos

- a) No que se refere à importância da integração, dos documentos e manifestações de aprovação das medidas relacionadas com o assunto:
- o Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, Prof. Nereu do Vale Pereira, ressaltou que a integração é uma tese válida e importantíssima e que vê, com o encontro, a possibilidade de que ela deixe de ser tese para tornar-se efetiva, isto é, que passe da teoria à prática. Propõe a criação de uma frente única, onde se somariam todos os esforços das entidades ligadas à educação, inclusive a participação das delegacias regionais do MEC;
  - o Representante do Conselho de Educação de Roraima advertiu sobre a necessidade de integração entre o Conselho Federal de Educação e o Conselho de Educação de seu território;
  - o Presidente do Conselho Federal de Educação, Pe. José Vieira de Vasconcellos, informou acreditar que, mas reuniões a serem realizadas em março ou abril do próximo ano, serão estabelecidos alguns tipos de comunicação permanente entre os Conselhos Estadual e Federal de Educação.

Destacou a responsabilidade dos Senhores Conselheiros no sentido de colaborarem para que o encontro atinja resultados concretos.

o Secretário-Geral do MEC, Professor Euro Brandão, enfatizou a recomendação do Pe. José Vieira de Vasconcellos, no sentido de que as soluções para a integração sejam buscadas imediatamente, antes que se dilua a motivação provocada pelo encontro;

- O Presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, Prof. Moacir Expedito Marret Vaz Guimarães, diz acreditar nos resultados do encontro que ora se realiza, visando à integração universidade/sistemas de ensino, em virtude da presença efetiva do Ministério da Educação e Cultura;
- o Presidente do Conselho Federal de Educação afirma que a integração, tema do encontro, não é apenas uma proposta apresentada pelo Conselho Fe-

- deral de Educação. E mais: é uma recomendação expressa do próprio Ministro da Educação. Assim sendo, essa integração tem que funcionar;
- os Presidentes dos Conselhos Estaduais de Educação dos Estados do Amazonas e do Acre, Prof. Jorge Humberto Barreto e Prof. Carlos Alberto Simão Antonio, referem-se a encontros realizados em seus respectivos Estados tendo em vista a integração de órgãos;
  - o Presidente do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, Prof. José Guerra Pinto Coelho, teceu elogios ao IX Encontro, destacando o mérito dos três documentos apresentados e a importância da palestra do Presidente do Conselho Federal de Educação.
- b) No que respeita a recursos para aperfeiçoamento das atividades dos conselhos e forma de solicitação de recursos ao MEC:
- referiu-se o Presidente do Conselho Federal de Educação à carência de recursos dos conselhos estaduais de educação, acrescentando que muitos deles não têm infra-estrutura para um funcionamento satisfatório, o que pode prejudicar a integração pretendida;
  - o Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, Prof. Ernesto Knauer, destacou como problemas para os conselhos a falta de recursos econômicos e a total dependência dos conselhos às SECS;
  - o Secretário-Geral do MEC assegurou que o MEC tomará as providências necessárias no sentido de proporcionar aos conselhos os recursos necessários para seu funcionamento;
  - os Presidentes dos Conselhos Estaduais de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, Prof. Gilberto Osório Andrade, Pe. José Carlos Nunes e Prof. Moacir Expedito Marret Vaz Guimarães, destacaram o bom relacionamento SEC/conselhose sugeriram formas para obtenção de recursos financeiros do MEC;
  - considerando as formas propostas, o Secretário-Geral do MEC informou que os conselhos estaduais de educação devem fazer suas reivindicações de recursos ao MEC através das secretarias de educação respectivas;
  - o Presidente do Conselho Federal de Educação des-

tacou o excelente relacionamento entre o Conselho Federal de Educação e o MEC, que está sempre pronto a atender às suas reivindicações.

c) Quanto à fiscalização das escolas:

— solicitou o Presidente do Conselho Estadual de Educação de Sergipe, Prof. José Carlos de Souza, informações quanto a procedimentos a serem adotados para que de fato funcione a Comissão de Encargos Educacionais. Salientou que não há estrutura, nem colaboração da SUNAB, nem qualquer fiscalização junto às escolas, sendo que algumas não obedecem as determinações do MEC.

O Presidente do Conselho Federal de Educação afirmou que cabe à Secretaria de Educação realizar o trabalho de fiscalização junto às instituições dos Estados. Lembrou que às escolas faltosas poderão ser aplicadas sanções legais;

— o Presidente do Conselho Estadual de Educação do Pará, **Prof. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira**, assegurou que, mesmo sendo tomadas certas medidas punitivas, há escolas que repetem o descumprimento da Lei nº 532, aumentando anualmente suas anuidades;

— o Presidente do Conselho Federal de Educação comentou que se as secretarias de educação não coíbem abusos dessa natureza, está havendo uma desarticulação entre os conselhos e as secretarias de educação. Acrescentou que, justamente, a finalidade do IX Encontro é promover a integração.

D — Reunião da Diretora do Departamento de Ensino Fundamental, Prof<sup>a</sup> Ana Bernardes da Silveira Rocha, com os Secretários de Educação

1. Iniciando os trabalhos, a Senhora Diretora do DEF colocou a palavra à disposição dos Senhores Secretários de Educação para alguma indagação ou apresentação de proposição.

2. No desenvolvimento dos trabalhos foram tratados os seguintes assuntos:

- Salário-educação.
- Problema do pré-escolar.

- Atendimento escolar às crianças na faixa etária de obrigatoriedade escolar.
- Ensino na zona rural.
- Fiscalização por parte do MEC das obras que estão sendo feitas com dinheiro público.

## 2.1 — Enfoque dado aos estudos

- a) No que se refere ao salário-educação, foram levantadas questões quanto à sua aplicação e à vigência do novo decreto.

Em termos de aplicação do salário-educação:

- o DEF solicitou às unidades federadas um esforço no sentido de que sejam aplicados os recursos até março, conforme dispõe o convênio.

Os Secretários de Educação referiram-se a fatores que teriam influído na deficiente aplicação dos recursos do salário-educação por parte dos executivos, dentre os quais destacaram mudanças de governo, atraso na entrega de documentos por parte do MEC;

- afirmou a Senhora Diretora do DEF que o levantamento do problema não tem o objetivo de crítica, mas que visa sensibilizar os Senhores Secretários para a agilização da execução.
- propôs o Secretário de Educação do Rio Grande do Sul, Professor Ayrton Santos Vargas, a realização de uma reunião, a curto prazo, para troca de experiências entre os secretários em busca de soluções para o problema do acompanhamento da execução financeira, com a presença de elementos do setor financeiro do MEC.

- b) No que tange ao problema do pré-escolar:

a Senhora Diretora do DEF solicitou que recursos alocados para o ensino de 1º grau não devem ser desviados para atendimento ao pré-escolar. Informou que:

- o DEF ampliou a matrícula a nível pré-escolar, sem utilizar-se de verba destinada ao 1º grau, enfatizando que há muito que pode ser feito do ponto de vista administrativo, de me-

- lhor aproveitamento dos recursos disponíveis; para 1976, há previsão de recursos para apoiar as iniciativas dos Estados nessa área;
- está previsto o aproveitamento de 5% do Fundo de Participação dos Municípios para atendimento ao pré-escolar, na medida de ampliação deste fundo.

Enfatizou a necessidade de atendimento ao pré-escolar, recomendando especial atenção ao atendimento às crianças carentes de recursos econômicos. Destacou que o estabelecimento de um programa bem orientado a esse nível, com base em prioridades, repercutirá de modo positivo no ensino de 1º grau, contribuindo para diminuir os fenômenos de evasão e repetência na 1ª série.

Recomendou às secretarias de educação que não estabeleçam muitas normas, permitindo aos educadores exercerem seu poder de criatividade, e que ofereçam subsídios aos conselhos para suas decisões normativas;

- há experimentos valiosos realizados na Bahia, Mato Grosso, Piauí, Espírito Santo e Rio de Janeiro sobre a educação pré-escolar, que podem ser objeto de estudos.
- c) Quanto ao atendimento escolar às crianças na faixa etária de obrigatoriedade escolar:
- a Diretora solicitou um esforço conjunto no sentido de um trabalho bem direcionado com vista a colocar em sala de aula as crianças que estão fora da escola.

Destacou que o déficit calculado para 1976 é de 26% de crianças sem atendimento escolar, enfatizando a magnitude do problema, de vez que cerca de 4 milhões e 500 mil crianças vão ingressar na escola em 1976. Assim sendo, é necessário grande empenho e esforço para enfrentar essa situação.

Referiu-se ao déficit das unidades federadas na previsão de matrícula para 1976, que varia de 40% a 50%.

Sobre o problema da falta de salas de aula ponderou que, em último caso, mesmo a

escola com salas repletas é preferível do que deixar as crianças fora dela. Acrescentou que, às vezes, para aprendizagem de algumas crianças, principalmente as de baixo nível, a troca de experiências é valiosa em grupos maiores. Enfatizou que o simples fato de colocar mais duas ou três crianças em cada sala de aula é significativo para cobrir o déficit escolar;

- o Secretário de Educação do Amapá, Prof. Luiz Ribeiro de Almeida, relatou experiência realizada no território com o auxílio do MOBILBRAL: 50 professores experientes em alfabetização foram designados para atender 1.200 crianças de 1<sup>a</sup>, 2<sup>o</sup> e 3<sup>a</sup> repetências na 1<sup>a</sup> série do 1<sup>o</sup> grau. Desenvolvido o trabalho, verificou-se que 67% das crianças foram recuperadas e colocadas nas 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> séries;
- a Diretora do DEF, referindo-se à experiência relatada, comentou que teria sido excelente que tivesse sido feita com os próprios recursos do sistema de ensino e que este pudesse estendê-la aos demais alunos.

Destacou que o DEF prefere que os sistemas de ensino utilizem seus recursos e seus técnicos para programas especiais no ensino regular e que a solução deve ser proposta e desenvolvida pelo sistema de ensino, nos termos do art. 9<sup>o</sup> da lei, no ensino regular, quando as crianças estão na faixa etária de obrigatoriedade escolar.

Considerou que poderá ser criado um regime especial para suprir a defasagem, mas não supletivo, e sempre dentro do sistema de ensino, quando os alunos se encontram entre 7 e 14 anos.

- d) Em relação ao ensino na zona rural:
  - o Secretário de Educação da Bahia, Carlos Correia de Menezes Sant'Ana, solicitou especial atenção para o problema, referindo-se ao fato da existência na zona rural de escolas com uma única sala de aula, onde funcionam todas as séries, ao mesmo tempo, com um só professor.

Destacou que o grande problema para

absorver a demanda se localiza na zona rural e sugeriu um encontro para debater o problema;

- a Diretora do DEF aprovou a sugestão do encontro e afirmou que a escola da zona rural não pode ser tratada da mesma maneira que a da zona urbana. Deve ser considerado que o aluno trabalha e é mão-de-obra necessária à família. Neste sentido há que se buscar novos padrões na orientação do ensino-aprendizagem;
- a Secretária de Educação do Rio de Janeiro, Professora Myrthes de Luca Wenzel, apresentou a seguinte sugestão: "Estudar a possibilidade de encaminhar proposta ao Conselho Estadual de Educação, a fim de que as escolas rurais funcionem com maior carga horária, em menos dias da semana, tendo os alunos, nos dias em que estejam trabalhando no campo, assessoramento de técnicos da Secretária da Agricultura.";
- a Diretora do DEF solicitou que as sugestões apresentadas fossem encaminhadas ao DEF/MEC, que está interessado em toda experiência desenvolvida nesse setor;
- o Secretário de Educação de Mato Grosso, Professor Louremberg Ribeiro Nunes Rocha, sugeriu envolver o BNH no projeto de construção de moradias para professores da zona rural e lembrou a experiência do Paraná, onde a terminalidade do 1º grau na zona rural é a 6ª série;
- a Diretora do DEF esclareceu que a política de terminalidade para a zona rural até 1979 é de alcançar-se, no mínimo, a 4ª série, enquanto que para a zona urbana será o atingimento à 8. série, e destacou a necessidade de serem feitos estudos aprofundados sobre a zona rural, considerando seu conceito e diversificações.
- o Secretário de Educação da Paraíba, Dr. Tarcísio de Miranda Buriti, sugeriu a realização de um encontro para estudar o problema da zona rural, sob o ponto de vista pedagógico, com a participação de órgãos federais e das secreta-

rias de educação.

- e) Com relação à fiscalização por parte do MEC das obras que estão sendo feitas com dinheiro público:

a Secretária de Educação do Rio de Janeiro, Professora Myrthes de Luca Wenzel, levantou o problema da dificuldade do acompanhamento pela SEC, uma vez que as obras são executadas por outra secretaria do Estado;

a Diretora do DEF/MEC salientou que a fiscalização de obras está afeta às secretarias, pois por parte do MEC seria impraticável acompanhar cada obra em todas as unidades federadas. Referiu-se que este é um assunto sempre em cogitação e que o esforço às delegacias regionais poderá ajudar.

- E — Reunião da Diretora do Departamento de Ensino Fundamental com os Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação.

1. Foram focalizados pela Diretora do DEF, Prof<sup>a</sup> Anna Bernardes, os seguintes assuntos:

— Atuação dos conselhos estaduais de educação na aplicação dos recursos do salário-educação;

— O problema do pré-escolar.

- 1.1— Enfoque dado aos assuntos.

1.1.1 —A partir da constatação de que os conselhos normalmente aprovam os planos de Educação dos Estados e os planos de aplicação dos recursos financiados pelo DEF, mas não acompanham a execução desses planos de aplicação, foram feitas colocações no sentido de verificar até que ponto os conselhos poderiam atuar na aplicação dos recursos do salário-educação.

- a) Colocações feitas pelas unidades federadas:

— o Presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo,

Prof. Moacir Expedito Marret Vaz Guimarães, e o de Santa Catarina, Prof. Nereu do Vale Pereira, salientaram que os conselhos de seus Estados aprovam o plano de aplicação dos recursos, mas não possuem estrutura para acompanhar sua execução, nem tempo para propor sua reformulação;

- o Presidente do CEE da Bahia, Prof. Alexandre Leal Costa, informou que, em seu Estado, para acompanhar a aplicação de recursos, o conselho convoca os representantes da SEC;
- a convocação de representantes da SEC, referida pelo representante da Bahia, foi questionada pelo Presidente do CEE do Rio Grande do Sul, Pe. José Carlos Nunes, que levantou o problema de competência do conselho;
- o Presidente do CEE de Alagoas, Prof. José Damasceno Lima, enfatizou a importância do acompanhamento da aplicação dos recursos por parte do conselho;
- o Presidente do CEE do Espírito Santo, Prof. Leandro Nader, informou sobre a experiência que vem sendo realizada em seu Estado: dois conselheiros acompanham na SEC o desenvolvimento da programação, mantendo o conselho informado sobre a aplicação dos recursos;
- o Presidente do CEE da Paraíba, Prof. Raimundo Gadelha Fontes, sugeriu a modificação da própria lei que organiza o conselho;
- a Presidente do CEE do Ceará, Prof<sup>a</sup> Maria Antonieta Cais de Oliveira, sugeriu que se torne obrigatória a informação perma-

nente ao conselho sobre execução dos planos;

o Presidente do CEE do Pará, Prof. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, solicitou maior assessoramento do MEC, pois, geralmente, na fase de execução, não há informações do MEC ao conselho;

- o Presidente do CEE do Amazonas, Prof. Jorge Humberto Barreto, destacou que seria interessante que o DEF fornecesse às secretarias dados necessários, enfatizando o problema de aplicação de recursos para sua posterior aprovação.

b) Colocações feitas pela Senhora Diretora do Departamento de Ensino Fundamental:

- o Departamento, no que lhe concerne, estuda a forma de estabelecer maior prazo para os conselhos disporem de tempo a um mais acurado exame dos planos de aplicação;
- os conselhos de educação dos órgãos normativos, segundo concepção, se aprovam os planos de aplicação, daí decorre que possam ter o direito de verificar a sua execução;
- o conselho deverá aprovar os planos de recursos, mas, para tal, deverá ser posto a par da execução; só assim poderá cumprir o preceito legal quanto à reformulação dos planos de aplicação;
- os conselhos devem estudar uma maneira de atuarem mais objetivamente na aplicação de recursos para depois aprovarem os planos de aplicação, com conhecimento de causa;

- o DEF não vê o conselho como órgão policiador do SEC.  
Não deve ser o MEC o órgão de informação. Ele só orienta as formas de a SEC aplicar recursos e não as de controlar a execução. O conselho é que deve colher as informações do próprio sistema de ensino.

c) Sugestões propostas:

seja estabelecido algo formal para que os conselhos possam atuar e ter informação da SEC sobre a execução dos projetos;

- seja possível, periodicamente, nas reuniões, ter o comparecimento do executivo;
- seja possível contar com elementos das secretarias de educação e cultura na constituição dos conselhos.

1.1.2— Sobre o problema do pré-escolar foram feitas algumas colocações.

- Colocações feitas pela Senhora Diretora do DEF/MEC:
  - solicitação aos conselhos de atenção especial quanto ao problema do pré-escolar;
  - os sistemas educacionais possuem poucas experiências ou, pelo menos, não há informações colhidas e explicitadas suficientemente, para serem abordadas com o sentido de adoção de medidas normativas;
  - encaminhamento aos conselhos de ofício, solicitando o estudo da organização de uma Câmara de Educação Pré-Escolar, vinculada a de ensino de 1º grau;
  - os conselhos devem atentar para o fato de que a criatividade dos educadores não deverá ser cercea-

da com normas muito rígidas. Deveriam estudar as experiências existentes nas secretarias, a fim de que não haja cerceamento da liberdade criativa.

2. Foram feitos pela Senhora Diretora do DEF apelos no sentido de que:

Os conselhos estaduais de educação:

- estudem com especial carinho o trabalho a ser realizado pelos sistemas de ensino com vista a encontrar padrões deversificados de ensino para crianças de zona rural;
- atentem para a quebra de legalidade da gratuidade do ensino de 1º grau nos Estados, considerando a determinação da lei sobre o assunto.

F — Reunião dos diretores dos Departamentos de Ensino Fundamental e de Assuntos Universitários com os Reitores.

1. No desenvolvimento dos trabalhos foram focalizados os assuntos:

- Plano de aplicação de recursos do salário-educação.
- Problemas que constituem o fulcro do ensino de 1º grau e colaboração das universidades e dos sistemas de ensino para solucioná-los.

1.1 — Enfoque dado aos assuntos.

- a) No que respeita ao plano de aplicação dos recursos do salário-educação:
  - as universidades levantaram a dificuldade quanto à prestação de contas dos recursos do salário-educação;
  - a Diretora do DEF esclareceu que a comprovação das despesas depende do

plano de aplicação dos recursos apresentado pela unidade federada e que as dificuldades, quando existem, decorrem da forma de sua elaboração. Acrescentou, ainda, que, em decorrência da imprecisão na elaboração dos planos, os recursos estão sendo muito pulverizados com cursinhos.

Solicitou a colaboração da universidade para o assessoramento ao DEF.

Agradeceu às universidades que têm colaborado com o DEF/MEC no desenvolvimento de determinados programas, tais como as de São Paulo, Campinas, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Passo Fundo.

No que se refere a problemas que constituem o fulcro do ensino de 1º grau e colaboração das universidades e dos sistemas de ensino para solucioná-los:

foram apontados problemas relativos à alfabetização, administração escolar, defasagem escolaridade/idade cronológica;

- em termos de alfabetização foi destacado o fato de que quase 50% das crianças brasileiras, na idade de 7 anos, não se alfabetizam em um ano de escolaridade e enfatizada a existência de poucas pesquisas para identificação das causas que interferem na alfabetização;
- com vista à melhoria do problema, foram apresentadas às universidades sugestões de estudos tais como estudo de materiais que possam servir ao ensino individualizado, estudos amplos para o aproveitamento do material já existente, o qual, em sua grande maioria, não apresenta coerência

- metodológica e bases científicas; foi enfatizada a necessidade de ser delineada o perfil do administrador como meio de eliminar a injunção política individualista de nossas escolas, uma vez que, com base nesse perfil, o sistema terá condições de efetuar a seleção dos administradores em bases objetivas.

Neste sentido foi sugerido às universidades o desenvolvimento de estudos, especificando as funções do administrador escolar;

- foi apontada a existência de grande número de crianças, no ensino fundamental, fora da faixa etária correspondente à série que cursam.

Foram sugeridos estudos com vista a encontrar formas de atendimento a essas crianças.

Para o atendimento às crianças maiores de 14 anos, foi sugerida a organização de programas especiais, dentro dos sistemas de ensino.

G — Reunião do Diretor do Departamento de Ensino Médio com os Secretários de Educação.

1. Iniciando a reunião, o Diretor-Geral do DEM saudou os Senhores Secretários de Educação e Delegados Regionais do MEC e apresentou a sistemática de trabalho.
2. Os trabalhos desenvolveram-se obedecendo o seguinte roteiro:
  - Projetos de recursos humanos para as unidades federadas.
  - Portaria nº 432.
  - Dificuldades da implantação do ensino de 2º grau.
  - Habilitações básicas.

- Projetos que envolvem recursos financeiros de 1975.
- Elaboração de planos operacionais para 1976.
- Habilitações profissionais de 2º grau.

## 2.1 Enfoque dado aos assuntos.

- a) No que se refere aos projetos de recursos humanos:
- a Coordenadora de atividades-fim do DEM informou que:
    - o DEM aguarda a apresentação dos projetos para 1976 pelas unidades federadas e que esses devem ser mandados diretamente para o DEM, seguindo o fluxo de trabalho estabelecido;
      - a) compatibilização dos projetos, mediante encontro DEM e CENAFOR,
      - b) encontro dos centros de ensino técnico com os secretários de educação, no plano estadual;
      - c) envolvimento das universidades;
    - para 1976, às unidades federadas que já receberam cursos para multiplicadores, serão repassados diretamente pelo DEM recursos para a continuidade dos trabalhos, podendo desde já pensarem na melhor maneira de utilizá-los;
    - os projetos relativos aos esquemas 1 e 2 continuarão sob os auspícios do CENAFOR.

b) Com relação à Portaria 432:

- o coordenador de recursos humanos do DEM salientou a necessidade de alterações na portaria devido à defasagem verificada face à Lei nº 5.692/71 e face às dificuldades surgidas na operacionalização das normas contidas nos esquemas 1 e 2, dificultando especialmente na montagem de cursos e na definição de programação pelo CENAFOR. Informou que:
  - o grupo de trabalho constituído para proceder à reformulação (envolvendo DEM/MEC -CENAFOR - PREMEN- DAU/MEC e DAU/SEC/RS), ouvidos os membros do CFE, concluiu pela conveniência de revogação da portaria, definindo-se pela apresentação de projetos mais abrangentes:

a) projeto de resolução de licenciatura plena de 2.500 horas destinada à formação de professores para a parte especial do currículo do ensino de 2º grau nas áreas de: mecânica, eletricidade, eletrônica, construção civil do setor industrial, administração, comércio, crédito e finanças, contabilidade, economia no setor de comércio e serviços, agropecuária, saúde.

A licenciatura prevista dá habilitação geral para o exercício do magistério nas habilitações básicas do 2º grau e específica, para o exercício do magistério, nas disciplinas específicas, até, no máximo, 3 disciplinas;

b) projeto de portaria ministerial, possibilitando o atendimento em casos de emergência, para o

qual foram aproveitadas pelo grupo as possibilidades contidas na Portaria nº 432. O projeto prevê variação na carga horária, dependendo da clientela e regimes especiais no sentido de apressar a formação de professores para atender às necessidades das secretarias de educação.

O Diretor do DEM recomendou, a título de colaboração técnica do DEM, quanto às habilitações técnicas, a necessidade de considerar as etapas a percorrer na implantação dessas habilitações;

com respeito a dificuldades na implantação do ensino de 2º grau:

- a Profª Célia Maduro destacou:
  - para o atendimento *na área* pedagógica a necessidade de realizar estudos, entre outros:
    - definição das habilitações a serem oferecidas, mediante conhecimento mais completo da realidade;
    - elaboração de perfil do aluno de 2º grau;
    - análise dos currículos mínimos, tendo em vista não só o que ensinar, mas como ensinar;
    - elaboração de projetos de avaliação do ensino de 2º grau que venham a oferecer alternativas de solução para os problemas encontrados;
  - para o atendimento na área de recursos humanos:
    - definição das necessidades do sistema quanto a docentes;
    - contato com as universidades para atualização de professores;
  - para atendimento na área de recursos físicos:
    - aproveitamento de todos os recursos, avaliando experiências já

- realizadas, como a da intercomplementaridade;
  - modos de atuação com vista a vencer as dificuldades constatadas, sugerindo programas e respectivos mecanismos:
    - elaboração de projetos com a universidade;
    - realização de estudos que conduzam à definição do perfil do professor;
    - implementação imediata de projetos visando à formação de recursos humanos;
    - desenvolvimento de projetos de pesquisa;
    - participação na comissão organizadora dos exames vestibulares;
    - modificação dos esquemas de estágio com maior abertura da rede de escolas;
- d) quanto às habilitações básicas:
- o Diretor do DEM informou sobre o documento tratando do assunto que será distribuído às unidades federadas até o final do ano.

Destacou que a Secretaria-Geral do MEC recomenda que a colocação de habilitações básicas prevista no Parecer nº 76/75 seja sempre precedida de estudos de viabilidade;
- e) com relação a projetos que envolvem recursos financeiros de 1975:
- a Prof<sup>a</sup> Julcelina Teixeira referiu-se ao atraso no envio dos projetos, o que redundava na necessidade de solicitação de crédito suplementar, bem como de prorrogação dos convênios, informando sobre a permissão especial para a execução financeira relativa a 76 antes da prestação de contas relativa a 75.

Informou sobre o prazo de pedido de prorrogação dos convênios de 75, destacando as condições para sua prorrogação;

f) no tocante à elaboração de planos operacionais para 1976:

— a Prof<sup>a</sup> Julcelina Teixeira informou que as secretarias de educação receberão ofício contendo instruções para a elaboração dos planos operacionais relativos a 1976, destacando aspectos relativos a essas instruções;

g) no que se refere às habilitações profissionais de 2º grau:

o Diretor do DEM lembrou que a par das habilitações básicas previstas no Parecer nº 76/75 continua a formação de técnicos, de acordo com o Parecer nº 45/72.

Destacou que na área agrícola incentiva-se a produção e a comercialização.

H — Reunião do Diretor do Departamento de Ensino Médio com os Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação.

1. Iniciando a reunião, o Diretor-Geral do DEM, Prof. José Torquato Caiado Jardim, apresentou cumprimentos aos Senhores Conselheiros e apresentou a sistemática de trabalho.

2. Os trabalhos desenvolveram-se obedecendo o seguinte roteiro:

— Criação da área de legislação e normas na assessoria técnica do DEM.

— Portaria nº 432.

Visão geral sobre o CENAFOR.

— Implantação do ensino de 2º grau.

— Plano Operacional/76.

2.1 — Enfoque dado aos assuntos.

a) No que se refere à criação da área de legisla-

ção e normas na assessoria técnica do DEM:

- a Coordenadora de Atividades Técnicas, Prof<sup>a</sup> Julcelina Teixeira, informou que, com a reformulação do Regimento do DEM, surgiu, como indispensável, na Assessoria Técnica, uma área de legislação e normas.

Destacou que entre os objetivos desta área está o de intercâmbio com os conselhos estaduais de educação, relativamente a normas para o ensino de 2º grau, com vista à documentação e divulgação das mesmas em âmbito nacional.

Solicitou aos conselhos estaduais remessa de resoluções sobre o ensino de 2º grau e levantamento das habilitações oferecidas com viabilidade estadual.

quanto à Portaria nº 432/71:

o professor Dilson Bessa destacou que as modificações necessárias à portaria foram propostas através de dois projetos, prevendo a colocação definitiva da formação de professores para o ensino especial de 2º grau, na universidade.

Teceu considerações sobre o estabelecido nos projetos de resolução e de portaria enfocando os aspectos já referidos na reunião com os secretários de educação;

com relação à visão geral sobre o CENAFOR:

- o Brigadeiro Orestes Miranda, Diretor do órgão, referiu-se aos objetivos do CENAFOR, destacando que, pela Portaria nº 432, atua como coordenador nacional das atividades dos centros de educação técnica já existentes, adaptando seus mecanismos às exigências de implantação da Lei nº 5.692/71.

Destacou que o CENAFOR vem incorporando a experiência do ensino informal ao ensino formal como microsistema atuando em todo o território nacional e que coordena 8 centros de

educação técnica regional que, para o desenvolvimento da educação e do trabalho, desempenham o mesmo papel que a SUDAM, a SUDENE, e outras para o desenvolvimento econômico, embora não totalmente aparelhados para exercer coordenação de tal tipo. Acrescentou que o CENAFOR permite, na área de preparação para o trabalho, um fluxo de informações tanto de origem nacional como internacional.

Convidou os conselhos estaduais de educação para uma visita ao CENAFOR e ofereceu ao sistema a experiência do órgão, no planejamento.

- d) quanto à implantação do ensino de 2º grau:
  - a Profª Célia Maduro destacou que, face às dificuldades encontradas para a implantação do ensino de 2º grau, entre as quais avulta a carência de professores habilitados para a parte de formação especial, o DEM solicita aos CEE o acompanhamento da elaboração dos projetos de implantação, com vista a assegurar-lhes a viabilidade;
- e) com relação ao Plano Operacional/76:
  - a Profª Julceliría Teixeira enfatizou a necessidade de aprovação dos projetos pelos conselhos e de acompanhamento pelos mesmos na fase de elaboração.

Informou sobre o encerramento do prazo para entrega dos projetos, destacando que a não observância deste prazo poderá implicar na perda dos recursos financeiros.

- I — Reunião dos Diretores dos Departamentos de Ensino Médio e de Assuntos Universitários com os Reitores.
  - 1. Iniciando os trabalhos, o Diretor-Geral do DEM, Prof. José Torquato Caiado Jardim, destacou a oportunidade de contato com os Magníficos Reitores, com possibilidade de ouvi-los.

2. Os trabalhos desenvolveram-se seguindo o roteiro:

- Portaria nº 432/71.
- Projeto de preparação de recursos humanos para a formação especial do ensino de 2º grau.
- Pesquisa.
- Esquemas I e 11
- Informes sobre o CENAFOR.
- Reconhecimento de curso mantido em convênio com o CENAFOR.
- Ensino de 2º grau.

2.1 — Enfoque dado aos assuntos.

a) No que se refere à Portaria n.º 432/71:

- O Prof. Dilson Bessa teceu considerações sobre os estudos empreendidos sobre a Portaria nº432, que redundaram nos projetos de resolução e de portaria ministerial, destacando que o projeto de resolução coloca em termos definitivos a habilitação de professores para a parte de formação especial do 2º grau. Enfatizou que a universidade poderá assim assumir a função que por natureza lhe pertence, já que a Portaria nº 432 pode ser caracterizada como instrumento provisório e emergencial.

Informou que o projeto de resolução acompanhado de um projeto de portaria ministerial foi enviado ao CFE, onde se encontra em estudos.

Comentou em detalhes os aspectos contidos nos projetos de resolução e de portaria ministerial;

b) quanto ao projeto de preparação de recursos humanos para a formação especial do ensino de 2º grau:

- a Profª Julcelina Teixeira referiu-se à experiência já proposta pela UFMG nes-

te setor e à proposição do DEM ao DAU de meta comum para a formação de professores, havendo condições de iniciar o trabalho em 1976.

Informou que o CENAFOR dará assessoria técnica para a montagem de cursos e que haverá cooperação financeira entre o DEM e o DAU, os quais deverão prever recursos em seus respectivos projetos;

c) no tocante à pesquisa:

- a Prof<sup>a</sup> Célia Maduro salientou que, além da necessidade de recursos humanos em termos qualitativos e quantitativos, o 2º grau é carente no que diz respeito a projetos sobre novas metodologias. Neste sentido estão estabelecidas três grandes metas: avaliação da aprendizagem; experimentação de metodologias aplicáveis ao 2º grau; elaboração de documentação resultante de relatórios.

Ressaltou que, nesta linha, experiências já vêm sendo desenvolvidas pelo CENAFOR, Fundação Carlos Chagas, e que o DEM solicita às universidades que desejarem realizar pesquisas que apresentem projetos vinculados a princípios e procedimentos preconizados pela Lei nº 5.692/71;

d) no que respeita aos Esquemas I e 11:

- o Diretor do DEM destacou que a formação de professores prevista nos Esquemas I e II deve ser atribuição exclusiva das universidades, na medida em que possa ser dispensada a intervenção do CENAFOR. Fez apelo especial aos Magníficos Reitores no planejamento das habilitações básicas.

Referiu-se ao aumento da população escolar de 2º grau nos próximos anos e à falta de professores para atendê-la; aos grandes desníveis quanto à qualidade do ensino ministrado no 2º

grau, salientando que soluções de emergência devem ser procuradas para os problemas apresentados;

e) quanto a informes sobre o CENAFOR:

- o Brigadeiro Orestes Miranda, Diretor do CENAFOR, teceu considerações sobre os objetivos e forma de atuação do órgão e ofereceu a experiência do mesmo no planejamento, execução e avaliação de programas de capacitação de recursos humanos para o ensino de 2º grau, bem como na elaboração de projetos que visem à otimização do processo ensino—aprendizagem, a nível de 2º grau;

f) com relação ao reconhecimento de curso mantido em convênio com o CENAFOR:

- o Magnífico Reitor da Universidade Católica de Minas Gerais referiu-se ao problema, destacando que mantém em convênio com o CENAFOR cursos já reconhecidos com base em parecer favorável do CFE e propôs questões sobre a validade de reconhecimento dos cursos e do encaminhamento de projetos em convênio, a partir da retirada do CENAFOR do processo.
- o Professor Dilson esclareceu que, se o projeto de resolução for aprovado pelo CFE, a universidade passará a colocar na sua rotina a formação de professores, conforme é ali prevista, incluindo no seu orçamento os cursos que organizar. Destacou que as metas comuns previstas pelo DEM e pelo DAU não impedirão que o CENAFOR continue a prestar assessoramento técnico, desde que a universidade dele sinta necessidade;

g) no que se refere ao ensino de 2º grau:

- o Prof. Edson Machado de Souza, Diretor-Geral do DAU, salientou que a habilitação de professores para as disciplinas de formação especial independe da re-

formulação da Portaria nº 432/71 bem como da realização de convênios, uma vez que os cursos podem ser organizados independentemente pela universidade, a qual, na verdade, tem apresentado uma certa resistência a esta forma de atuação para a qual não há impedimento legal nem de ordem interna.

Referiu-se à queixa generalizada sobre o nível qualitativo dos ingressantes no curso superior, evidenciado por ocasião do vestibular, destacando que por razões complexas essa qualidade diminuiu, mas que cabe à universidade considerar sua parcela de responsabilidade na situação atual.

Ressaltou que o mais importante é a adequação do vestibular ao nível do ensino de 2º grau, o que poderá ser alcançado mediante a mobilização de professores do 2º grau, num número bastante significativo, para participarem da organização das provas.

## **4ª SESSÃO**

## **COMUNICAÇÕES**

## A — *Do Departamento de Educação Física e Desportos*

Considerando que a nova orientação política nas questões de educação física e desportos propõe três linhas básicas: educação física em geral, desporto de massa, e desporto de alto nível e competição, o Diretor-Geral do Departamento de Educação Física e Desportos, Cel. Osny Vasconcellos, destacou o conceito piramidal, atribuindo a esta área: desporto de massa, na base; desporto de alto nível e competição, vértice, e educação física, em geral, englobando toda a pirâmide.

Considerando que o ensino é ministrado em três níveis, 1º, 2º e 3º graus, salientou que, também ele, pode ser configurado em forma piramidal: ensino de 1º grau, na base; ensino de 3º grau, no vértice; intercalando ambos o ensino de 2º grau. Estabeleceu o relacionamento entre os elementos das pirâmides, destacando a adequabilidade das atividades de educação física e desportos à faixa etária dos alunos dos diferentes graus de ensino.

Abordou o problema das escolas de educação física, referindo-se ao número delas e à necessidade de melhoria em seu funcionamento.

Teceu considerações sobre as vantagens das escolas de educação física estarem integradas à universidade.

Referiu-se aos objetivos do departamento no que tange ao aperfeiçoamento, à especialização e à pós-graduação, também, a uma adequada distribuição de recursos da loteria esportiva, a partir do estabelecimento de um órgão central do sistema desportivo nacional.

Ressaltou, objetivando a integração universidade/sistema de ensino, a obrigatoriedade convencional da abertura das instalações construídas com verba do MEC à comunidade e, prioritariamente, à comunidade estudantil. Neste sentido, as áreas pertencentes às universidades, sejam estaduais, federais, municipais ou particulares, com instalações para educação física, construídas, em parte ou totalmente, com recursos provenientes do DED, devem ser colocadas à disposição do Estado e do município para serem utilizadas pelos alunos de 1º e 2º

graus, assim como à comunidade em geral, tendo em vista o alcance de uma das metas da nova legislação desportiva, que é a massificação do esporte.

## B — *Da Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica — SUB/N*

Caracterizando a SUBIN na estrutura da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Dr. Aderbal Costa, chefe do órgão, destacou suas áreas de atuação, detendo-se na cooperação técnica, julgada pelo expositor de maior interesse para os participantes do encontro.

Lembrando que o Brasil recebe cooperação técnica de diversos países — Estados Unidos, hoje praticamente terminando o programa, Alemanha, Canadá, Inglaterra, França etc. — e de organizações internacionais — Nações Unidas e OEA —, destacou o papel da SUBIN, neste processo, qual seja o de coordenar internamente, isto é, receber as solicitações, examiná-las e providenciar o seu exame técnico pelos órgãos competentes. Neste particular, atua muito em conjunto com o Itamarati, que é o responsável pela coordenação externa. Solicitou aos secretários de educação dos Estados que apresentem projetos de cooperação técnica a países amigos ou a organizações internacionais.

Destacou, como de muito significado para os secretários de educação, um outro tipo de cooperação técnica que está sendo desenvolvido no Brasil, o Programa de Cooperação Técnica Nacional, com aproveitamento do *know-how* brasileiro. Salientou que a SUBIN tem recursos financeiros para ajudar uma instituição brasileira a prestar cooperação técnica a outra instituição.

Para ambos os tipos de cooperação técnica mencionados, enfatizou o expositor, dispõe a SUBIN de recursos da ordem de quarenta milhões de cruzeiros para ajudar os Estados.

Referiu-se aos recursos do acordo trigo canadense, informando que os mesmos podem ser emprestados aos Estados em condições bastante satisfatórias. Para os Estados se candidarem a este tipo de empréstimo, devem elaborar projetos de pesquisa para o desenvolvimento social na área de educação, saúde e áreas afins.

Destacou que o projeto, em caso de solicitação de cooperação técnica, deve ser elaborado de acordo com o modelo-padrão, que consta do *Manual de Serviço de Cooperação Técnica da SUBIN*. No caso de solicitação de empréstimo de recursos do acordo trigo canadense, os projetos, em sua elaboração, devem seguir as linhas gerais constantes do manual já referido.

Finalizando, informou sobre a tramitação dos projetos encaminhados à SUBIN, destacando a diferença, na fase final, entre os projetos de cooperação técnica internacional e nacional.

## C — *Do Centro Brasileiro de Construções Escolares — CEBRACE*

Considerando que a rapidez de construção, a redução de custos e a futura expansão racional de unidades foram os motivos que levaram o CEBRACE a realizar o estudo de um tipo de construção modular em estrutura metálica com alguns componentes padronizados, o Diretor do CEBRACE, Prof. Hermeto Corrêa da Costa, salientou que numa economia inflacionária a redução dos prazos de construção assume grande importância, pois representa o maior rendimento de recursos financeiros disponíveis. Destacou que o primeiro protótipo desse tipo de construção escolar, construído em Porto Alegre, demonstrou a rapidez da construção, tendo sido gastos 23 dias do início ao final da obra, e que o segundo protótipo, a ser construído em Volta Redonda, permitirá a redução de peso da estrutura metálica a cerca de 25% da construída em Porto Alegre.

Ressaltou que processos construtivos semelhantes vêm sendo largamente empregados com amplo sucesso em vários países, tais como Estados Unidos, Inglaterra, México, Argentina, Chile, Peru, Venezuela, assinalando que a solução proposta pelo CEBRACE é tipicamente brasileira, com *know-how* brasileiro, feita por empresa brasileira, possibilitando a utilização de empresas construtoras, materiais e mão-de-obra locais. Salientou que a própria estrutura metálica poderá ser fabricada por empresas localizadas em várias capitais do país e que o aço utilizado é de fabricação nacional.

Destacou que o projeto foi desenvolvido pelo CEBRACE sob a coordenação de sua Assessoria de Engenharia e Arquitetura e foi confiado à COBRAPI — Companhia Brasileira de Projetos Industriais, ficando a construção dos dois primeiros protótipos a cargo da fábrica de estruturas metálicas, ambas subsidiárias da Companhia Siderúrgica Nacional.

A seguir, o engenheiro Sérgio Fernandes, da Companhia Brasileira de Projetos Industriais, teceu considerações sobre os aspectos técnicos do projeto.

Finalizando, informou o Prof. Hermeto Corrêa da Costa que, a partir de 25 de fevereiro de 1976, as estruturas metálicas poderão ser produzidas não só em Volta Redonda mas em qualquer capital do País, pois estarão prontos os manuais de produção e de montagem que serão entregues ao CEBRACE pela COBRAPI. Colocou-se o CEBRACE à disposição das secretarias de educação e dos órgãos do MEC interessados para colaborar na execução dos planos de construção de escolas.

## D — *Da Embaixada da França*

Agradecendo a oportunidade de poder expor diante de uma

assembléia tão representativa dos destinos educacionais do País o problema do ensino do francês e da cooperação pedagógica que a Embaixada da França pode oferecer nessa matéria, o adido cultural da Embaixada da França no Brasil, Prof. Claude Demangny, fez uma análise da situação do ensino de francês no Brasil, reportando-se à situação anterior ao Parecer nº 478/75 do CFE e à situação atual, legal e de fato, concluindo que não há mais obstáculos legais para o estudo de francês: não faltam professores nem alunos, especialmente para aprender o francês como segunda língua de estudo na escola de 1º grau, como já foi comprovado em certos Estados.

Ressaltou a cooperação pedagógica oferecida pela Embaixada da França, expondo as seguintes modalidades das mesmas que ela estará em condições de oferecer em caso de uma recuperação do ensino do francês no 1º grau.

- missão pedagógica, constituída de 11 conselheiros pedagógicos espalhados nas principais capitais do País, cuja missão é oferecer assistência pedagógica ao professor através das secretarias de educação, mediante estágios e assistência prolongada;
- leitores de francês, num total de 16, que nas universidades cooperam nos departamentos de francês, para a formação lingüística e cultural do futuro professor e para sua preparação didática;
- bolsas de estudos, num total de 20 anuais, são concedidas às universidades para formação de seus docentes-mestrado e doutorado; 28 bolsas para aperfeiçoamento e 65 estágios de verão são concedidos a professores de 1º grau;
- alianças francesas, compreendendo as associações franco-brasileiras de cultura, entidades brasileiras filiadas à Aliança Francesa de Paris, as quais gozam do apoio pedagógico da Embaixada para garantir a qualidade do seu ensino.

Finalizando, referiu-se ao valor prático e formativo do ensino das línguas estrangeiras e enfatizou o seu desejo no sentido de que o ensino do francês no Brasil possa contribuir não somente para abrirão estudante brasileiro as portas de um espaço geográfico com o qual o Brasil tem relações econômicas, políticas e culturais de longa tradição, mas também para ajudá-lo a aprofundar a sua própria língua, considerada como veículo privilegiado de sua cultura.

#### E — *Do Centro Nacional de Educação Especial*

Tecendo considerações sobre a finalidade do Centro Nacional de Educação Especial, a expositora, Profª Sarah Couto César, Diretora do órgão, destacou, que, pelo projeto 35 do I Plano Setorial de Educação e

Cultura, a educação especial constitui-se em meta prioritária do MEC, mantida e reforçada pelo atual governo, e que o II Plano Setorial coloca a capacitação de recursos humanos para a educação especial como um dos projetos prioritários.

Ressaltou que o CENESP, desde o seu início, vem-se preocupando com a integração da educação especial nos outros sistemas de ensino. Assim, ao elaborar o projeto prioritário de recursos humanos, planejou a formação de pessoal especializado em todos os níveis, e, conseqüentemente, a universidade nele foi incluída como uma das agências com a qual o centro deveria se articular. Neste sentido, referiu-se às metas desenvolvidas pelo centro em 1975:

- criação de habilitação na área de educação especial dentro do curso de pedagogia, nas universidades federais do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, na USP, de São Paulo, na PUC do Rio Grande do Sul, na Universidade de Caxias do Sul e na Faculdade de Ciências Humanas de Olinda;
- realização de cursos de extensão universitária nas Universidades Federais do Pará, de Pernambuco, de Minas Gerais, na PUC do Rio de Janeiro e na PUC de São Paulo;
- cursos adicionais levados a efeito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- curso de aperfeiçoamento, ministrado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referiu-se aos convênios celebrados entre CENESP e algumas universidades, para realização de pesquisas na área de educação especial, e à realização de seminários regionais no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, todos com a participação ativa das universidades, conselhos estaduais e secretarias de educação.

Enfatizou, como de grande significado, os seminários sobre planejamento em educação especial e sobre a educação de superdotados, realizados na UFRJ, ambos com a presença de peritos estrangeiros.

Destacou a participação do CENESP, junto ao CFE, no estudo e elaboração de currículos mínimos para a implantação de licenciatura plena na área de educação especial.

Finalizando, agradeceu o apoio que o CENESP vem recebendo dos Magníficos Reitores, dos secretários de educação e membros dos conselhos estaduais de educação, e enfatizou a necessidade de uma integração cada vez maior à área de educação de excepcionais, tão carente de recursos humanos qualificados.

Considerando o tema objeto do encontro, o Diretor do INEP, Coronel Ayrton de Carvalho Mattos, destacou, que, em 1974 e 1975, o INEP recebeu, respectivamente, 108 e 123 projetos de pesquisa, a grande maioria deles proposta por universidades, versando temas de interesse das secretarias de educação, dentre outros: Estudo descritivo da avaliação educacional no 1º grau; Acompanhamento e avaliação de currículos de 1º grau; Aspirações dos estudantes do 2º grau; Estudos da viabilidade das unidades educacionais de profissionalização de 2º grau no Estado do Rio de Janeiro; Integração entre as agências formadoras de pessoal docente e não docente de 1º e 2º graus e os sistemas que os absorvem; Investigação sobre a metodologia e prática de ensino desenvolvidas para a formação de docentes e outros especialistas da área da educação a nível de 1º e 2º graus.

Com estes exemplos, enfatizou, pode-se constatar, no tocante à pesquisa, a integração entre universidade e sistemas de ensino.

Ressaltou que, na sua opinião, vencidas algumas suscetibilidades, a integração universidade/sistema de ensino se fará plenamente.

Mencionou alguns projetos de pesquisas desenvolvidos ou em desenvolvimento pelo INEP, todos na área do ensino de 1º grau, cujos resultados dos já concluídos e o plano de trabalho dos em desenvolvimento deverão ser apresentados em seminário a ser realizado em janeiro ou fevereiro de 1976. Neste seminário se estudaria a maneira mais eficaz, em cada caso, de fazer chegar aos responsáveis pela melhoria da produtividade do ensino os trabalhos realizados, e as secretarias de educação exporiam suas necessidades em termos de pesquisas.

Teceu considerações sobre o projeto Diagnóstico Nacional do Desenvolvimento Educacional — 2º grau e respectivo relatório entregue aos Senhores Secretários de Educação durante o encontro, solicitando-lhes especial atenção para a continuidade do projeto de Diagnóstico Nacional do Desenvolvimento Educacional — 1º grau, em realização.

## **SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO**

- Assinatura de convênio entre a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional — SUBIN, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a coordenação da Secretaria-Geral do MEC.

#### DISCURSOS

- Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, Prof. João Faustino Ferreira Neto.
- Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Pe. José Carlos Nunes.
- Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Prof. Paulo Frederico Maciel.
- Presidente do Conselho Federal de Educação, Pe. José Vieira de Vasconcellos.
- Secretário-Geral do MEC, Prof. Euro Brandão.
- Vice-Governador do Rio Grande do Sul, José Augusto Amaral de Souza.

Ao início da sessão procedeu-se à assinatura do Convênio de Apoio Financeiro a Projeto de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional — SUBIN, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a coordenação da Secretaria-Geral do MEC, para a instalação de curso de doutorado no Instituto de Pesquisas Hidráulicas da referida universidade.

### **Discurso do Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, João Faustino Ferreira Neto.**

Preliminarmente, quero agradecer aos meus eminentes colegas secretários de educação a deferência com que me distinguiram, atribuindo-me a honrosa missão de representá-los nesta sessão solene de encerramento deste encontro.

Antes de uma homenagem pessoal, vejo no generoso gesto a exteriorização de um condicionamento promissor adquirido nesses três dias de convívio sob o signo da integração, fazendo com que se integrassem até as próprias expressões geográficas mais extremadas, trazendo a voz do Rio Grande do Norte aos pagos do Rio Grande do Sul.

Agradeço de imediato ao Ministério da Educação e Cultura a magnífica oportunidade de celebrarmos este encontro com a honrosa participação dos Magníficos Reitores das universidades brasileiras. Este conagraçamento do ensino em todos os seus níveis recebeu a mais alta chancela com a presença, em nosso meio, do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Educação e Cultura, Senador Ney Braga, que em aplaudida peça oratória de altíssima inspiração patriótica ajustou a educação brasileira no rota segura da integração.

A presença tutelar do Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Conselho Federal de Educação foi, igualmente, penhor da manutenção dessa rota; enquanto a convivência amiga com os presidentes dos conselhos estaduais de educação representou a garantia de maior unidade de ação nos sistemas de cada um dos Estados.

Registro ainda, como de máxima importância para o êxito incontestável deste encontro, os esplêndidos documentos preparados com a coordenação da Secretaria-Geral do MEC, que possibilitaram aos grupos de trabalho aprofundarem-se na essência da problemática em questão.

Levaremos daqui não somente renovados propósitos de ação integrada para o fortalecimento da educação nacional, mas também a inesquecível lembrança do carinho hospitaleiro dos nossos irmãos gaúchos, em especial, do Secretário Ayrton Santos Vargas e do Magnífico Reitor da PUC, Irmão José Otão, que nos receberam com a larga fidalguia que só encontra paralelo na imensidão dos pampas.

**Discurso do Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Pe. José Carlos Nunes.**

Não posso deixar de dizer que fui surpreendido, realmente. Eu, o Presidente do Conselho do Estado, que, com muita honra e satisfação, hospeda os Senhores nesse encontro, fui escolhido para falar nessa sessão de encerramento em nome dos presidentes dos conselhos de educação.

Mas aceitei com a maior gratidão e alegria. Porque isso me enseja a ocasião de externar de público a satisfação que veio ampliando em mim, e creio que em todos os Senhores, nesses três dias. Nós nos debruçamos, com identidade de pensamento e harmonia de propósitos, para pensar na integração do sistema com a universidade. E o que é confortante: *Vimos levar já como fruto instrumentos de operacionalização para os primeiros passos nesse caminho.*

Não bastará isso; outros motivos, todos igualmente relevantes, existiram, positivos e alentadores. E aqui ressalto a atuação do Ministério da Educação e Cultura. O nosso MEC assumiu o papel que as nossas melhores esperanças já lhe haviam visualizado — o de coordenador da educação nacional, no sentido de estímulo e reforço do desenvolvimento dos sistemas estaduais de ensino. E sem recolher nenhuma atribuição que não lhe seja legalmente pertinente. Ressalto, ainda, sua atuação específica nesse encontro, onde a par da exclusividade do tema, com sabedoria, colocou a flexibilidade de discussão e de conclusão.

E sobretudo ressalto a objetividade que conseguiu imprimir nos documentos apresentados como subsídios e em todo o clima do encontro.

O nosso agradecimento e o nosso louvor a Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação e Cultura, ao Sr. Secretário-Geral do

MEC, aos Senhores Diretores e aos demais órgãos que aqui vieram e aos Senhores Assessores, pelo trabalho e pela presença honrosa, estimulante.

E ao Conselho Federal de Educação, através de seu presidente, o ilustre Pe. José Vieira de Vasconcellos. Nenhuma palavra que se pudesse dizer sobre ele seria nova para os Senhores Presidentes de Conselhos de Educação e para as demais pessoas envolvidas em educação. Porque todos sentem, todos sabem o que sua presença traz — segurança, orientação, exemplo. Somos gratos a Vossa Excelência, Pe. José Vieira Vasconcellos. E aos Senhores Reitores e responsáveis pela educação nas universidades. E aos Senhores Presidentes de Conselhos e conselheiros. E aos Senhores Secretários de Educação e seus assessores.

Todos reunidos no Rio Grande do Sul. Todos trazendo os serviços de suas inteligências — o maior serviço que o homem pode prestar — e a disponibilidade de seu tempo. Todos são assoberbados. Mas tão disponíveis.

Tudo isso foi ampliando a nossa satisfação. E só isso já constitui um milagre de integração. Ainda, a oportunidade de participação de nossos professores, pessoal administrativo, diretores e técnicos da nossa Secretaria de Educação, conselheiros e assessores do Conselho Estadual de Educação.

Como poderemos agradecer, nós do Rio Grande do Sul? Apenas podemos ficar obrigados aos senhores. Devedores pelo enriquecimento que nos trouxeram. Por terem dilatado as nossas fronteiras geográficas até o limite da Pátria. O nosso coração até o limite da alegria. A nossa experiência até o limite da experiência de todos os senhores. Não ficaremos apenas entusiasmados com o que vivemos e com o que podemos estabelecer e concluir.

Ficaremos, isso sim, comprometidos e responsáveis.

Assumimos posições, conscientes do momento. Não que ele seja histórico ou de transição, pois isso todos o são. Mas porque foi de um verdadeiro encontro e integração.

Eu só posso concluir que, nesses dias, Deus esteve conosco.

### **Discurso do Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Paulo Frederico Maciel.**

Devo, e não sei se devo, há poucos minutos, a Amadeu Cury uma sugestão perigosa. Não pude nem depois de provocado pensar na iniciativa porque esta assembléia ilustre e os temas que se sucederam haveriam de me prender até o fim. Mas compreendi o gesto daquele reitor. Médico e cientista ilustre, é sobretudo um homem culto, a quem os parâmetros da cortesia hão de combinar com os do talento. Compreendi bem que era um estímulo ao mais recente dos reitores das universidades brasileiras, posto que, aqui, fiz o meu mensário, e como aceitei a prova de fogo, Sr. Secretário-Geral do MEC, permita-me delongar mais um pouco, pois o bacharel tropical do Recife é mesmo tropical quando os momentos de elucubrações de improviso ainda lhe permitem falar. Mas, felizmente para mim, que sei me auto-avaliar, se, de um lado, vejo as minhas responsabilidades, de outro, a mim mesmo me justifico, meu preclaro amigo Governador, É que sou pernambucano, e é da história, com as forças dos fatos, que é da lenda, com o estímulo dos mitos, esta fraternidade mais que brasileira entre pernambucanos e gaúchos.

Mas, se há a força dos fatos e o estímulo dos mitos, há muito mais: há geografia, talvez porque nós ambos tenhamos no rio nossa fonte de civilização. De minha parte, sou do Capibaribe, o Capibaribe que recebe rios pequenos e enérgicos, que sobrepujam canaviais, e que depois passa no meu Recife, vivificando os seus dias e refletindo o cintilar do seu estrelato; e que faz mais: se impõe ao Recife em tragédias homéricas de cheia e no seu cotidiano se espraia, como diz o nosso poeta maior, que é João Cabral, "se espraia como um cão atravessa a rua, impondo as suas próprias regras".

E aqui os gaúchos têm o Guaíba, e nestes dias de trabalho, em que a gente pode apenas ler dísticos, eu li num inteligente programa de introdução ao turismo desta terra uma palavra deste poeta gaúcho,

também maior, que é Mário Quintana, que na realidade ele se comprazia com o Guaíba como se comprazia com os familiares, posto que, nas suas enchentes, as suas barcaças eram equipamento de sua própria casa. Esta fonte comum nos identifica, posto que geografia não é história, a geografia é a circunstância de uma história. Mas, mais do que isto, vi, nesse guia turístico, que Porto Alegre é célebre pelo seu pôr-do-sol. E isto é uma das pujanças do meu Recife, cujo azul transparente às vezes é vencido pelas nuvens discretas que perpassam e cujo vermelho ensolarado, em época de verão, no contraste da chuva e nas telhas, frutifica também o nosso fruto popular, que é a manga, permitam a rima, que é de Joaquim Cardozo, também vermelha.

E aqui é o grande pôr-do-sol gaúcho, pôr-do-sol brilhante e insinuante, pôr-do-sol libertário. Realmente, o Brasil é um grande clarão, não tenhamos dúvidas. E aqui, nesta assembléia, o que pude ver é o que Toynbee, recém-morto, e que tanto indagou sobre o Brasil, teria visto: que o nosso destino é grande, pois, aqui, vindos de tão longe, e tão diversos em força, de tão diferentes circunstâncias, todos aqui se identificaram. Em religião, seja qualquer uma, como gesto espiritual. Mas, sobretudo, no gosto de viver, que, diz Toynbee, é na realidade a filosofia dos povos que hão de ser potência. Mas, neste encontro, aqui, para o meu agradecimento de reitor, completando o dos secretários e o dos conselheiros, talvez bastasse o gesto. Mas o gesto é forte. Porém, se me permitem os reverendos aqui presentes, é das Escrituras que o Verbo primeiro significou. E, por conseguinte, numa reunião discursiva e de debates como esta, todos querem um conceito. E aqui o conceito há de ser o de gratidão, É evidente, senhoras e senhores, que bastaria o gesto. Bastaria o aperto de mão cordial ou bastaria o abraço exaltado de nordestinos e pernambucanos que vibram mutuamente. Bastaria, mais do que isto, este refrão nacional, que Manuel Bandeira fez poesia: dizer brasileiromente que a casa é vossa e que disponham.

Mas havia que ser mais, havia que ser o conceito, e na força de uma palavra improvisada, eu trago esta palavra de gratidão. Gratidão a todos. Em primeiro lugar, ao MEC, que proporcionou este encontro sob a mística — é mística sim — da integração. Em segundo lugar, ao próprio MEC e à participação de todos. Aos gaúchos, e aqui cito uma frase de Ney Braga, inaugurando a delegacia do MEC, aqui, sede. E estas palavras que são rumor, são voz do povo, para mim têm muita significação. Disse ele que seria possível que tivesse errado quando foi justo, mas nunca nos momentos em que foi bom. Ora, os gaúchos com quem nós outros fomos por vezes injustos, por meus deméritos, por exemplo, foram justos ao sacrifício daqueles secretários e reitores que de tão longe destes brasis vieram dar, como disse o presidente do Conselho Estadual do Rio Grande do Sul, o seu sacrifício e a sua disponibilidade. Mas, sobretudo, foram bons. E a bondade não se paga, não tem gesto, só tem o conceito de gratidão. De minha parte, eu estou

profundamente feliz. Aqui revi em primeiro lugar o seu próprio delegado de educação que, quando deputado, com pertinências e in pertinências de deputado, provoquei, quando ao lado do eminente Ministro Tarso Dutra. Aqui, reencontro na fraternidade universitária o reitor em exercício da Universidade do Rio Grande do Sul. Aqui encontro o irmão Otão, que nem sabe ele foi meu professor, porque fui aluno marista do Recife, É a revelação que faço nesta hora, com as minhas homenagens a sua congregação, tão prestante no ensino brasileiro.

E sobretudo ao Sr. Governador; Excelência, que me permita a franqueza, as homenagens ao governador em exercício Amaral de Sousa, meu companheiro de deputação federal. Gaúchos como vi, vi muitas vezes o Amaral vibrante, vi exaltado, mas nunca destilando fel. Se teve ira, foi a ira dos bons de que falava o velho Rui. Porque a ira dos maus é contra os maus que resvala. Mas a ira dos bons é a ira contra os maus. E já dizia o nosso padre Manuel Bernardes, que me permitam os sacerdotes ilustres, como o padre Vasconcellos, que é boa essa exaltação para que permaneça a pertinácia dos bens dos bons e não impaciente as resistências. Vi esse Amaral vibrante e exaltado em torno das boas causas, como meu companheiro. Aqui ele é o grande recepiendiário da minha e das nossas gratidões. Ele, voz de tudo que demos e que pudemos dar a estes gaúchos ilustres, que trouxeram a sua voz de seriedade e competência, e a esses gaúchos que também trouxeram a sua cultura, e a cultura feminina tem a especial sensibilidade de ser sempre feminina, mas que trouxeram sobretudo a sua grande presença de senhoras e de senhoritas, a grande presença de mulher. Grato a tudo isto, não sei o que mais diga numa palavra desprendida e espontânea, senão que aguardo, sinceramente, o momento de reproduzir, como nós todos reitores e secretários de fora, esperamos reproduzir, de outras vezes, o grande abraço que simbolicamente eu deixo a este Rio Grande do Sul.

**Discurso do Presidente do Conselho Federal de Educação, Pe. José Vieira de Vasconcellos.**

Meus companheiros de ideal em educação.

Quero dizer-lhes, meus caros amigos, que este encontro foi um momento de alegria para mim. Um encontro é sempre educativo, porque irmana. Um encontro de educadores é ainda mais educativo, pelos participantes. Quando o encontro, que já tem na sua dinâmica este poder de irmanar e, nos participantes, o poder de educar, tem como tema essencial e único a integração, ele irmana e educa ainda mais. E não se tratava de mera articulação, tratava-se de integração, que é melhor, e mais-nobre. Articulação me induz à idéia de peças metálicas, que, bem ajustadas e lubrificadas, funcionem bem; não tem a nobreza da palavra integração. Diria que há entre essas duas palavras a mesma distância que existe entre união e unidade; esta é mais vital, mais permanente e integradora. Além desta conotação dupla do encontro, vejo a rara representatividade ocorrida neste encontro.

Todo o MEC. Todos os sistemas de ensino nos seus dois elementos constitutivos: as secretarias e os conselhos. E a cúpula acadêmica de todos os sistemas, as universidades, aqui representadas pelos seus reitores. Raramente assisti nesse País a um encontro em que fosse tão rica a massa crítica presente, a serviço de um problema tão fundamental como esse, integração de nossas forças num ideal comum. Sobretudo, senti alegria particular, nesta manhã, quando, ouvindo os relatórios dos grupos de trabalho, sentia de maneira quase física que essa não era uma festa, nem era mais um encontro, mas um ponto de partida. Houve mesmo um grupo, e eu o anotei, o sexto, que já sai daqui com data marcada para renovar encontro deste tipo em âmbito estadual. Isto nos dá certeza de que o que era encontro tornou-se semente, o que poderia ser apenas comemoração transformou-se, de

repente, em fonte. Não sabemos imaginar como será volumoso e benéfico este caudal, se formos dóceis a este impulso e fiéis a esta idéia de integração. Meus caros colegas de ideal, se, aqui e agora, com a visão que o cargo eventual que ocupo me dá dos problemas educacionais do País, e a experiência deste encontro da integração, vocês me perguntassem o que vejo para o futuro da educação, minha resposta seria a mesma do bíblico vigia ante indagação de quem o vinha render: "Vigia, que vês dentro da noite? " (*Custos, quid de nocte?* ) eu haveria de dar a mesma resposta com a mesma sonoridade na voz: "Amanhece".

**Discurso de agradecimento do Secretário-Geral do MEC, Prof. Euro Brandão.**

Um dos mais preciosos dons do coração humano é a virtude da gratidão. Eu, que certamente não tenho as outras virtudes, vou esforçar-me neste momento para ter pelo menos esta. Assim é que me cabe, como Secretário-Geral do MEC e coordenador deste encontro, apresentar um agradecimento fraterno a todos aqueles que possibilitaram o êxito deste conclave.

Agradeço aos magníficos reitores e aos secretários de educação que aqui compareceram e trouxeram inestimável colaboração. Já referi diversas vezes o quanto considero importante este espírito de integração, de crença no esforço comum, de compreensão que os trouxe aqui, para alcançarmos juntos objetivos que são de todos nós.

Agradeço aos presidentes de conselhos, que aqui vieram trazer a sua experiência e conhecimento, aos diretores de centros ou de setores de educação de universidades, que agiram com especial dedicação, trazendo subsídios essenciais para as decisões mais adequadas.

Temos, também, este crédito imenso de gratidão com o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Sinval Guazelli, Governador do Estado, que nos recebeu de maneira tão fidalga, através da Secretaria de Educação e Cultura, e ainda gratidão particular ao Exm<sup>o</sup> Senhor Governador em exercício, Dr. José Amaral de Souza, que por duas vezes esteve aqui convivendo conosco e trazendo-nos o estímulo de sua presença e, mais ainda, o estímulo fecundo de sua palavra.

Agradeço ao Secretário Ayrton Santos Vargas e à sua equipe tão diligente, que esteve presente em todos os momentos: preciosas mãos que tudo providenciaram a tempo e hora e nos receberam com simpatia peculiar quando aqui chegamos.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica que nos abriga, na figura deste homem extraordinário, que é sempre um exemplo para

todos os educadores: Irmão José Otão.

Agradeço a palavra sempre orientadora e segura do nosso Pe. José Vasconcellos, Presidente do Conselho Federal de Educação.

O trabalho feito pelos coordenadores de comissões e pelos relatores foi bastante árduo, e isto foi um dos grandes fatores da excelência das conclusões a que chegamos neste encontro.

Agradeço aos debatedores, àqueles que tiveram o coração empolgado e a palavra fácil, por trazerem seus argumentos, por trazerem suas objeções ou a sua concordância. E também aos expositores que apresentaram temas úteis ao desenvolvimento da educação e revelam o progresso educacional das suas regiões de origem.

Agradeço aos autores dos documentos, já com justiça louvados, e que podem, por conseqüente, inscrever no histórico de suas vidas mais este grande serviço prestado à educação no Brasil.

Agradeço aos assistentes, aos técnicos de educação que aqui estiveram presentes, assessorando, acompanhando, ajudando na procura das soluções. Agradeço aos convidados ligados ao ramo da educação, que aqui vieram conviver, preocupar-se conosco e levar entusiasmo igual ao nosso onde quer que exerçam a sua atividade.

Agradeço às autoridades que vieram à nossa sessão de abertura, que nos prestigiaram enormemente, e deram o seu crédito de confiança ao nosso trabalho.

Agradeço às firmas que nos ofereceram refeições, ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, aos editores que nos trouxeram preciosa colaboração.

Agradeço à imprensa, que fez a cobertura do nosso encontro, e levou para todo o estado do Rio Grande do Sul, e para todo o Brasil, o acompanhamento minucioso do que aqui se fazia em cada dia. Enfim, a todos temos muito a agradecer. Deus lhes pague por tudo que fizeram neste encontro!

Reunidos nestes dias, não tivemos outro objetivo que aquele aluno a quem queremos educar. Ele é a meta final de tudo o que aqui fizemos. Tratamos de tantos temas, porém, no fundo, permanece intacta a meta final: obtermos um ensino realmente adequado.

O ensino de primeiro grau assume feições de prioridade da educação nacional, e isso interessa igualmente ao sistema estadual de ensino e à universidade. Ao sistema estadual de ensino, porque tem a responsabilidade de propiciar essa formação fundamental que leva ao pleno desenvolvimento da personalidade humana; à universidade, na medida em que lhe cabe preparar a figura imprescindível do mestre eficiente e atualizado.

Além da focalização das questões de currículo adequado e do emprego de novos recursos da tecnologia educacional, devemos utilizar tudo aquilo de que possamos lançar mão para que o ensino não seja meramente formalista e o nosso trabalho seja realmente produtivo.

Desejaria, porém, pedir a atenção dos senhores para um aspecto todo especial da atual atuação do Governo. Trata-se da preocupação pelo atendimento social. No setor da educação, além de outras questões, pergunta-se até que ponto, na educação pré-escolar e no ensino de 1º grau, as condições sociais, as condições familiares, as condições nutricionais devem ser também melhoradas, para que o aluno, realmente, possa acompanhar o processo ensino—aprendizagem. Questiona-se se o ensino de segundo grau é administrado correspondendo aos anseios da nossa juventude e propiciando a educação que melhor corresponde às necessidades do nosso desenvolvimento. E ainda, agora, no terceiro grau, se há atendimento social da universidade pela comunidade que a cerca, preocupando-se com os problemas que existem à sua volta e não se julgando de maneira alguma diminuída ou "popularizada" por essa preocupação, mas procurando, cuidadosa e diligentemente, ajudar na solução dos problemas da região a que pertence.

Não é outra a razão pela qual estamos reunidos: é para que possamos chegar realmente ao benefício do nosso jovem que precisa de educação, de formação, de preparação para uma vida produtiva e nobre.

Existe um trecho da Sagrada Escritura que sempre me impressiona profundamente. É quando Pilatos diz a Cristo: "Não sabes que tenho poder para te mandar matar?" E Cristo então lhe responde: "Do alto lhe veio este poder!" Também o educador recebeu do alto este poder de educar. E recebeu-o do Mestre, do grande Mestre, do divino Mestre. Nele é que encontramos o exemplo, a força, a abnegação para nos voltarmos para os jovens, e a eles nos dirigir. Quando orientamos como educadores, não estamos sendo senão o Cristo orientando, hoje. Quando compreendemos o nosso aluno, os seus problemas, seja universitário, seja do primeiro grau, é o Cristo que compreende por nosso intermédio, porque estamos exercendo naquela momento o papel de mestre que Cristo deixou para todos nós. Quando estimulamos aquele que está desanimado, desorientado, perturbado, e este é um papel importantíssimo do professor, também temos a mesma atitude do Cristo, que estimulava e levantava o ânimo, dando força para prosseguirmos no trabalho. Quando elucidamos uma dúvida, quando afastamos a ignorância, também estamos exercendo este poder por delegação.

Finalmente, ao fazermos tudo isto: quando amamos os nossos jovens, quando temos grandeza de coração e a eles dedicamos nossa vida e nosso trabalho, quando comparecemos a encontros como este, quando ficamos horas extras no trabalho, quando dedicamos intensamente nossos esforços, estamos realizando uma obra de Amor.

Por isto, caríssimos companheiros deste encontro, pela maneira esplêndida, pela maneira simpática com que se houveram neste encontro, atendendo gentilmente, com o coração tão grande, as necessárias

orientações e a condução da coordenação, eu lhes digo muito obrigado, e Deus, este grande Deus que é nosso exemplo e Mestre, lhes pague para sempre!

## **Discurso do Vice-Governador do Rio Grande do Sul, José Augusto Amaral de Souza.**

O governo do Rio Grande do Sul, e mais especificamente S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Governador Sinval Guazelli, por meu intermédio, deseja manifestar a satisfação, a alegria, a emoção mesmo, por ter este Estado tido a oportunidade feliz de abrigar, durante três dias, ilustres educadores brasileiros que vieram aqui com a sua presença dar, em primeiro lugar, um atestado de crença nos destinos desta grande nação, e vieram aqui com as suas presenças marcar (por que não dizer?) uma nova fase para a educação escultura deste País.

Os resultados positivos deste encontro representam, indiscutivelmente, novos rumos, novos caminhos para a educação e para a cultura brasileira. Queremos dizer que os esforços, as energias despendidas por todos terão compensação. Terão a compensação do agradecimento, especialmente daqueles que crêem no trabalho, na dedicação do educador brasileiro. Os esforços despendidos por todos têm significado muito grande, o significado de que acreditam na construção, como muito bem disse o ilustre Ministro da Educação e Cultura, Senador Ney Braga, na construção não apenas de uma nação grandiosa mas fundamentalmente de uma nova civilização.

O Brasil, com oito milhões e meio de quilômetros quadrados, com mais de cem milhões de habitantes, tem uma vocação não apenas para ser uma grande potência, mas para apresentar ao mundo uma nova civilização, baseada nos valores dos espíritos, na fraternidade, na compreensão e no amor. Será assim dizer aquilo que há pouco se referiu o Magnífico Reitor Paulo Maciel: um clarão para esta humanidade que precisa de luz de espírito, de amor e de fraternidade.

Não devemos ter dúvidas, nós, os brasileiros, que estamos dando os grandes passos no sentido desta construção. Por isto é necessária a preservação, a defesa dos valores culturais da nacionalidade. O desenvolvimento econômico e social só é efetivo se tem a fundamentá-lo um desenvolvimento cultural. Uma nação estará atingida

nos seus alicerces, não se afirmará, não encontrará sua grandeza, se for destruída em seus valores culturais.

Vivemos num mundo difícil, hoje, de transição, de agressões. E a pior agressão que uma nação recebe é à sua cultura, aos seus valores históricos, enfim, àquilo que diz respeito à sua própria individualidade como nação. É preciso que os educadores brasileiros, os intelectuais brasileiros, defendam esta cultura, preservem esses valores culturais, porque só assim nós poderemos construir o grande Brasil com que sonhamos, e a grande nação que nós almejamos. Um mundo de comunicação, é verdade; um mundo que, graças à tecnologia, aproximou os povos, mas proporcionou este confronto de interesses e, repito, esta agressão aos valores culturais, principalmente naquelas nações em desenvolvimento. As nações mais poderosas, dispendo de um poderio econômico, podem afirmar mais os seus valores culturais. É preciso que as nações em desenvolvimento, e, fundamentalmente no caso, o Brasil, enfrentem esta luta, no sentido de preservar os valores culturais da nacionalidade.

Vivemos hoje num mundo que assiste à agressão de determinadas ideologias, que significam, na sua ação deletéria, a destruição dos valores culturais. É preciso que o Brasil afirme esses valores culturais, porque são esses valores a base de todo o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira.

Eu agradeço aos participantes deste encontro e manifesto, com este agradecimento, a minha fé na continuidade do trabalho de todos, no sentido, repito, da preservação dos valores culturais da nacionalidade. Para que esta preservação seja efetiva, é necessário que se atinja o grande objetivo deste encontro, qual seja a integração dos sistemas de ensino com a universidade. Nesta integração eu vejo o instrumento mais seguro para a preservação dos valores culturais da nacionalidade. Sem uma unidade, sem uma harmonia de ação, em todos os níveis neste País, no que tange ao ensino e à educação, não poderemos ter uma defesa segura dos valores da cultura nacional.

Mas eu vejo que este objetivo está sendo alcançado, e que nós devemos ter, em breve, uma integração dos sistemas de educação com a universidade. Muito obrigado, senhores participantes deste encontro. O Rio Grande do Sul agradece pelo trabalho de todos, o Rio Grande do Sul abraça os irmãos dos demais Estados, dizendo a todos eles que nós, gaúchos, nada mais somos do que os brasileiros que habitam na extremidade meridional da Pátria. Temos os mesmos sonhos da grandeza nacional, temos a mesma certeza de construção do grande Brasil, temos os mesmos sentimentos de brasilidade, temos o mesmo amor profundo por esta vasta nação, e temos a mesma fé inquebrantável de que a nossa geração não falhará e de que nós seremos dignos do trabalho, do sacrifício das gerações que nos antecederam e nos legaram esta grande nação. Muito obrigado. Declaro encerrada esta sessão.

## APÊNDICE

## RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

### ACRE

- Maria José Bezerra dos Reis — Secretária de Educação e Cultura
- Severina Maria Silva Albuquerque — Assessora
- Iris Célia Campanellas Zamim — Assessora
- Margarida Fernandes Fontes — Assessora

### AMAZONAS

- Mario Coelho Amorim — Secretário de Educação
- Jorge Humberto Barreto — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- Aderson Pereira Dutra — Reitor da Universidade Federal
- Freida de Souza Bittencourt — Diretora da ICHP

### PARA

- Antônio Gomes Moreira Júnior — Secretário de Educação e Cultura
- Ana Lúcia Spair Alvares — Assessora
- Terezinha Silva de Abreu — Assessora
- Manoel Moraes — Assessor
- Acy de Jesus Neves de Barros Pereira — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- Hélio Antônio Mokarzel — Assessor
- José Valente Ribeiro — Assessor
- Alcyr Boris de Souza Meira — Reitor substituto
- Jussie Gonçalves de Souza — Assessor

## **RONDÔNIA**

— Jerisy Badocha — Secretário de Educação e Cultura

## **RORAIMA**

— Aldo Gomes da Costa — Secretário de Educação e Cultura

— Maria das Graças Pinheiro da Costa — Assessora

— Waldecir Botosi - Conselheiro

## **AMAPÁ**

— Luiz Ribeiro de Almeida - Secretário de Educação e Cultura

— Annie Viana da Costa — Assessora

## **MARANHÃO**

— Jerônimo Pinheiro — Secretário de Educação e Cultura

— Diomar das Graças Motta — Assessora

— Regina Célia Luna — Assessora

— Raymundo de Mattos Serrão — Presidente do Conselho Estadual de Educação

— Antônio Alberto Pereira Pimenta — Assessor

— José Maria Ramos Martins — Reitor da Fundação Universidade Federal do Maranhão

— Raimundo Manoel Ramos Martins — Assessor

## **PIAUI**

— Luiz Ubiraci de Carvalho - Secretário de Educação e Cultura

— José Florencio Rodrigues — Assessor

— José Ribamar de Barros Nunes — Conselheiro

— Irineu da Costa Araújo — Pró-Reitor da Fundação Universidade Federal do Piauí

— Mariano Silveira Neto — Diretor do CEE

## **CEARA**

— Murilo Valdeck Menezes Serpa — Secretário de Educação e Cultura

— Ivany Lima Feijó — Assessor

— Cláudio Martins — Conselheiro

— Aluísio Cavalcante — Assessor

— Pedro Teixeira Barroso — Reitor da Universidade Federal

— Paulo Elpídio de Menezes Neto — Pró-Reitor da Universidade Federal

- José Newton Vasconcellos Dias — Assessor
- Antero Coelho Neto — Reitor da Universidade de Fortaleza

## **RIO GRANDE DO NORTE**

- João Faustino Ferreira Neto — Secretário de Educação e Cultura
- Maria Gomes de Oliveira — Assessora
- Maria das Neves Pereira Pinto — Assessora
- Laércio Segundo de Oliveira — Assessor
- Zilda Lopes do Rego — Assessora
- Waldson José Bastos Pinheiro — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- Domingos Gomes de Lima — Reitor da Universidade Federal
- Dione Violeta de Medeiros — Assessora da Universidade Federal

## **PARAIBA**

- Tarcísio de Miranda Buriti — Secretário de Educação e Cultura
- José Neto Barreto — Assessor
- João Maurício de Lima Neves — Assessor
- Iveraldo Lucena da Costa — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- José Ferreira Ramos — Conselheiro
- Victória de Oliveira Lima — Representante da Área de Educação — Universidade Federal

## **PERNAMBUCO**

- José Jorge de Vasconcellos Lima — Secretário de Educação e Cultura
- Maria Madalena Rodrigues dos Santos — Assessora
- Edison Rodrigues de Lima - Assessor
- Cândida de Andrade Maciel — Conselheira
- Célia Osório de Oliveira Andrade — Conselheira
- Paulo Frederico do Rego Maciel — Reitor da Universidade Federal
- Antônio Simão dos Santos Figueira — Reitor da FESP
- Rubens Gondim Lossio — Reitor da Universidade Católica

## **ALAGOAS**

- Murilo da Rocha Mendes — Secretário de Educação e Cultura
- Ony Braga de Carvalho — Assessor
- Luiz Medeiros Netto — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- João F. Azevedo — Vice-Reitor em exercício da Universidade

Federal  
— José Damasceno Lima — Assessor

## **SERGIPE**

— Everaldo Aragão Prado — Secretário de Educação e Cultura  
— Antônio Dantas de Oliveira — Assessor  
— José Carlos de Souza — Presidente do Conselho Estadual de Educação  
— Luiz Bispo — Reitor da Fundação Universidade Federal  
— Maria Olga de Andrade — Assessora

## **BAHIA**

— Carlos Correia de Menezes Santana — Secretário de Educação e Cultura  
— Eurides Avelar Freire Sant'Ana - Vice-Diretora  
— Fernando Brandão de Souza — Assessor  
— Bernardo Viana — Assessor  
— Alexandre Leal Costa — Presidente do Conselho Estadual de Educação  
— Yeda Barradas Carneiro — Conselheira  
— Raymundo José da Matta — Conselheiro  
— Leda Jesuíno dos Santos — Representante do Reitor da Universidade Federal  
— Edivaldo M. Boaventura — Faculdade de Educação da Universidade Federal  
— Benedito Veiga — Assessor — Universidade Católica de Salvador  
— Edna Saback Pacheco — Assessora — Universidade Católica de Salvador  
— Elsa Pereira Santana — Assessora — Universidade Católica de Salvador  
— Geraldo Leite — Presidente da Universidade Feira de Santana  
— Maria Conceição Costa e Silva de Oliveira — Assessora — Universidade Feira de Santana

## **SÃO PAULO**

— José Bonifácio Coutinho Nogueira — Secretário de Educação e Cultura  
— Moacyr Expedito Marret Vaz Guimarães — Presidente do Conselho Estadual de Educação  
— Roberto Basile — Assessor  
— Luiz Ferreira Martins — Conselheiro  
— Luiz Edmundo de Magalhães — Reitor da Universidade Federal de

São Carlos

- Zeferino Vaz — Reitor da Universidade Estadual de Campinas
- Sérgio Lorenzato - Representante da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas
- Philomeno Joaquim da Costa - Reitor da Universidade Mackenzie
- Manoel Bezerra de Melo — Reitor da Universidade de Mogi das Cruzes
- José Marinho Guimarães — Assessor

## **PARANÁ**

- Francisco Borsari Netto — Secretário de Educação e Cultura
- Clainton Reis — Assessor
- Celina Aparecida B. de Moura — Assessora
- Maria Helena Silveira Maciel — Assessora
- Dalton Oliveira Viana — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- Zélia Milléo Pavão — Conselheira
- Guido Arzua — Conselheiro
- Orlando de Oliveira Mello - Representante do Reitor da Universidade Federal
- Ivete Cardoso de Almeida - Assessora
- John Martin — Assessor
- Oscar Alves — Reitor da Universidade Estadual de Londrina
- Osvaldo Rubens Canizares — Assessor — Diretor Centro Educacional
- Odeni Villaca Mongruel - Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Pascoal Sales Rosa — Supervisor CLH
- Osvaldo Arns — Reitor da Universidade Católica do Paraná
- Norma Tereza de Souza Coelho — Assessora

## **SANTA CATARINA**

- Salomão Antônio Ribas Júnior — Secretário de Educação e Cultura
- João Nicolau Carvalho — Chefe de Gabinete — SEC
- Renato Luiz Wenzel — Assessor — SEC
- Antônio César Becker — Assessor Chefe Planejamento — SEC
- Nereu do Vale Pereira — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- Waldir Berndt - Conselheiro
- Nilson Paulo — Assessor
- Amo Beck — Assessor

— Luiz Adolfo Olsen da Veiga - Chefe de Gabinete — Universidade Federal de Santa Catarina

## **RIO GRANDE DO SUL**

- Ayrton Santos Vargas — Secretário de Educação e Cultura
- Nelson Camargo Monte — Superintendente Técnico — SEC
- Alfredo Steinbruch - Diretor DAU/SEC
- Pe. José Carlos Nunes — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- José Nunes Tietbhol — Conselheiro
- Cleci Mayer — Conselheira
- Ivo Wolff — Reitor da Universidade Federal
- Homero Sá Jobim — Vice-Reitor da Universidade Federal
- Roberto Costa Fachim — Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal
- Walter Otto Cybis — Superintendente Acadêmico da Universidade Federal
- Ana Íris do Amaral — Assessora — Universidade Federal
- Delfim Mendes Silveira — Reitor da Universidade Federal de Pelotas
- Hélios Homero Bernardi — Reitor da Universidade Federal de Santa Maria
- Sérgio Augusto C. Bernardes — Pró-Reitor da Universidade Federal de Santa Maria
- Terezinha Prestes Veras — Assessora — Universidade Federal de Santa Maria
- José Mariano da Rocha Filho — Assessor do *campus* — Universidade Federal de Santa Maria
- Maria Zulmira Dias Mariano da Rocha — Assessora — Universidade Federal de Santa Maria
- Irmão José Otão - Reitor da Puc - Rio Grande do Sul
- Irmão Faustino João — Diretor da Faculdade de Educação — PUC — Rio Grande do Sul
- Lucinda Lorenzoni — Assessora — PUC — Rio Grande do Sul
- Abrelino Vicente Vazzata — Reitor da Universidade de Caxias do Sul
- Ivone Cortteletti — Assessora — Universidade de Caxias do Sul
- Bruno Edmundo Markus — Reitor da Universidade de Passo Fundo
- Elido Alcides Guareschi — Vice-Reitor da Universidade de Passo Fundo
- Elli Benincá — Diretor da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo
- Jalila Patussi — Assessora — Faculdade de Passo Fundo
- Leda Buaes — Assessora — Universidade de Passo Fundo
- Solange Terezinha Laus — Assessora — Universidade de Passo

## Fundo

- D. Antônio Zattera — Reitor da Universidade Católica de Pelotas
- Maria Augusta Araújo — Diretora da Faculdade de Educação — Universidade Católica de Pelotas
- Eurípedes Falcão Vieira — Reitor da Fundação Universidade de Rio Grande
- Paulo Sérgio Gonçalves — Subreitor da Fundação Universidade do Rio Grande
- Theobaldo Leopoldo Frantz — Reitor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
- Egidio Schmitz - Assessor - UNISINOS

## DISTRITO FEDERAL

- Wladimir do Amaral Murtinho — Secretário de Educação e Cultura
- Josephina Desounet Baiocchi — Diretora-Geral de Pedagogia — SEC
- Nelson Braga Octaviano Ferreira — Diretor de Ensino Regular — SEC
- Gildo Willadino — Assessor — SEC
- Anna Bernardes da Silveira Rocha — Presidente do Conselho de Educação
- Carlos Fernando Mathias de Souza — Vice-Presidente do Conselho de Educação
- Eudaldo Silva Lima — Conselheiro
- Amadeu Cury - Reitor da Fundação Universidade de Brasília
- Paulo Vicente Guimarães — Diretor da Faculdade de Educação da UnB

## MINAS GERAIS

- José Fernandes Filho — Secretário de Educação e Cultura
- João Batista Villela — Assessor — SEC
- Maria Luiza Ferreira — Assessora — SEC
- Francisco Teodoro da Silva — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- Antônio Fagundes de Souza — Reitor da Universidade Federal de Viçosa
- Eloy Gava — Presidente do Conselho de Graduação — Universidade Federal de Viçosa
- Wilson Chaves — Diretor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Minas Gerais
- Juarez Altafin — Reitor da Universidade de Uberlândia
- Maria José Mamede Moreira — Assessora — Universidade de Uberlândia

— Normy Barbosa Fermino — Assessor — Universidade de Uberlândia

## **ESPÍRITO SANTO**

- Alberto Stang Júnior — Secretário de Educação e Cultura
- Floriano Accioly de Barros — Assessor — SEC
- Talmo Luiz Silva — Assessor — SEC
- Antonio Carlos P. de Mello — Assessor — SEC
- Idéia Maria Pereira Netto — Assessora — SEC
- Maridéia Rosa Bitti — Assessora - SEC
- Liney Orlandina Lucas — Assessora — SEC
- Leandro Nader — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- Leo Souza Ribeiro — Vice-Reitor da Universidade Federal
- Stélio Dias — Assessor — Universidade Federal

## **RIO DE JANEIRO**

- Myrthes de Luca Wenzel — Secretária de Educação e Cultura
- Nilson de Oliveira — Assessor - SEC
- Paulo Afonso Grisolli — Assessor — SEC
- Renato Rocha — Assessor — SEC
- Vera Lúcia Balthazar da Silveira — Assessora — SEC
- Esther Ozon Manfort — Assessora — SEC
- Maria Lígia Silva Guimarães Costa — Assessora — SEC
- Eny Knackfuss Souza — Assessora — SEC
- Carlos Alberto Serpa de Oliveira — Representante do Presidente do Conselho Estadual de Educação
- Hélio Fraga — Reitor da Universidade Federal
- Nair Fortes Abu-Merhy — Assessora — Universidade Federal
- Geraldo Sebastião Tavares Cardoso — Reitor da Universidade Federal Fluminense
- Fátima Cunha Ferreira Pinto — Assessora — Universidade Federal Fluminense
- Fernando Sgarbi Lima — Sub-Reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- Vera Maria Ferrão Candau — Representante do Reitor da PUC do Rio de Janeiro
- Perallva de Miranda Delgado — Reitor Interino da Universidade Gama Filho
- Ernesto de Souza Freire Filho — Vice-Reitor da Universidade Gama Filho
- José Fernandes Veloso — Reitor da Universidade Católica de Petrópolis
- Hans Ludwig Lippman — Assessor — Universidade Católica de Petrópolis

## **GOIÁS**

- José Alves Assis — Secretário de Educação e Cultura
- Sônia Lamounier — Diretora de 2º Grau — SEC
- Maria Augusta de Oliveira — Assessora — SEC
- Delson Leone — Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação
- Paulo de Bastos Perillo — Reitor da Universidade Federal
- Mindé Badau/ de Menezes — Diretora da Faculdade de Educação
- José Carlos Lima Vaz — Reitor da Universidade Católica de Goiás

## **MATO GROSSO**

- Loureberg Ribeiro Nunes Rocha — Secretário de Educação e Cultura
- Jocy M. Pinto Duarte — Assessora — SEC
- Ana Luiza de Figueiredo — Assessora — SEC
- Ivone de Campos Leite Pinto — Assessora — SEC
- Pe. Raimundo C. Pombo Moreira da Cruz — Presidente do Conselho Estadual de Educação
- Marildes Santana da Costa — Assessora — CEE
- João Pereira da Rosa — Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso
- Gabriel Noves Neves — Reitor da Universidade Federal
- Urbano de Almeida — Assessor da Universidade Federal

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

### **GABINETE DO MINISTRO**

Ney Braga  
Ministro  
Itana Maria Moraes  
Assessora  
Fernando B. Guimarães  
Assessor de Imprensa  
Araken Távora  
Coord. Relações Públicas Gab./Rio

### **SECRETARIA-GERAL DO MEC**

Euro Brandão  
Secretário-Geral  
Roberto Linhares da Costa  
Subsecretário-Geral  
Elisa Gonçalves Martins  
Assessora Especial  
Rizza de Araújo Porto  
Assessora Chefe - CODEAP  
Francisco Cruz Barbosa Lopes  
Assessor Chefe - CODEAC  
Nágila Mahmud Láuar  
Assessora Chefe - CODEPLAN  
Lígya Souto de Azambuja  
Assessora-CODEAP

### **CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO**

Pe. José Vieira de Vasconcellos  
Presidente do Conselho Federal de Educação

## **SECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO DO MEC**

Prof. Hélio Pontes  
Séc. de Apoio Administrativo SCA/MEC

### **DAU/MEC**

Edson Machado de Souza  
Diretor  
Maria Tereza Farias  
Assessor-DAU/MEC  
Ana Rita Dantas  
Assessor - DAU/MEC  
Caspar Erich Stemmer  
PREMESU/DAU

### **COMISSÃO DE ENSINO DA ÁREA EDUCAÇÃO/DAU/MEC**

Euclides Pereira de Mendonça  
Coordenador  
Antonio Gomes Pereira  
Diva de Moura Diniz Costa  
Manoel Paulo Nunes  
Célia Maduro  
Roberto Costa Fachin

### **DEF-MEC**

Anna Bernardes da Silveira Rocha  
Diretora-Geral - DEF/MEC  
Nélida René Gomes Willadino  
Chefe da Coordenação de Assistência Técnica  
Zora de Menezes Cleto Moreira  
Assessora  
Vital Didonet  
Chefe do Setor de Educação Pré-Escolar  
Roberta Maria Nelo Braga  
Assessora  
Regina Almeida  
Diretora — CRH João Pinheiro  
Consuelo de Menezes Garcia Lima  
Chefe da CODEN  
Mc Liven  
Consultor Técnico  
Oton Andrade

Chefe da Coordenação de Prog. Especial  
Darcy Antonio Dalla Costa  
Assessor Chefe da Coord. de Planejamento  
Miguel Cleto Moreira Filho  
Chefe de Coord. Assist. Técnica do Est. Ter..  
Nilda Ribas Diniz  
Assessora  
Rosalvo Gomes Cruz  
Assessor  
Delcy Goettert  
Assessora  
William P. Morris  
Consultor Técnico

### **DSU - MEC**

Leonardo Gomes de Carvalho Leite Netto  
Diretor-Geral  
Mário Sérgio Mafra  
Diretor Substituto  
Clóvis Luiz Machado da Silva  
Assessor

### **PREMEN**

Pery Porto  
Coordenador Geral  
José Lobo Junqueira  
Gerente de Recursos Humanos

### **DELEGACIAS REGIONAIS DO MEC**

Carlos Cecy  
Delegacia do Paraná  
Peralva de Miranda Delgado  
Delegacia do Rio de Janeiro  
Syleno Ribeiro de Paiva  
Delegacia de Pernambuco  
Imene Guimarães  
Delegacia de Minas Gerais  
Dalva Assunção Souto Maior  
Delegacia de São Paulo  
Maria Helena Santos Rocha  
Delegacia do Rio Grande do Sul  
Orlando Fernandez

Delegacia do Rio de Janeiro  
Waldir Araújo Castro  
Delegacia da Bahia  
Dionísio João Hage  
Delegacia do Pará

## **INEP**

Airton de Carvalho Matos  
Diretor-Geral do INEP/MEC

## **INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO INL/MEC**

Herberto Sales Filho  
Assessor de Co-edição- INL/MEC  
Herberto de Azevedo Sales  
Diretor do INL/MEC  
Maria de Lourdes Bailone  
Assessor- INL/MEC

## **DEM-MEC**

Cel. José Torquato Caiado Jardim  
Dir. Geral do Departamento de Ensino Médio do MEC  
Dylson Ramos Bessa  
Assessor-DAS  
Romeu Antunes  
Assessor-DAS  
Julcelina F. Teixeira  
Assessora Especial para Assuntos Técnicos  
Oscar Lamounier Godofredo Júnior  
Assessor DEM/COAGRI  
Evandes Barbosa  
Assessor DEM/COAGRI  
Judson H. Tailor  
Consultor Técnico

## **SEEC-MEC**

Raul Romero de Oliveira  
Diretor  
Mariana Restum Antonio  
Assistente Técnico  
Elza de Oliveira  
Assistente Técnico

## **FNDE - MEC**

Ecilda Ramos de Souza  
Secr. Executiva - FNDE/MEC  
Maria de Lourdes Pereira de Souza  
Assessor - FNDE

## **CENESP - MEC**

Sarah Couto César  
Diretora-Geral  
Olivia Pereira  
Assessora

## **CEBRACE - MEC**

Roberto Hermeto Corrêa da Costa  
Diretor-Geral - CEBRACE  
Dandalo J. Gabrieli Filho  
Assessor-CEBRACE  
José Maria de Araújo Souza  
Assessor - CEBRACE

## **PRONTEL-MEC**

Luiz Antonio Souza L. de Macedo  
Coord. Geral do PRONTEL/MEC  
Francisco José da Silveira Lobo Netto  
Assessor  
Solange Gerardin Poirot Leobons  
Coord. Atividades Educacionais SR E/Proj. Minerva

## **CENAFOR - MEC**

Orestes Miranda  
Diretor-CENAFOR  
Luiz Almeida Marins Filho  
Assessor-CENAFOR

## ENTIDADES CONVIDADAS

Aderbal Costa

Subsecretário-SUBIN

Alcides Gênero

Diretor Executivo - AESUFOPE

(Associação das Escolas Superiores p/Formação  
de Profissionais Especialistas)

Alfred J. Ravelli

Diretor da **USAID**

Alzira Silva Coimbra

Representante da USAID

Antonio Luiz Mendes de Almeida

F. Cândido Mendes — Rio de Janeiro

Cândida Rosilda de Melo Oliveira

SUDAM — Chefe de Capac. Rec. Humanos

Carlos Avanci

Fund. Educ. Salvador Arena—São Paulo

Carpentier Michel

Adido Cultural da França

Darcy Severo Soares

Representante do Gen. Divisão

Diretor do Ens. Preparatório e  
Assistencial

Delma Genoveva Nunes Rancano

Fac. Educ. do Rio de Janeiro

Demarigny Claude

Adido Cultural da França

Denise Meyer das Chagas Leite

Téc. de Educ. - BID

Francisco Carrillo

UNESCO - PNUD  
Frank C. Taylor  
Especialista — BID  
Franklin Ramirez  
UNESCO-PNUD  
Guillermo Fernandez  
Representante da UNESCO  
Gustavo Lopes  
UNESCO-PNUD  
João Carlos Schmitz  
Federação de Estabelecimentos de Ensino  
Superior de Novo Hamburgo  
Luiz Paulo Schiavon  
Presid. OSEC-Fac. Sto. Amaro - São Paulo  
Marcella Mortara  
Representante C. E. Cultura — Rio de Janeiro  
Marilda Trindade Dias Alves  
Analista- IBGE  
Mário Fernando Pires de Moura  
Fund. Educ. Salvador Arena — São Paulo  
Mário Maia  
CNRH-SEPLAN  
Olédia Rosa Benvenuti  
Profª da Fundação Educacional  
Severino Sombra  
Pedro Miranda  
Assessor Téc. Cons. Fed. Contabilidade  
Pedro Schramm Escobar  
Prof. Col. Militar de Porto Alegre  
Roberto Porto Simões  
Prof. Col. Militar de Porto Alegre  
Ruy do Carmo Pereira Aguiar  
Diretor da SUDECO  
Sérgio Antonio Ferreira Medina  
Chefe do SOE — Colégio Militar de Porto Alegre  
Severino Sombra  
Coordenador Geral Universitário da Fundação  
Educativa "Severino Sombra"  
Teodoro Rogério Vahl  
Secretário Executivo do Conselho de Reitores  
(Representando a entidade)  
Vânia Caldeira Ramos  
Téc. Educ. Deptº Rec. Hum. - SUDESUL  
Wagner Antonio Souza Horta  
Ass. Estab. Ens. Superior do Est. São Paulo

Wilson Rodrigues

I. E. do Rio de Janeiro

Zilah Ryff Moreira Cacciatore

Chefe da Divisão de Coord. e Acomp.

do Deptº Recursos Humanos — SUDESUL

Impressões:  
Gráfica Brasil Central Ltda.  
Av. W/2. Q. 506, Bl. B. Lj. 30 - Fone: 42-3898  
Brasília - D.F.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)